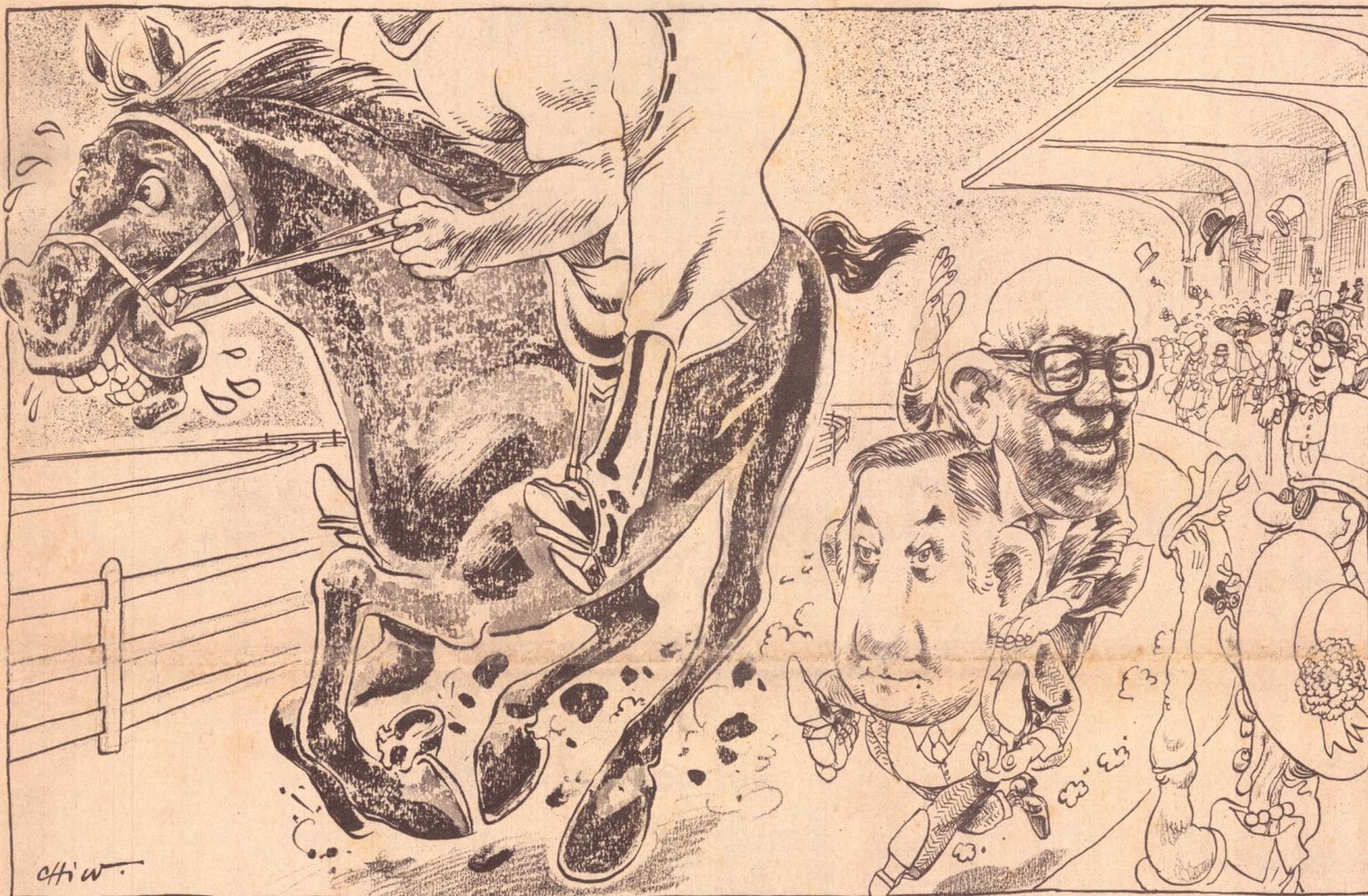


RACHA NO PODER



Transformado pelas circunstâncias numa real dissidência burguesa que claramente contesta os planos de continuismo do Palácio do Planalto através da nomeação do general Figueiredo para a Presidência da República, o senador Magalhães Pinto reúne a cada dia que passa um número maior de adesões e já até estabeleceu o seu plano: rachar, numa primeira etapa, a convenção da Arena e em seguida conquistar o apoio do MDB, apresentando-se como o "candidato de União Nacional".

Segundo um importante membro do staff de Magalhães, o velho senador mineiro não acredita na possibilidade do Governo bloquear acintosamente sua campanha como aspirante a candidato pela Arena, por três razões:

"O Governo não poderia contribuir ainda mais para a desmoralização da sua proposta de abertura política. Além do mais, há o medo de Magalhães Pinto denunciar a convenção e provocar, com isto, um desgaste maior para a Arena, com inevitáveis reflexos na eleição de novembro. E não menos importante é o fato da maioria da oficialidade média, antes adepta do general Euler Bentes, apoiar o direito de Magalhães postular a Presidência". Também os civis "frotistas", que já se queimaram, poderão despejar votos no senador mineiro". Enfim, a partir das próprias contradições da candidatura imposta pelo Palácio do Planalto, Magalhães vai aumentando o seu espaço político e sendo forçado a radicalizar o seu programa.

Se não surtir efeito a sua tática de se candidatar como "representante das forças revolucionárias autênticas responsáveis pelo Movimento de 1964, em oposição ao que ele chama de "grupo" que tramou a indicação de Figueiredo, o ex-udenista mineiro já sabe como se comportar diante a um eventual bloqueio de Geisel.

Passará a denunciar a farsa da convenção arenista em manifesto público e poderá abandonar o partido do Governo. E, apesar de não ser esse seu objetivo maior, contribuirá para a formação de um partido, onde estariam Severo Gomes e outras dissidências burguesas e liberais dos mais variados matizes. Isto representa não só reduzir sensivelmente a base de sustentação já estreita de Figueiredo como também pode levar o preferido de Geisel a cair do cavalo. Ou seja, estariam assim prejudicadas as intenções de Figueiredo de formar um partido amplo de centro que apoiaria seu governo, além do apoio do que restar da Arena.

Foi a possibilidade de criação deste tipo de partido que levou o ex-ministro Severo Gomes a se aproximar do velho senador mineiro. Para Severo, a campanha de Magalhães, dada a remota hipótese da vitória desta candidatura, é importante principalmente por constituir-se "num ponto de partida democrática".

O que este "ponto de partida" representa ainda não é de conhecimento público. Sabe-se apenas que nos próximos dias Severo e Magalhães deverão detalhar os pontos básicos de uma plataforma política para dar conteúdo à campanha. Mas mesmo antes desta definição, nota-se uma tendência à aglutinação em torno de Magalhães Pinto que chega a lembrar a Frente Ampla de 1966, articulada por Carlos Lacerda.

O leque da adesão é amplo: vai desde antigos defensores do regime até membros da oposição, liberais e intelectuais. Com a aceleração da decomposição do MDB, o esvaziamento da campanha pela Constituinte e a retirada das dissidências militares ainda mais à direita, Magalhães vem se tornando o aglutinador dos descontentes com o continuismo via Figueiredo.

Ampla cobertura sobre Magalhães e a conjuntura nas páginas 4 e 5.

Partido Socialista poderá avançar o "sinal fechado"

Ainda no primeiro semestre deste ano, talvez a tempo de coincidir com o 1º de Maio, Dia do Trabalho, poderá ser lançado nacionalmente um manifesto propondo a criação de um Partido Socialista no Brasil. A idéia já se encontra em debate entre os que hoje discutem e trabalham pela formação deste canal de participação política, sendo que os seus adeptos consideram importante uma atitude mais ousada, mais urgente e mais declarada no sentido de tornar pública a proposta, ao invés de esperar o sinal verde das ditas "reformas institucionais".

Desencadeada no ano passado, mas permanecendo ainda em conversas de bastidores até dezembro, a articulação de um futuro Partido Socialista (PS) intensifica-se dia a dia e vem ganhando terreno sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Na última semana, foi remetido à redação de EM TEMPO um texto elaborado por um dos núcleos pró-PS, onde fica clara a disposição de seus participantes em abrir o jogo da nova proposta (Trechos deste texto e outras informações sobre o PS estão na Pág. 5).

Mais um operário sofre violências em Minas

Menos de seis meses depois do "Caso Defensor", o operário que teve a espinha partida em três lugares, os testículos esmagados e até hoje encontra-se hospitalizado, o governo mineiro Aureliano Chaves está enfrentando mais uma grave denúncia de brutalização de presos, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Segurança. Quarta feira, o revisor mecânico Marcio Miguel, 23 anos, trabalhador da Fiat Automóveis, compareceu ao Fórum para contar as torturas que sofreu, depois de ter sido preso pela temível Metropol, a polícia encarregada da segurança na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Choque elétrico, na pele e nos órgãos genitais, pau de arara e jatos fortes de água no rosto fizeram parte do ritual. "Eles me arrasaram, sem deixar marcas". Nos sete dias que passou pela Delegacia de Furtos e Roubos, Márcio Miguel só consegue se lembrar de um dos policiais, de nome Daniel. "Ele falou que eu ia ficar de pendurado no pau de arara até o pescoço cair para trás. No dia que fui solto, me ameaçou dizendo que ia fazer comigo igual o que a Metropol fez com o Jorge Defen-

sor", disse ele, sem conhecer ainda os motivos da sua prisão, ocorrida no dia 10 de janeiro em Brumadinho. A Metropol é dirigida pelo delegado Ignácio Gabriel Prata Neto, um assíduo frequentador das colunas sociais da sociedade mineira.



Infância: Uma falsa questão

Ingênuas e pirracentas, as crianças são isoladas da chamada vida adulta. Imaturas, precisam de uma mão forte que as domine. Essa separação adulto/criança sempre foi assim, garantem inclusive produtos culturais como Os Saltimbancos e A Lenda do Vale da Lua — pg 6.



Brizola não é mais aquele	3
Gramsci na crista da onda	6
Transas de Roberto Carlos	8
Discutindo o eurocomunismo	9
"Eu disse não a Pinochet"	10

gerais

Bomba atômica val prô brejo

Se existiu, alguma vez, algum projeto militar de fabricação de bombas atômicas, a partir do acordo nuclear Brasil x Alemanha, esse projeto acaba de ir para o brejo. O Brasil foi obrigado a aceitar exigências dos três governos que detêm o controle da URENCO, usina europeia fornecedora de urânio enriquecido para as centrais nucleares, que praticamente colocam todos os estoques do urânio enriquecido e do lixo atômico em mãos estrangeiras. As bombas só poderiam ser produzidas ou com o urânio enriquecido, ou com o reprocessamento do lixo atômico. Evidentemente as exigências para que tudo isso ficasse sob controle exterior só existiu porque esses países suspeitavam, de fato, que do acordo nuclear pudesse, algum dia, sair uma bomba.

As pressões partiram especialmente da Holanda, país de longa tradição de luta contra a proliferação de armas atômicas. O governo holandês irritou-se especialmente com as promessas formais do governo alemão de garantir o fornecimento de urânio enriquecido ao Brasil,

se falhassem os fornecedores tradicionais (leia-se Estados Unidos), sem consultar a Holanda. Esse urânio só poderia vir da usina da URENCO, de propriedade da Holanda, Grã-Bretanha e República Federal da Alemanha.

Por outro lado, as salvaguardas internacionais assinadas pelo Brasil não asseguram os holandeses, que alegam que muitos detalhes sobre formas de operação e a própria estrutura de fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica, nunca foram postos em prática plena. No carnaval de 1976 esteve no Brasil, numa visita repentina, o chanceler holandês, Van der Stoep, que exigiu, como garantia, que o Brasil devolvesse à URENCO todo o lixo atômico, como condição para o fornecimento do urânio. O que a Holanda queria era uma solução física e simples em cima do urânio que iria ser fornecido, com ou sem salvaguardas.

O governo brasileiro resistiu durante mais de um ano, dizendo tratar-se de uma questão de princípio, de que o Bra-

sil insistia em ter posse e soberania sobre todo o ciclo do combustível, garantia a natureza estritamente pacífica de seu programa nuclear. Mas o cerco foi se apertando, inclusive através de um acordo assinado entre todos os 15 países capazes de exportar tecnologia nuclear, no sentido de não permitir a proliferação de instalações capazes de produzir plutônio. Finalmente, o Brasil cedeu, e o novo ministro do exterior da Holanda, Kris Van der Klaauw, anunciou dias atrás que o armazenamento, transporte e reprocessamento do urânio enriquecido, e reprocessamento do lixo atômico, assim como armazenamento do plutônio, ficarão sob controle internacional direto. Quanto ao princípio da soberania sobre o ciclo completo do combustível, ele foi salvo parcialmente, com a concordância da Holanda (e dos dois outros sócios), de que tudo isso poderia se dar em território brasileiro, não havendo necessidade de devolver o lixo atômico. O acordo, esboçado em linhas gerais, será acordado negociado em detalhes. (B.K.).

Maldição de Montezuma



Estrangeiros que chegam à cidade do México são quase sempre atacados de diarreia. Dizem que é o impacto do tempo da comida mexicana, mas turistas norte-americanos, maiores vítimas dessa diarreia, costumam chamá-la de "a maldição de Montezuma". Vários jornalistas e membros da comitiva do presidente Geisel ao México caíram também vítimas dessa maldição, que dessa vez, no entanto, não ficou só na diarreia. Para começar, o governo mexicano não quis assinar um pomposo Tratado de Amizade entre os dois países, e acabou assinando apenas um convênio. Petróleo mexicano não pode ser comprado pela Petrobrás porque descobriram que os portos do México não têm profundidade para receber os grandes petroleiros da Petrobrás, entre outros motivos; um con-

vênio postal foi posto de lado porque esqueceram de incluir o técnico que entendia disso na comitiva do presidente; um convênio sobre rádio-amadorismo e outro sobre bi-tributação também ficaram de lado, por razões ainda não muito claras. Finalmente, a visita deu o pretexto para que o governo mexicano expressasse publicamente desconfianças sobre a política nuclear brasileira e a recusa do Brasil em por em vigor o Tratado de Tlatelolco - que proíbe a produção e armazenamento de armas nucleares na América Latina - mesmo sem esse tratado ser ratificado pelas potências nucleares. E deu a oportunidade, também, para a realização de grandes protestos públicos no México contra o regime brasileiro. Só pode ter sido mesmo a "maldição de Montezuma" (B.G.).

FINAIS

● "Se fui espião todos os jornalistas são espíes e toda a carreira jornalística é um ato internacional de espionagem". Essa é a defesa do jornalista brasileiro Flávio Tavares, ao ser libertado no Uruguai, após 6 meses de prisão, por tentativa de espionagem. Liberdade relativa, pois Flávio não poderá deixar o país enquanto não for julgado ou expulso.

● Quando de sua visita ao México, Geisel recebeu em mãos um manifesto assinado por sindicatos, 11 partidos políticos, grupos de refugiados e dezenas de intelectuais e personalidades Mexicanas. O documento reivindica: anistia geral e irrestrita, liberdade aos presos políticos; desmantelamento de todos os aparatos de repressão; liberdade política e sindical; fim aos atos de exceção; liberdade de imprensa e fim da censura; fim do genocídio aos indígenas.

● A Cooperativa dos Jornalistas de Natal (RN) planeja promover em julho próximo o primeiro encontro de empresas do gênero, em número de seis existentes atualmente no país. Fundada em outubro passado, a COOJORNAT reúne 43 jornalistas profissionais e estudantes de comunicação com objetivo de "criar uma nova mentalidade associativa e dar maior abertura ao mercado de trabalho". De suas atividades fazem parte também as reuniões e debates com figuras como o cartunista Henfil, que participa da iniciativa, o escritor Jorge Amado, o gravador Calazans Neto. A entidade é dirigida por Dermi Azevedo.

● Criado em Campinas o Sistema Municipal de Proteção ao Consumidor, composto pelo Conselho Municipal do Consumidor e Serviço Municipal de Assistência ao Consumidor. O Conselho, segundo o prefeito, é constituído por "homens de grande consciência pública". Quem? Entre eles um delegado do Dops, Messias Pimentel de Camargo, um pelego, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e representantes do Lions e Rotary.

● Dia 23 de janeiro será realizada em Natal a assembleia geral de fundação do núcleo estadual do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde - CEBES - que congrega profissionais e estudantes interessados no debate dos problemas da área da saúde no país. Vários outros núcleos do CEBES estão em articulação e em fevereiro será realizada uma assembleia nacional em São Paulo.

● O Centro Acadêmico da Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz protestou contra a escolha do vice-presidente, gal. Adalberto Pereira dos Santos, para parâmetro da turma de 77, pela sua "direta e profunda responsabilidade" na repressão ao movimento estudantil. O DCE e o parâmetro não compareceram à formatura. O vice-presidente devido ao "mau tempo em Brasília".

● "As leis no Brasil são como as vacinas: umas pegam, outras não. O meu receio é de que esta lei não pegue pois contraria vultuosos interesses financeiros". Falou o médico mineiro José Elias Murad, a respeito da Lei de Vigilância Sanitária que regulamenta a produção e comercialização de medicamentos, em vigor a partir de 5 de janeiro (M.T.).

● Treze sindicatos de trabalhadores do Distrito Federal (existem 14) elaboraram um memorial para ser entregue ao Presidente Geisel em que denunciam a política salarial, as péssimas condições de vida dos operários da região, a falta de liberdade de manifestação e pedem o estabelecimento das liberdades democráticas. O documento não chegou às mãos do Presidente mas foi publicado no "Correio Brasiliense" e no "Jornal de Brasília".

● Os professores da UFBA dando alguns passos adiante na defesa de seus direitos criaram, em dezembro último, a Associação dos Professores Universitários da Bahia (APUBA). Na ocasião denunciaram a existência, na UFBA, de uma "lista negra", destinada a orientar o expurgo na instituição, que, paulatinamente, vinha se observando.

● A AGRAF Associação dos Artistas Gráficos e Fotógrafos de Imprensa e Publicações Culturais e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo estão promovendo nos dias 23 e 24 de janeiro uma feira-exposição de xilografuras de J. Borges, no auditório Wladimir Herzog, na sede do Sindicato - rua Rego Freitas, 530, sobrelça.

Aula de Alienação

Você sabia? Num país, geralmente as pessoas falam a mesma língua. No entanto, usam níveis diferenciados de linguagem, de acordo não com sua condição de classe, mas com a ocasião. Assim, a linguagem pode ser cientificamente dividida em quatro níveis: o nível elevado, utilizando por ocasião de palestras acadêmicas, conferências, conferências, conversas de alto gabarito. O nível comum, transparente, sem qualquer conotação, utilizado para a perfeita transmissão de informações no jornalismo em geral e em conversas formais, simplesmente informativas. O nível familiar, utilizado, obviamente, em família.

Em transas afetuosas e descontraídas onde se permite uma certa margem de improvisação no vocabulário, E, finalmente o nível relaxado utilizado em circunstâncias indefinidas, geralmente por pessoas jovens ou na comunicação com elas, quando se emprega livremente a

gíria, o (palavrão?), o neologismo. Apreendeu?

Essa magnífica lição sobre a casualidade da linguagem, a absoluta ausência de relações entre tipos (níveis?) de linguagem e estrutura social, sobre a hierarquia despolitizada da fala foi transmitida na primeira aula do curso supletivo de 2º grau televisado para todo o Estado de São Paulo (estima-se cerca de 400 mil teleleunos) pela TV Educativa em convênio com a Fundação Roberto Marinho (Globo). Na segunda aula, o professor Gianfrancesco Guarnieri ensinou que o estudo de História é muito útil, já que a história se repete frequentemente e então podemos agir com base nas soluções encontradas pelos nossos antepassados. Não percam a aula de Estudos Sociais, onde aprenderemos, provavelmente, que a democracia foi uma forma de regime superada na Grécia com o progresso da dominação romana. (MRK)

Rotina carcerária

O ano de 1978 não trouxe nenhum alento aos presos políticos brasileiros: em três estados as autoridades renovaram as restrições impostas pela rotina carcerária, agravando ainda mais o isolamento a que eles estão submetidos.

No Rio, o "visito de natal e anovovo", programado para os dias 14 e 15 e aguardado ansiosamente durante meses pelos 30 detentos do Presídio Militar Dias Moreira, foi frustrado e esvaziado pelo Departamento de Sistema Penitenciário, que vetou 38 nomes de pessoas que pretendiam visitá-los na ocasião. O diretor do DESIPE disse apenas que os nomes dos visitantes passam por uma avaliação dos órgãos de segurança, que faz uma triagem naqueles considerados "inconvenientes".

Em Juiz de Fora, no Presídio de Linhares, os condenados pela Lei de Segurança Nacional foram privados da visita regulamentar de seus familiares, do dia 1º ao dia 14, por "razões disciplinares", conforme denúncia o núcleo mineiro do Movimento Feminino pela Anistia, que protestou com uma nota contra a medida: "o que seriam estas razões disciplinares não é e nunca foram esclarecidas, o que trás um clima de ansiedade para todos".

Em Pernambuco, quase um mês após a suspensão da greve de fome, em que conseguiram a promessa de autoridades de que o isolamento de dois presos condenados à prisão perpétua seria quebrado, os detentos da Penitenciária Barreto Campelo voltaram a reclamar da situação, em carta enviada à Ordem dos Advogados do Brasil. A promessa não foi cumprida e os presos se dizem descrentes de que a direção da penitenciária venha a cumprir o determinado pelo juiz-auditor da Justiça Militar, que na época manifestou-se favoravelmente às reivindicações dos grevistas (F.F.).

Imaginação criadora

Em fins do ano passado, o espírito de Natal baixou de maneira original sobre os dirigentes da tecelagem Santa Maria, situada no bairro do Zumbi, Recife. Eles emitiram uma graciosa nota onde pediam desculpas aos operários... por não poder pagar o 13º salário até o dia 25 de dezembro". Dito e feito: não pagaram até agora.

Parece brincadeira, mas não é. A tecelagem - que produz sacos de juta e de algodão para as usinas de açúcar - ameaça fechar suas portas, se bem que

os bem educados diretores neguem isso pelos jornais da cidade. Na segunda semana de janeiro, 150 operários foram demitidos e outros 150 terão a mesma sorte até o final do mês. Assim, passará a funcionar com 300 operários. Os empresários garantem, porém, que vão... "continuar produzindo quase que normalmente".

Os diretores culpam as cheias de 75 e 77 pela paralização da empresa por mais de oito meses. (F.N.)



Na prática, a teoria é outra.

Kurt Mirow, diretor da CODIMA e autor de "A Ditadura dos Cartéis", livro proibido de circular no Brasil, apresenta-se como um empresário progressista. "O movimento sindical brasileiro está, realmente, defasado em relação às exigências do desenvolvimento econômico", disse em entrevista recente, considerando que operários e patrões têm o mesmo objetivo: o bem-estar social. "Não devemos encerrar uns aos outros como adversários". Lembrou que a melhoria dos salários depende da criação de novos mercados e empregos, de interesse tanto de patrões como operários. Ademais, concluiu, "homens famintos, doentes e analfabetos não produzem nada. Toda política salarial e sindical deve ser reformulada".

Na mesma semana, talvez inspirados nas declarações do diretor, os empregados da CODIMA, no Rio de Janeiro, entraram em greve. Motivos: atraso no pa-

gamento e falta de segurança no trabalho. Enquanto isso, na fábrica da Tacaruna, em Recife, pertencente a Severo Gomes (ex-ministro que se notabilizou por defender a ampliação do mercado interno e o "retorno à democracia") duzentos trabalhadores da tecelagem pararam meia hora, dias 14 e 15 de dezembro, reivindicando o reajuste salarial de 15% prometido pela empresa.

Em função da parada, a direção da fábrica pediu quinze dias para conceder o reajuste. O prazo esgotou-se no final do mês passado. Ao mesmo tempo em que as promessas são repetidas, ameaças começam a cair sobre os supostos cabeças do movimento. E um camburão da polícia militar continua permanentemente estacionado em frente à fábrica, talvez para convencer os operários de que são necessários, tanto o "retorno à democracia", quanto a elevação de seu padrão de vida.

A descoberta de petróleo. Descoberta?

O sensacional furo de reportagem do Jornal do Brasil, revelando a descoberta de petróleo na bacia de Santos, pela British Petroleum, sugere algumas questões interessantes. Em primeiro lugar, porque a Petrobrás negou o fato durante tanto tempo, se a descoberta era revelada pelo Jornal do Brasil com tal riqueza de detalhes, que só podia ser verdade? A Petrobrás disse oficialmente que era mentira, enquanto o Sr. Simpson, um dos dirigentes da British Petroleum no Rio, talvez educado num país onde mentir abertamente não faz parte das regras do jogo, dizia que "só a Petrobrás pode falar sobre o assunto". Em segundo lugar, e aí a história toda começa a ficar séria, como foi possível ao jornal do Brasil anunciar, no dia 4 de janeiro, que a British Petroleum descobrira o tal petróleo 15 dias depois, exatamente no dia 19 seguinte? Ora, por maiores que sejam os indícios de existência de petróleo, pode haver dezenas de tentativas, sem que se chegue a ele. "Remember", a história "bright-spot", a técnica moderna e sensacional que permitia com acuracidade, furar no lugar certo, e que foi usada inutilmente na foz do Amazonas. Só resta uma hipótese: o petróleo já havia sido descoberto e o Jornal do Brasil falou em dia 19 porque seria o dia do anúncio oficial. De fato, em nota pequena muito anterior, do dia 23 de dezembro, o mesmo Jornal do Brasil dizia

Retrocesso no Vietnam

A guerra entre o Kampuchea (ex-Camboja) e o Vietnam significa, antes de tudo, um balde de água fria na nova perspectiva internacionalista reaberta precisamente com a vitória do Vietnam sobre o poderio militar e político dos Estados Unidos. De fomentadora do avanço internacional do socialismo, a "Indochina" passa, com esse "conflito nacional", a municipalities do cinismo de muitos diante da secular palavra de ordem dos clássicos do socialismo: "Proletários de todos os países, un-vos".

Para vencer o imperialismo norte-americano e libertar o Vietnam do Sul, há dois anos, formou-se uma firme aliança entre o Vietnam do Norte, o Vietcong e as forças revolucionárias do Laos e do antigo Camboja. Na retaguarda, o apoio da União Soviética e da China e a solidariedade da opinião pública internacional.

Com a vitória, as forças socialistas puderam passar da propaganda mais geral do internacionalismo para uma atuação prática de sentido profundo, reinaugurada pela presença de Cuba no continente africano.

Os termos concretos da guerra entre Kampuchea e Vietnam vigoraram e são expressão de suas seculares divergên-

cias nacionais, que pareciam encontrar rumos consequentes de superação dentro da construção do socialismo.

Mas, o que fora estímulo na luta anti-imperialista, torna-se, agora, um fator negativo na construção do socialismo. De um lado, o Vietnam (apoiado pela União Soviética) bate-se por uma unificação da "Indochina", sob sua hegemonia, num quadro de aparente expansionismo. De outro, o Kampuchea (apoiado pela China) busca resolver problemas nacionais e regionais, por meio de uma política isolacionista, caracterizada por "contar exclusivamente com suas próprias forças".

Na verdade, o Vietnam se propõe influenciar a mudança dos atuais dirigentes do Kampuchea, refratários às suas pretensões. E a reação do governo da antiga Camboja parece não ter sido outra que a tomada de iniciativa nos ataques fronteiriços, desencadeando a guerra.

No momento, abrem-se perspectivas de enfrentar e superar de modo menos inconsequente os problemas surgidos na região. Espera-se que as forças do socialismo saibam levar a tarefa adiante, apesar do desgaste já ocorrido (C.T.).

que a "British Petroleum achou petróleo na bacia de Santos."

Mas o que significa isso? Significa que em sua primeiríssima tentativa e em apenas 12 miseráveis dias de trabalho, porque as perfurações começaram a 10 de dezembro, a British Petroleum descobriu petróleo na plataforma continental da Bacia de Santos.

Como já foi dito, só furando é que se descobre e se confirma. Mas tudo, mesmo, indica que o mapa da mina, em linhas gerais já existe, e foi entregue à British Petroleum sob o nome, a essa altura certamente inapropriado, de "contrato de risco".

Risco havia, mas muito pequeno. (BK)



CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Álvaro Caldas, Antônio Carlos Carvalho, Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Fausto Brito, Giseleone Coccana, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Otto Figueiras, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Ronaldo Mota, Tibério Canuto.
DIRETORES: Antônio de Pádua Prado Jr., Bernardo Kucinski, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto.
CHEFE DE REDAÇÃO: Bernardo Kucinski.
EDITORES: Carlos José Arrabal, Maria Rita Kehl, Sérgio Mateus Squilanti (editores), Paulo Nassar, Ethel Leon, Mateus Sampaio, Cláudio de O. Camargo, Fátima Diniz, Nadine Habert, Sérgio Rodrigues, Demétrius Magnoli, Gilberto Morgado, **Assessor:** Tibério Canuto (editor), Maria Moraes, Rui Faicão, Eduardo Fernandes, Carlos Savério, Carlos Moreira, Paulo Sérgio, Geraldo Nascimento,

Antônio Roberto Spinoso, Cecília Garçon, **Internacionalista:** Carlos Tibúrcio (editor), Marlon Frarik, Lionel Almeida Altair Moreira, Eliezer Rizzo.
ARTES: Carlos Alfredo Gomes, Eurico Ugaya, João Bosco L. Brandão, José Ramos Neto, Luiz Augusto Bicalho Kehl, Monica Teixeira, Nelson Cordella, Niels Andreas Glogowski, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Pappi.
SUBSCRIBIDOS - Brasília: Marco Antonio, Marina Juarez, Néelson Penitido, Paulo Fone, Rita de Cássia, **Recife:** Orlando Mincato, Paulo Magalhães, Sérgio de Souza, Virginia Botelho, **Belo Horizonte:** Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lélio Fabiano Santos, Maíze Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virgílio Guimarães, Virginia Pi-

neiro (redação), Mariza Araújo (administração), **Curitiba:** Carlos Ruggi, Etza de Oliveira, Reinaldo Altem, **Pernambuco:** Ana Barros Pinto, Gérson Shirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Meneses, Marcelo Matte, Marcelo O' Lopes, Paulo Gogaça, Rejane Fernandes, **Salvador:** Adelmo Oliveira, João Henrique, Linalva Maria, Oldack Miranda, **Rio de Janeiro:** Aedeo Novais, Ana Maria Mendim, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Berta Sichel, Clotilde Hasselmann, Énio Brauns Filho, Luiz Arnaldo Campos, Marcelo Barabá, Marco Aarão Reis, Margareta Aultram, Maria Helena Malta, Paulo César Araújo, Ricardo Lessa, Ruth Jeffery, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas (redação), Alan de Albuquerque, Cláudio Câmara, Jorge Ricardo Gonçalves, Olga de Assis, Orlando Guilhon, Raimundo Teixeira, Regina Braga, **ESPORTE:** **Viçosa (ES):** Joaquim Nery, Luiz Rogério Frebino, Pedro Mansur, Victor Martins; **Campanas (SP):** João Roberto Martins Filho, Rinaldo Barros.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Silvestre Prado, Edmur Gomes, Nilo Sérgio Diniz, Edvard Luiz Silva, João Carlos Leme, José Nadai, Eivira Oliveira.
Diretor-Responsável: Robinson Ayres.
EM TEMPO - nº 1 - janeiro de 1978 - publicação da Editora Aparte S/A., Rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). **Redação:** Rua Álvaro Anhe, 43, Pinheiros (São Paulo). Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo. Fone.: 853-7481. Distribuição exclusiva para todo o Brasil: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., rua Teodoro da Silva, 907, Fone.: 368-9112, Rio de Janeiro - RJ - Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

o herdeiro de Vargas:



Leonel Brizola, voltando ao Brasil, recebido com as honrarias de um respeitável chefe político, pelos próprios governantes do País. Esta cena, ainda hoje aparentemente absurda, pode acontecer daqui a muito pouco tempo. Talvez dois anos, segundo a profecia de um de seus mais ferrenhos defensores, o industrial Antônio Tabajara, de 38 anos. O que mudaria tanto para que o ex-governador do Rio Grande do Sul fosse recebido com tantos sorrisos pelo regime? "Um governo trabalhista, intermediário, no Brasil, acalmaria tudo", confessa Tabajara, um dos principais articuladores do nascente PTB.

Como representante de uma "tendência jovem" deste partido, Tabajara reconhece em Brizola a "hereditariedade do legado trabalhista". Para ele, o fato de Brizola ser hóspede oficial nos Estados Unidos, atualmente, lhe dá o status de líder nacional.

"O Celso Furtado (ex-ministro do Planejamento do Governo Goulart) já se acertou com Brizola sobre um apoio para a reorganização do PTB no Brasil", diz Tabajara. A ressurreição do PTB parece a alternativa para Tabajara entre a "sociedade ocidental e o comunismo". Ele esteve dois meses e meio com o ex-governador expulso do Uruguai, conversando sobre as articulações que agora se iniciam.

Logo ao sair de Montevidéu, Brizola declarou-se um "social-democrata e ocidentalista, dissidente em relação aos regimes militares da América Latina, especialmente o brasileiro". Essas palavras indicam o caminho do diálogo proposto por ele. O brizolismo seria, na opinião do próprio Tabajara, "o grande fator de equilíbrio num país com seus conflitos sociais dimensionados".

Da euforia populista...



"Mal compreendido"

Assim, abre-se a hipótese da social-democracia como a saída mais segura para as classes dominantes da América Latina, reconhecida por um trabalhista das tendências tradicionais, como Hamilton Chaves: "Os governos militares mesmo sem imaginar estão preparando (ou deixando preparar) um exército de radicais com um efetivo dez vezes maior, em número, do que seus próprios quadros militares", diz Hamilton, 50 anos, ex-secretário de imprensa e secretário do trabalho e habilitação do governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.

Tapyr Rocha, fiel amigo de Brizola acha que as teses do brizolismo eram a luta contra a espoliação do capital estrangeiro, a reforma agrária e o problema social. A nova linguagem usada por Brizola em relação aos Estados Unidos deve surpreender aos que ouviram seus ataques ardentes contra as manobras de imperialismo norte-

americano. Hoje, ele se declara identificado com a política de "direitos humanos" de Jimmy Carter e afirma que até mesmo as encampações da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) - subsidiária da Bond & Share -, "não tiveram nenhuma inspiração ideológica".

Até mesmo os seus conceitos sobre reforma agrária, bem mais avançados do que o resto do pensamento populista, sofreram severas revisões. Certamente surpreenderiam os trabalhadores que atuaram numa luta como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Comparado às Ligas Camponesas de Francisco Julião, esse movimento chegou a criar acampamentos de milhares de agricultores em latifúndios ou terras devolutas, no Rio Grande do Sul.

Desejo de poder

Tais idéias de populismo gaúcho, que asombrou tanto a burguesia nacional e estrangeira, e mesmo a cúpula governa-

mental, parecem ter sido tragadas pelo indomável desejo de Brizola de se aproximar do governo. Numa entrevista ao Coojornal, órgão da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre, ele disse que "temos de aproveitar as coisas boas da revolução brasileira", referindo-se ao regime que depôs João Goulart em 64.

Sobre a questão agrária, ele também tem uma opinião clara, no mesmo tom de quem busca o poder. Ao Coojornal, disse considerou outras coisas mais importantes do que a questão do tamanho da propriedade. "O que importa, acima de tudo, é produzir", afirmou. Até mesmo o reformismo com que encarava a questão de terras parece ter se diluído. "Se tiver uma empresa ali trabalhando, racionalmente, com mil hectares de terra, tem que deixá-la de produzir", continuou. Incisivo, acha ele que agora é preciso "reduzir os custos e aumentar a produtividade".

O tom ideológico dessas declarações não surpreende Tapyr Rocha. "O brizolismo, em si, nunca teve programa de expropria-

... às transas no States.



Leonid Streliaev

ção da burguesia". Mas reconhece que havia grupos atuando no PTB que avançavam até esse ponto. Brizola, não. "Ele pensava num governo de legalidade constitucional", é a explicação dada por Tapyr Rocha para as posições assumidas por Leonel Brizola.

Solução negociada

Interessantes mudanças podem ser notadas no pensamento de alguns brizolistas como Antônio Tabajara, que propõe uma solução negociada e não admite que os trabalhistas governem sem a colaboração das Forças Armadas: "O Exército é a espinha dorsal da sociedade", diz ele. Na mesma linha se pronuncia Hamilton Chaves: "Dentro da estrutura latino-americana, somente uma proposta que conte com o apoio das Forças Armadas poderá reformar estruturas arcaicas, anacrônicas e até medievais, num caminho de libertação econômica verdadeira".

No fim, talvez nada tenha mudado. Brizola fala em voltar ao Brasil, recriar o PTB com suas revisões, mas mantendo suas raízes históricas. "Ele não precisa se lançar, pois o próprio regime o está lançando, e promovendo", diz o principal fundador do PTB gaúcho, José Vecchio, 68 anos, um velho populista que não esconde suas restrições contra o MDB. Sempre que houve a caracterização do MDB gaúcho como petebista, ele afirma que o partido oficial de oposição ("só no apelido", diz Vecchio) herdou apenas o eleitorado trabalhista: "Por mais esforços que façam seus dirigentes, não têm condições para igualar o PTB justamente por sua heterogeneidade".

Paulo Fogaça

Escoltado e vaiado, o pelego deixa o sindicato

Escoltado por seus colaboradores mais diretos e sob um coro ritmado "Pelego! Pelego!" - João Soares Silveira, o presidente do maior sindicato de trabalhadores da região metropolitana de Belo Horizonte, encerrou bruscamente na manhã do último domingo a mais expressiva assembleia de metalúrgicos realizada desde as greves de 1968, na Cidade Industrial.

O encontro havia sido convocado pelo próprio dirigente sindical, que não esperava um comparecimento tão significativo: 1 055 operários assinaram o livro de presença da assembleia, enfrentando uma fila que atrasou uma hora e meia a reunião.

Desde o início houve controvérsia sobre qual o caminho mais correto para conduzir a luta pela reposição dos salários perdidos com as manipulações estatísticas nos índices de custo de vida

de 1973 a 1974. A direção do sindicato defendia a abertura imediata de um processo na Justiça do trabalho, sem qualquer campanha de arregimentação de bases nas fábricas: "Não vamos perder tempo em conversa com patrões: eles nos roubaram. Vamos partir para a luta logo. A gente entra agora na Justiça ou acaba perdendo a reposição", argumentava um dos participantes.

Apesar disso, um outro ponto de vista foi se firmando por outros oradores, que propunham a negociação direta com os patrões e a mobilização nas fábricas: "Quem defende entrar na Justiça tem memória curta. As conquistas sempre foram conseguidas com muita luta e a Justiça foi feita para enrolar a gente", disse um operário. Uma metalúrgica reforçou: "Não vamos repetir a dose de São Paulo. Devemos

fazer como os bancários de Belo Horizonte que já estão se mexendo, indo direto contra os patrões. Precisamos pressionar direto em cada fábrica, começando pela Mannesmann, que é a maior, e onde os operários devem se reunir para exigir os 24% que são nossos, mas estão no bolso dos patrões".

Um frezador enfatizou a necessidade do Sindicato estar permanentemente aberto para as discussões salariais e aos problemas de cada fábrica: "Sou contra nossa entidade ser uma sub-sede do INPS, voltada para o assistencialismo. Somos 14 mil sindicalizados e aqui só tem mil presentes. Não há pressa, vamos mobilizar os companheiros e mostrar que o operário de Contagem pode voltar a ser o que foi".

No momento das decisões, João Silveira colocou em votação apenas a proposta de seus opositores. Para sua sur-

presa, cerca da metade do auditório levantou a mão. Os dois lados, entre gritos, proclamaram a vitória, estabelecendo a confusão na platéia. O dirigente sindical repetiu a votação mais duas vezes, mas com o mesmo truque de considerar como seus os votos de todos que não se manifestaram. Na última vez, ainda sem pedir aos que concordassem com a sua proposta que levantassem a mão - o único critério para verificar rigorosamente quem era vencedor - Silveira simplesmente gritou: "ganhamos", e encerrou a assembleia, gerando o tumulto. Na verdade, havia uma grande parte de trabalhadores indecisos: de dez pessoas ouvidas à saída do sindicato, seis não tinham uma posição bem definida. "Esse negócio de levantar a mão é programa de auditório", explicou um deles, que pela primeira vez comparecia à entidade.



Gonçalo Abreu

Um caminho eleitoral: melhorar a fachada

"O presidente do nosso sindicato parece mais um lord inglês do que um operário metalúrgico que ganha cinco contos por hora". Este desabafo de um trabalhador resume a figura de João Silveira, cujo rendimento mensal ultrapassa os 40 mil cruzeiros mensais. Ele chegou à direção da entidade em 1969, concorrendo numa chapa única, organizada pela diretoria interventora que governo nomeou, logo após a greve de outubro de 1968, na Cidade Industrial. Nestes nove anos, Silveira transformou o sindicato numa gigantesca máquina administrativa, com 116 funcionários, entre médicos, dentistas, enfermeiros, laboratoristas, advogados, enfermeiros e empregados burocráticos, tudo feito com o dinheiro dos próprios associados, através do imposto sindical, das mensalidades e do desconto de uma parte do salário dos sindicalizados após cada acordo salarial.

Na crítica a esse desconto é que começou a ganhar fôlego uma embrionária oposição aos atuais dirigentes sindicais dos metalúrgicos, no ano passado. Argumentava-se que o dinheiro seria usado para esvaziar ainda mais o sindicato de suas funções reivindicatórias, em favor do assistencialismo. Numa assembleia em que o assunto foi debatido, Silveira aplicou uma manobra semelhante à do começo dessa semana. Os metalúrgicos responderam com um abaixo assinado com duas mil adesões, pedindo a revogação do desconto, mas foram ignorados.

Em dezembro, quando a campanha

pela reposição salarial chegou com atraso à capital mineira, o dirigente dos metalúrgicos começou a mudar sua fachada política. Para a primeira assembleia que tratou do tema, Silveira tomou a inédita iniciativa de fazer intensa divulgação, inclusive pela TV. Também distribuiu um número do jornal "O Metalúrgico" com ingredientes criativos para fermentar a nova imagem: críticas ao assistencialismo sindical, apoio às reivindicações de aumento salarial e melhoria das condições de vida e trabalho, e até uma imaginosa versão da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em verso de cordel. Na assembleia, Silveira chegou a concordar com a proposta de seus críticos mais constantes em criar uma comissão de mobilização e adiar todas as outras decisões para uma próxima reunião geral da categoria, depois que houvesse maior arregimentação de base.

Essa atitude, que causou surpresas generalizadas, é explicada pelos críticos mais aguçados de João Silveira como uma tentativa de recuperar-se do desgaste que vem sofrendo junto às principais lideranças metalúrgicas de base, face às eleições sindicais que se aproximam. Mas, essa mudança de fachada acabou por abrir brechas, pelas quais atuaram os opositores de Silveira: o rápido crescimento da participação de uma assembleia para outra, quase cinco vezes, deve-se sobretudo à ação da comissão de mobilização, composta por cerca de 30 trabalhadores.

Equipe Vestibulares



GRUPO
EDUCACIONAL
EQUIPE

Rua Martiniano de Carvalho, 156
Telefones: 289-2709, 289-2008.

A campanha Magalhães, ou de como envolver os liberais

"Gostaria de ajudar o meu país a se reencontrar, ajudá-lo a virar a página da ditadura, a viver e trabalhar na democracia".

Esta é uma opinião compartilhada por muitos.

A novidade: foi formulada por Magalhães Pinto, um dos responsáveis pela implantação do regime que hoje define como ditadura.

São as divergências dentro do Sistema que explicam o fato de Magalhães levantar bandeiras até agora nas mãos do MDB.

Faltando pouco mais de dois meses para a realização da Convenção da ARENA, que indicará o futuro Presidente da República, todas as ações dos partidários da candidatura do general Figueiredo, que formam o principal núcleo do chamado Sistema, voltam-se para anular os efeitos da campanha do senador arenista Magalhães Pinto à Presidência.

Não que se tema que o senador mineiro consiga a indicação, pois a máquina governamental garante que os convenionais votarão em Figueiredo. Mas a mobilização de Magalhães ganha força e espaço político, expondo e aprofundando as divergências entre militares, políticos e empresários que formam a base do atual regime político. Levantando a bandeira de uma democracia sem adjetivos, sua campanha tem conseguido atrair um longo cordão de descontentes com as atuais regras do jogo político. O programa do senador vem congregando uma espécie de "frente ampla" reunindo desde setores que combatiam a estatização da economia, até o ex-ministro Severo Gomes. Sem contar arenistas liberais como Teotônio Vilela, parlamentares do esquema Silvío Frota e passando ainda emedebistas moderados e intelectuais de diversas matizes.

Magalhães Pinto não está brincando. Deseja mesmo a Presidência, mas sua "cruzada democrática", ainda que derrotada na Convenção da Arena, poderá desembocar na criação de um novo partido, e surgir nos quadros da reforma política em curso, agrupando as forças que o apoiam atualmente e atraindo parcelas da oposição liberal. Esta agremiação, cumpriria importante papel na instabilização do governo, tentando recompor a unidade das classes dominantes, com base em um programa de liberalismo econômico e político.

O namoro com Geisel

O marco inicial da candidatura Magalhães surge no discurso que proferiu, em fins de 1976, ao receber o título de Homem de Visão, concedido pela revista *Visão*. Nesta ocasião, criticou violentamente o processo de estatização da economia e reivindicou maior participação do empresariado no processo decisório. Imediatamente, recebeu aplausos entusiásticos de parlamentares arenistas e emedebistas.

Dai para frente trabalhou mineiramente, em silêncio, reunindo correligionários até julho, quando oficializou sua candidatura. Cauteloso, Magalhães dizia que a Revolução já estava amadurecida para que um civil pleiteasse a presidência. Mas não contestava a autoridade do general Geisel, afirmando que sua campanha visava sua indicação pelo mesmo. Apresentava-se ao Presidente como o candidato que poderia evitar um choque entre os dois candidatos militares. Frota e Figueiredo.

Em primeiro de dezembro, Geisel discursava "cogitando" o fim das leis de exceção, substituídas por salvaguardas eficazes do regime. Aparentemente, visava oferecer uma alternativa para deter a crescente

mobilização por liberdades democráticas, arrancando bandeiras da Oposição e atraindo setores liberais. Com isso, por tabela, também esvaziava a candidatura de Magalhães, ao oferecer um programa semelhante ao deste.

Por essa época, também ficou claro que Magalhães que não seria chamado para debates com Geisel, e que o esquema governista estava fechado em torno do nome de Figueiredo.

Diante disso, Magalhães respondeu radicalizando suas propostas. Discursando na solenidade do título de Homem de Visão de 1977 reclamou "o retorno à ordem democrática, expresso numa Constituição assente no Direito, e não nas chamadas razões de Estado, como acontece nos sistemas democráticos." Clama por salvaguardas dadas ao indivíduo e à sociedade. Propõe fim das leis de exceção, reorganização partidária, plenitude do *habeas corpus* e revisão das punições e cassações. Os lances seguintes representariam uma mudança de qualidade da luta sucessória.

Em 6 de janeiro, antecipando os

prazos previstos, Geisel lança a candidatura do general João Batista Figueiredo, sem consultas aos políticos ou ao Alto Comando do Exército. Tratava-se de evitar outras candidaturas indesejáveis, como a do general Euler Uentes Monteiro, com amplo trânsito de em áreas militares e civis e a expulsão ao descontentamento à indicação de Figueiredo, configurado no pedido de demissão do chefe do Gabinete Militar, General Hugo de Abreu.

Logo em seguida, o governo decide antecipar a Convenção, prevista inicialmente para setembro, fixando sua data para os últimos dias de março. Também a decisão quanto aos nomes dos futuros governadores estaduais ficou adiada para abril, de forma a evitar que os descontentes cerrassem fileiras em torno de Magalhães na Convenção.

Severo na trincheira

O Senador não desiste, saca novos trunfos de seu arsenal. Afirma seu programa e obstinado passa à oposição aberta, tornando-se o anti-

candidato de 1978, catalizando as simpatias emedebistas e conquistando novos aliados dentro do Sistema.

Severo Gomes adere à candidatura Magalhães, definindo-a como a última trincheira da luta pela democracia. Esta aliança - entre o ex-ministro partidário de maior participação do Estado no controle da economia e o Senador que iniciou sua campanha buscando adesões entre os empresários contrários à estatização - revela que estão momentaneamente superadas as eventuais divergências quanto ao modelo econômico. O essencial, agora, é a conquista de um modelo político que assegure aos empresários o controle mais efetivo do processo decisório.

Mas na trincheira Severo-Magalhães cabe mais gente, pois Magalhães Pinto declarou que aceitaria a adesão do general Frota e seus partidários, mesmo porque lhe importa o apoio daqueles que tenham posições de influência política e militar. Tal possibilidade não deixa de preocupar os membros mais liberais desta frente ampla,

temerosos que os frotistas revertam posteriormente os rumos do projeto de Magalhães.

A onda crescente da candidatura Magalhães desembocará na Convenção, com o risco de provocar marolas que balancem o barco de Figueiredo, aparentemente estável.

Coloca-se a hipótese de Geisel e a direção da Arena tentarem bloquear a participação de Magalhães na Convenção, regulamentando-a de forma que passe apenas a servir para a confirmação dos nomes indicados pelo Diretório Nacional, cujos 71 membros primam pela docilidade a quem está no poder.

Esta medida, entretanto poderia provocar um doloroso rompimento dentro da Arena, que necessita apresentar-se unida diante do MDB nas eleições de novembro. Magalhães já deixou patente sua intenção de retaliar, caso se configurem medidas para descartá-lo do páreo. Por exemplo, retirando-se da

Arena e passando à crítica aberta ao processo sucessório. Não se pode excluir a possibilidade de que possa aliar-se ao MDB.

Permitida a presença de Magalhães na Convenção, para derrotá-lo usando o esquema governista de pressão sobre os convenionais e a influências de partidários de Figueiredo como Daniel Krieger ou Célio Borja, o senador mineiro poderia alcançar no máximo uns 30% dos votos. Isso seria uma vitória moral na derrota eleitoral, que poderia ser absorvida por Magalhães, que já deixou claro que aceitaria os resultados de uma Convenção realizada com lisura.

Em qualquer das hipóteses, Magalhães poderia prosseguir em sua campanha, na perspectiva da criação de um novo partido político, capitalizando o apoio conquistado e que poderia conquistar um papel importante no governo Figueiredo, servindo como canal representativo dos interesses daqueles que se uniram à cruzada do senador mineiro. Seria um agrupamento político livre dos traços fisiológicos típicos de um partido governista, com uma área de manobra mais ampla.

O MDB engolindo poeira

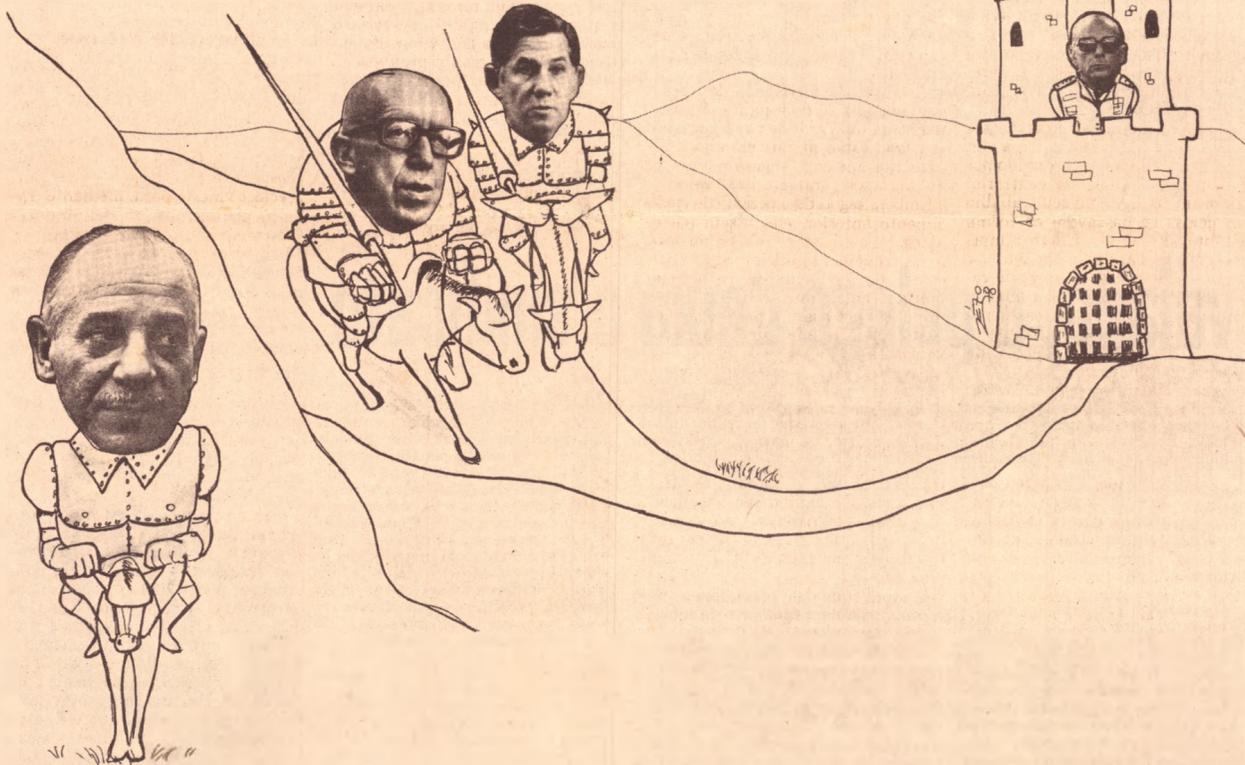
Diante de todo o alarido das duas candidaturas, o MDB, enquanto partido se esconde na penumbra, envolto na poeira dos contendores e na perplexidade (ou oportunismo) de suas direções. As dificuldades internas desse partido são inúmeras tendo sido, em grande parte colocadas pela própria ofensiva política governamental, já com a Missão Portela e mais ainda com o discurso de Geisel de 1º de dezembro, com seus acenos reformistas.

O MDB não conseguiu - e nem empenhou-se de fato, em denunciar sistematicamente os evidentes limites dessas propostas. Na perspectiva da reforma partidária surge a luta interna pelos espólios emedebistas, e as várias alas começam a pensar onde se reagrupar.

Diversos setores dispõem-se a embarcar na canoa governamental, abandonando a incerta nau do "navegar é preciso" de 1973. Outros aderem à campanha de Magalhães, a exemplo da maioria da cúpula do MDB mineiro, que fica claro nas palavras do seu secretário-geral, Renato Azeredo (tido como herdeiro político de Juscelino): "Magalhães é um cidadão interessado em promover a conciliação. Acho inteiramente possível que o MDB possa vir a apoiá-lo, dadas as afinidades de sua pregação com o nosso programa partidário".

A epidemia adesista à candidatura do senador mineiro não se restringe apenas à oposição parlamentar. Em Minas, articula-se um manifesto de intelectuais mineiros em apoio a Magalhães e manifestações deste gênero podem proliferar dentro em breve, no Rio de Janeiro está sendo programado um almoço de desagravo ao jornalista Gerardo Mourão de Melo no qual estarão presentes vários intelectuais como Nelson Verneck Sodré, Carlos Drummond de Andrade e outros. Por coincidência, o orador oficial deste genuíno será o senador Magalhães.

Otávio Ferreira.



Euler Monteiro, a terceira opção?

O general Euler Bentes Monteiro, segundo alguns identificado com o nacionalismo de Albuquerque Lima, recebeu apoio de boa parte da oficialidade jovem na disputa da presidência.

Quem é o general de quatro estrelas aposentado Euler Bentes Monteiro e quais suas possibilidades de ascender à presidência da República?

Não foi por acaso que Euler começou a ocupar cargos de expressão durante a gestão Albuquerque Lima no Ministério do Interior no governo Costa e Silva. Nessa época, à frente da Sudene, cortou os financiamentos fornecidos pela Usaid, que apesar de representarem menos de 15% de todos os recursos, permitiam a este organismo exercer forte influência na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. E combateu os cortes dos incentivos fiscais para a região.

Foi assim que Euler conseguiu angariar a simpatia não só dos técnicos dessa entidade como também dos empresários nordestinos, o que foi comprovado na última Conclap. Nesse encontro, uma envelope de revista *Veja* apontou-o como o candidato à presidência mais votado.

Demonstrando uma certa identidade ideológica com o nacionalismo dos albuquerqueistas (1), Euler

acompanhou a demissão do general Albuquerque Lima do Ministério do Interior, em 1969. Essa identidade reafirmou-se quando foi nomeado diretor do Departamento de Material Bélico do Exército, onde procurou por em prática uma política de auto-suficiência brasileira na produção de armamentos. Fruto dessa política foi a criação da IMBEL, Indústria de Material Bélico, com o objetivo não de produzir diretamente, mas de coordenar a produção das empresas privadas. Preservando o campo de ação das indústrias do setor, Euler ganhou novas simpatias empresariais.

Apoio dos Militares Jovens

Agindo dessa forma, Euler vem acumulando adesões nos últimos anos, a ponto de reunir forças suficientes para ser cotado entre os generais mais presidenciais do país. Na área militar seu suporte parece abranger grande parte da oficialidade mais jovem, incluindo-se aí os

antigos adeptos do general Albuquerque Lima. Em dezembro de 1976, após uma reunião que contou com representantes de vários Estados, esses oficiais foram hipotecar-lhe apoio na corrida presidencial. Curiosamente não aceitou, canalizando esse apoio para o suposto sucessor a ser indicado por Geisel, no caso o general Reinaldo Mello de Almeida.

Na verdade Euler parecia preocupado em demonstrar sua fidelidade a Geisel, com a esperança dele próprio vir a ser o indicado para a sucessão, de acordo com alguns boatos vigentes. Mas não somente os boatos não se confirmaram como também o presidente não o nomeou para nenhum cargo importante após a sua passagem para o time dos reformados do Exército.

(1) O general da Reserva Albuquerque Lima foi Ministro do Interior do Governo Costa e Silva, a quem pretendeu suceder na presidência. Albuquerque Lima não chegou ao Poder por causa de suas posições "nacionalistas".

Um projeto alternativo

Ao lado do jogo sucessório, há um projeto alternativo ao modelo econômico, como qual simpatizam setores militares e empresariais. É o que explica Estevam Martins.

A atual crise política enfrentada pelo regime militar face à sucessão presidencial, uma das mais sérias desde 1964, conteria implícito em seu bojo pelo menos um projeto alternativo ao modelo de desenvolvimento adotado até agora, com o qual tanto a candidatura Magalhães como a Euler Bentes Monteiro guardariam uma certa relação. Carlos Estevam Martins, professor de política da USP e da UNICAMP, identifica como pontos deste projeto alternativo "a valorização do mercado interno, uma melhor distribuição de renda, o combate aos desequilíbrios regionais, a produção de uma tecnologia nacional e algumas restrições ao capital estrangeiro". Do ponto de vista político, "implicaria na implantação de um regime mais liberal".

MILITARES

Segundo Estevam Martins, a partir da crise do "milagre", determinados setores da sociedade começa-

ram a enxergar que o aumento da participação do capital estrangeiro na economia brasileira estava ligado ao aumento da dependência nacional, ao problema das contas externas, ao crescimento urbano caótico, à criação de bolsões, à apatia e ao descontentamento nas camadas médias e baixas da população".

"Esse tipo de postura, mais nacionalista - diz Estevam Martins - pode ser detectada nos meios militares, em questões como a dos computadores, onde houve uma interferência direta do Estado Maior das Forças Armadas na decisão de excluir as indústrias estrangeiras da disputa. O quartzo, que era exportado em bruto por 50 centavos de dólar, passou a ser beneficiado e alcança hoje cinco dólares, graças à intervenção dos militares. Com o aumento de ganho, criou-se um fundo de pesquisa e tecnologia nacional para o aproveitamento desse metal."

EMPRESÁRIOS

O projeto alternativo apontado por Carlos Estevam Martins também encontraria apoio "no setor de bens de capital (Bardella, Sason, etc.), constituído principalmente por empresas nacionais, e por parte do setor de bens de consumo popular". Ao seu ver, porém, não existiria propriamente um engajamento desses setores ao projeto mas sim uma simpatia, que não chega a se traduzir num apoio político militante.

"Os referidos setores - acrescenta - não possuem propriamente um interesse no fortalecimento do mercado interno e na distribuição mais equitativa de renda, porque produzem para o consumo do Estado e de outras empresas." Para os empresários, propostas como estas "atendem mais a objetivos políticos de cooptação de segmentos importantes da sociedade brasileira, visando a consolidação de uma opção capitalista menos traumatizante."

A ofensiva palaciana

O governo decidiu mudar a sua forma de atuar. Em vez da repressão pura e simples procura agir com mais tato, chamando mesmo os liberais a avalizar suas tímidas reformas. Com isto Geisel colocou parcelas vacilantes da oposição na defensiva. Apesar do sucesso parcial da estratégia geiselista que pode representar um certo fôlego para o Poder, resta a indagação: até onde é possível esticar a corda sem perder o controle da situação?

A candidatura Figueiredo - e com ela o projeto de continuidade do regime militar com uma nova forma de dominação política - conseguiu o que parecia impossível: acudado a partir do pacote de abril, Geisel deu a volta por cima, afastando os que, na intimidade do Poder, ousaram contestar seu herdeiro. Não ficou só nisso: através da missão Portela e de promessas de reformas, neutralizou e cooptou setores eventualmente descontentes com o regime, deixando atordoado até o partido de oposição.

A unção de Figueiredo é o grande objetivo e ponto culminante de uma ofensiva que anuncia a substituição do AI-5 por "salvaguardas" constitucionais, suspensão da censura prévia, volta dos cassados à atividade política e uma reorganização partidária que pode permitir inclusive a existência de partidos mais à esquerda. Ainda que tímida, essa plataforma ganhou logo o apoio de liberais decadentes tipo Daniel Krieger e Célio Borja, que passaram a avalizar o projeto da dobradinha Geisel-Figueiredo. Para coroar de êxito a ofensiva palaciana, emedebista do antigo udenismo e pesedismo, como Thales Ramalho e Tancredo Neves passaram a trabalhar, nos bastidores, pelo esvaziamento da campanha da Constituinte.

Porém, a candidatura Figueiredo encontra também sérias resistências tanto à direita como a esquerda. Se para os militares, políticos e empresários que se aglutinavam em torno do general Sívio Frota o projeto das reformas representa a capitulação final do regime diante da subversão, para alguns setores da ARENA, do MDB, da OAB, da Igreja, para os empresários descontentes com aspectos do atual modelo econômico e mesmo para alguns militares, ele aparece como um passo muito acanhado, no rumo da "redemocratização" e do "Estado de Direito".

Enquanto as dissidências à direita permanecem ainda sem uma direção clara, atordoados pelo golpe que sofreram com a queda de sua figura de proa, os últimos começam a se aglutinar numa grande frente em torno de Magalhães Pinto e Severo Gomes. E prometem resistência, pacífica, ordeira, mas talvez crescentemente enérgica.

As sucessões ontem e hoje

Ao que parece, as sucessões dos governos "revolucionários" não são mais aquelas. Embora cercadas pelas intrigas e lutas grupais de sempre, os processos sucessórios anteriores jamais ultrapassaram os marcos castrenses. As próprias classes dominantes nunca se deixaram incomodar pelas questões de "mera" administração do Estado, preocupadas que estavam em colher os frutos dessa administração, ou seja, os gordos lucros garantidos por um modelo econômico que jamais chegava a ser questionado pela brigada palaciana. Isto posto, cabia ao Estado apenas a tarefa de "manter" a ordem necessária para garantir a super exploração sobre os trabalhadores que por sua vez, assegurava a existência desse modelo. Disso, o governo se desincumbia muito bem, qualquer que fosse o general presidente. Logo, não havia com que se preocupar.

É claro que para as outras classes da sociedade que não participavam da partilha do "bolo" produzido por esse modelo - mas, ao contrário, faziam-no crescer com seu trabalho - as coisas se passavam de forma bastante diferente. Essas jamais conseguiram engolir o modelo, os generais presidentes e o próprio regime senão a custa de uma intensa repressão. Face a isso, elas só podiam ser mantidas totalmente a margem de quaisquer canais de participação política.

Agora, muita coisa parece ter mudado quando as disputas no interior do bloco dominante se dão fundamentalmente em torno da forma que deve assumir a participação popular. Essa é a grande questão que reveste o processo sucessório e lhe atribui um caráter fundamentalmente diferente dos anteriores.

Abriu canais de participações políticas tornou-se uma necessidade quase tão vital para as classes dominantes quanto à própria repressão.

Hoje, já não se trata mais de assegurar a simples manutenção de um modelo econômico que chegou a satisfazer até a classe média no período do "milagre". Trata-se fundamentalmente de decidir com quem ficam os maiores prejuízos advindos da crise econômica. Nes-

sas horas, de nada valem as fórmulas matemáticas dos tecnocratas, que chegaram a produzir "milagres" em passado recente. Tampouco aumentar a repressão sobre os trabalhadores e setores populares é a solução: eles já resistem à super exploração e qualquer abuso pode ser a gota d'água.

A política aparece, então, como a única forma de os arbitrar os conflitos entre as classes dominantes e amortecer as reações das classes dominadas. Torna-se necessária, portanto, a criação de canais institucionais que permitam a participação popular num jogo onde ela deverá desempenhar o papel de massa de manobra e fiel da balança ao mesmo tempo. Só resta decidir agora qual a amplitude que deverão ter esses canais: se o estreito corredor que propõe Figueiredo ou se a viela em pouco menos estreita mas também limitada que defende Magalhães.

Ao nível da correlação de forças dentro do bloco dominante, Figueiredo vem com uma grande vantagem: ao seu lado estão alguns grandes empresários que capitanearam o barco do chamado "milagre brasileiro".

Embora esgotado o período de crescimento anterior, eles fazem parte ainda hoje do setor mais importante da economia brasileira. Sua capacidade de representar-se no terreno político, entretanto, é bastante diminuída. Face a isso, o projeto de "abertura controlada" de Figueiredo vem a calhar para seus interesses: se, por um lado, eles estão convencidos da necessidade de utilizar mais as formas de dominação política em detrimento da força, por outro eles não estão dispostos a arriscar as posições conquistadas dentro do aparelho de Estado nos últimos anos. Figueiredo vem recebendo o apoio de "liberais" mais "realistas" (do que o rei?), que encaram um projeto mais democrático como uma utopia.

A amplitude das reformas, entretanto, dependerá fundamentalmente da intervenção daqueles que, apesar de serem o seu principal alvo, ainda não foram consultadas sobre elas: os setores populares. Que, a a julgar pelo seu comportamento recente, não parecem nada dispostos a se contentar nem com corredores, nem com vielas...

Paulo Sérgio

Partido Socialista pode sair da casca

Persiste certa diversidade de propostas e de projetos ideológicos entre os que têm atuado sob a inspiração da sigla do Partido Socialista - o PS. Contudo, apesar das divergências quanto às questões mais gerais - ou estratégicas - e sobretudo quanto aos encaminhamentos imediatos - ou táticos -, as lideranças principais da articulação enfatizam que por enquanto "não cabe falar em dois ou mais movimentos, pois não existem estruturas paralelas e sim uma única campanha que ainda precisa de muita amarração".

Na verdade, a campanha tem ainda um caráter embrionário, realizando-se através de núcleos de discussão relativamente dispersos, mas em vigorosa atividade. Alguns desses núcleos já definiram suas "contribuições ao debate", visando a definição de uma estrutura nacional que daria suporte ao lançamento público da ação pró-PS. Enquanto isso, proliferam os artigos, conferências e debates sobre o assunto. O jornal "O São Paulo", órgão da Arquidiocese de São Paulo, ainda que de modo discreto e mais doutrinário, tem feito seguidos editoriais a favor de teses curiosamente semelhantes àquilo que seria o consenso mínimo já alinhavado entre os articuladores da proposta.

"Se não houver por trás dessas manifestações uma sólida e extensa rede de núcleos políticos, enraizados na base, formados por pessoas conscientes e comprometidas com um programa político claro e definido, nenhum benefício real poderá resultar para o povo" ("O São Paulo", 7 de janeiro de 1978, pág. 3).

Comenta-se, aliás, que ponderáveis setores da parte mais progressista da Igreja estariam dando força à idéia do PS, fato que tem animado bastante os articuladores.

Em São Paulo, o ex-ministro do Trabalho de Goulart, Almino Afonso, assim como o ex-deputado Plínio de Arruda Sampaio, os deputados Aírton Soares e João Cunha, além de intelectuais, professores e, mais recentemente, algumas entidades estudantis, têm estimulado a tese pró-PS. No Rio Grande do Sul, o setor jovem do MDB, em boletim interno, postula a necessidade de criação de uma tendência Socialista dentro do MDB e - segundo o jornal "Versus" nº 17, de dezembro de 1977 - existem nove deputados gaúchos dispostos a participar de um PS.

Em Brasília, o ex-deputado Chico Pinto tem concedido inúmeras entrevistas onde enfatiza a mesma tese. Também em Belo Horizonte, há meses, e em capitais do Nordeste há menos tempo, a proposta vem conquistando adesões, sobretudo depois que a reformulação partidária reapareceu na ordem-do-dia.

Furando o sinal

Um dos documentos de discussão usado no interior dos núcleos pró-PS, remetido a EM TEMPO na última semana, diz: "É evidente que, havendo uma iniciativa com cronograma não condicionado às eleições, terá ela a vantagem de alguns preciosos meses para, mediante trabalho político público, definir questões programáticas e construir um perfil, em si mesmo um fruto apreciável". E sugere: "Assim, a atual fase de articulações precede um possível lançamento público do momento de criação de um partido político. Ao invés de condicionado ao sinal verde, o lançamento público fica na dependência do preenchimento de alguns critérios: a) - diversificação da origem social e da origem político-ideológica dos signatários do programa partidário; b) - criação de núcleos do movimento em pelo menos oito Estados; c) - redação de projeto de estatuto, programa partidário e manifesto de lançamento observadas as exigências legais; d) - avaliação da conjuntura política, tão logo sejam construídos os primeiros itens, e, então, decisão final quanto ao lançamento público do movimento". Está tática, que indica o caminho rumo ao lançamento público da alternativa, sem maiores condicionamentos, seria a opção que tem conquistado maior força entre pessoas e núcleos envolvidos (ou interessados) na questão.

Segurando o carro

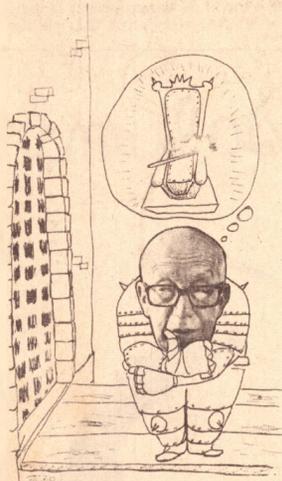
Entretanto, há manifestações contrárias a que se dê um passo adiante de imediato. O deputado Alberto Goldman (MDB-SP), no intuito de "segurar o carro", escreveu uma incisiva carta à "Folha de S. Paulo", publicada na última quinta-feira, a fim de contestar um artigo do Almino Afonso, onde o ex-ministro do Trabalho faz quase uma proclamação em favor do PS. Embora diplomático na argumentação, Goldman afirma que insistir - agora - na construção de um novo partido de oposição e de compromisso socialista, equivale a "fazer o jogo do regime autoritário". Goldman acha que um PS hoje implica em "dividir a oposição", e sugere uma caminhada lenta e gradual, basicamente dentro dos marcos do MDB.

Afora os lances fatuais de rearticulação partidária, onde certas tradições secundárias tendem a ocupar um lugar aparentemente determinante e onde as novidades tendem a atrair as atenções, a questão dos novos partidos e do PS - em particular - exige um debate mais profundo. Isto tem sido percebido tanto por setores de esquerda que já optaram por participar diretamente de tal campanha, quanto por parte dos que ainda se situam à distância das articulações, assumindo diante delas uma postura crítica (ver "De vagar com o andar, o santo é de barão". EM TEMPO, Experimental, nº 2).

De fato, dentro de prazo curto, nada assegura a legalização de um PS. A atual legislação eleitoral, vigente desde 1971, impõe rígidos obstáculos à qualquer iniciativa de constituição de novos partidos, a começar pela exigência de apresentação de um pedido de registro subscrito por 5% do eleitorado nacional, cerca de 1,5 milhão de assinaturas.

Entretanto, as correntes mais ousadas dentre as que cogitam o PS, mais como um movimento ou uma frente de oposição redefinida, mais à esquerda, entendem que pouco ou nada têm a perder em "avancar o sinal". O texto de debate antes mencionado acrescenta: "... o processo de coleta de assinaturas é uma excelente oportunidade para se desenvolver uma discussão política, de porta em porta. Mesmo que o número de assinaturas não seja alcançado ao final de um ano de trabalho, a iniciativa terá dado frutos, pelo espaço político que criará, pela articulação e estímulo à participação".

J.B.



editora brasiliense NAS LIVRARIAS OU PELO Reembolso Postal Caixa Postal, 30.644 - SÃO PAULO **editora brasiliense**

A Revolução Brasileira
Caio Prado Jr.
Análise das perspectivas econômicas e políticas que se apresentam na atual fase da evolução histórica brasileira. Essa análise é feita rigorosamente na base das condições peculiares e específicas da nossa realidade.
Cr\$ 98,00

Fome de Lucros
Bernardo Kucinski e R. J. Ledogar
"A leitura de 'Fome de Lucros', feito trabalho de documentação sobre a atuação das multinacionais de alimentos e remédios na América Latina levanta novas dúvidas (Ivan Maurício, Movimento)
Cr\$ 90,00

Almanaque 6
Caderno de Literatura e ensaios organizado por Bento Prado Jr. e Walnice Nogueira Galvão.
"A importância de alguns trabalhos, a instigação fornecida por outros, o prazer da escrita (...) estão presentes com peso."
editora brasiliense

ESTADO e subdesenvolvimento industrializado
Luís C. Bresser Pereira
"É uma volta à discussão do conceito de tecnoburocracia (...) não se trata de legitimar o sistema capitalista, mas justamente de aprofundar a crítica de sua atual configuração."
Cr\$ 180,00

Caderno 28 Cebrap
Uma das mais importantes publicações brasileiras traz, no número 28, ensaios sobre a ação das multinacionais.
Cr\$ 65,00

BRASIL HISTÓRIA 2 IMPÉRIO
Mendes Jr., Roncari e Maranhão
"A compreensão de que a História é matéria viva e como tal deve ser apresentada, estudada e pesquisada se exprime aqui de maneira clara."
(Déa Ribeiro Furlan, Jornal do Brasil)
Cr\$ 200,00

BRASIL HISTÓRIA 1 REPÚBLICA
editora brasiliense

Caderno de História
Os Cadernos de História, organizados pela Associação dos Universitários para a Pesquisa em História do Brasil (AUPHIB), traz artigos de autoria de Eric Hobsbawm, Paulo Sérgio Pinheiro, Nelson Werneck Sodré, Carlos Guilherme Mota, entre outros.
Cr\$ 40,00

HISTÓRIA
AUPHIB @brasiliense

Testamento de Jônatas deixado a Davi
João Silvério Trevisan
"O livro lança algumas alfinetadas na esfera de Códigos Morais, tão insuflada nos dias de hoje. Tentativa de derrubar a cadeia cativa fincada nas praças e onde só é permitido sentar (ainda com certo risco) a dupla homem-mulher."
Cr\$ 45,00

Amazônia - EXPANSÃO DO CAPITALISMO
FERNANDO H. CARDOSO, G. MÜLLER
"Uma história subterrânea da Amazônia: a crônica da exploração brutal do trabalho, da base populacional indígena, a forma pela qual são tratados os trabalhadores."
(FOLHA DE SP)
Cr\$ 75,00

Artistas e festas populares
Ensaio de Murilo Carvalho, José Miguel Wisnick, Hermilo Borba Filho, Gilberto N. Galvão sobre a cultura popular.
Cr\$ 40,00

O Povo do Mar
Wilson Rio Apa
"Rio Apa apura neste seu novo livro sua maneira pessoalíssima de escrever, levantando a realidade sócio-econômica e cultural dos povos ribeirinhos, com suas lendas, tradições e problemas."
(Torriero Guimarães, Folha de Tarde)
Cr\$ 85,00

Função do Orgasmo
Wilhelm Reich
Este livro sintetiza o trabalho médico e científico de Wilhelm Reich com o organismo humano em um período de vinte anos, e apresenta todo o desenvolvimento desse trabalho em sua rápida progressão da esfera da psicologia para a da biologia.
Cr\$ 98,00

(Teatro infantil?)

Vinde a mim as criancinhas

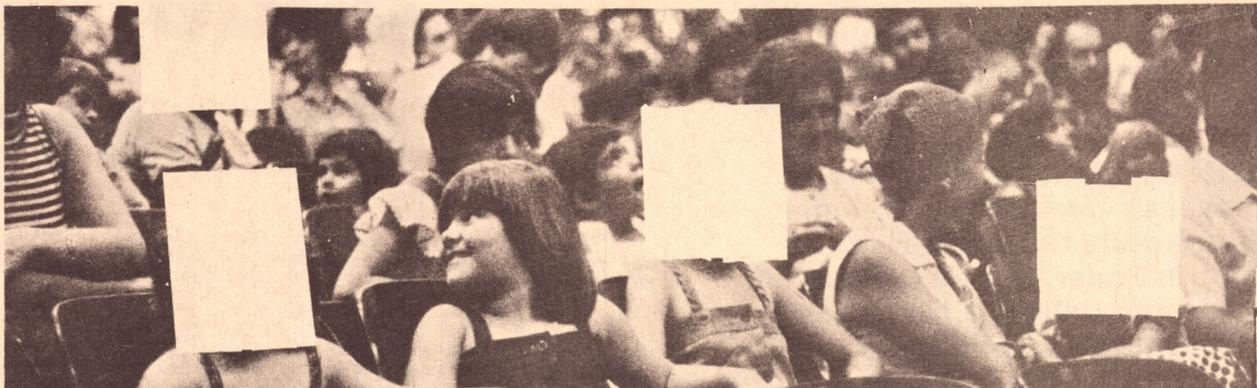
Ao contrário, a rígida divisão "mundo adulto" "mundo infantil" é bem recente: tem a idade aproximada do capitalismo

Dois peças de teatro infantil dos últimos tempos apresentaram-se como inovadoras, fazendo com que boa parte dos especialistas as acolhessem como uma tentativa de politização dos produtos culturais destinados a crianças em nosso país: *A Lenda do Vale da Lua*, de João das Neves e *Os Saltimbancos*, de Bardotti e Enriquez, tradução e adaptação de Chico Buarque. *A Lenda do Vale da Lua*, montada há cerca de dois anos pelo Grupo Carreta (Rip), está sendo levada em São Paulo por atores que também se dedicam ao teatro para adultos; *Saltimbancos* aparece em montagens grandiosas, caríssimas em várias capitais e foi proposta como texto-roteiro de um espetáculo para crianças na periferia de São Paulo. Vale a pena uma atenção maior em relação aos textos e montagens, sem a perspectiva de "em terra de cego quem tem olho é rei", pilar ideológico dos entusiastas das duas propostas.

Inicialmente é importante perguntar o que define um teatro (texto literário, música, etc) dirigido para crianças. A literatura infantil, assim como qualquer produto para crianças especificamente, não é coisa que tenha existido sempre ao longo da história da humanidade. Ao contrário, a rígida divisão "mundo adulto"/"mundo infantil" é bem recente: tem a idade aproximada do capitalismo. Hoje ainda em muitas partes do mundo, existem sociedades que não estabeleceram essa divisão, como várias tribos indígenas nossas vizinhas. As crianças participam de quase todas as atividades - pesca, artesanato etc., como também das festas, enfim da vida cultural, religiosa junto com os adultos. E na China contemporânea, sobretudo depois da Revolução Cultural, as crianças foram levadas a participar muito ativamente da vida social. Elas plantam, colhem, lavam louça e limpam desde um ano de idade, aproximadamente, não recebendo o tratamento paternalista/"infantilizador" que caracteriza o processo de educação burguês.



Portanto, qualquer produto cultural dirigido especificamente para crianças em nossa sociedade e que se pretende crítico, deve, fundamentalmente, apontar ao nível da perspectiva histó-



Niels Andre

ca, para o fim da divisão adulto/criança, divisão esta que dá lugar para a produção de um teatro infantil, por exemplo. Esta premissa - o fim da divisão adulto/criança - exige, antes de tudo, uma postura altamente contraditória - o teatro deveria se dirigir a um público que negaria, enquanto público específico; exigiria também a compreensão de que a existência da "infância" como mundo à parte é, primordialmente, uma marginalização por idades que deve ser abolida.



Alternativas diversas para o teatro infantil, ambas com o propósito de levar a seu público reflexões críticas sobre sociedade, *Saltimbancos* e *Vale da Lua* não questionam o "ser da criança", não indicam a opressão exercida sobre as crianças, opressão esta contra a qual se deve lutar, pois é, ao mesmo tempo, produto e ajudante do sistema de exploração que rege nossa sociedade.

A lenda da razão

A Lenda do Vale da Lua é uma peça que procura mostrar que o teatro é pouco mais que uma brincadeira, feito a partir de alguns objetos e da imaginação. Os atores trocam de acessórios,

trocando assim de personagens; os personagens interrompem as falas, aparecendo enquanto atores; o cenário é relativamente armado durante o espetáculo pelos próprios atores. Ou seja, personagens e peça se produzem diante do público, sem maiores mistérios.

O "ser criança", então, torna-se um produzir-se enquanto criança, usar calças curtas ou vestido cor de rosa; o "ser mãe" é usar avental, cabelo pra cima e manter nos lábios um sorriso forçado. Mas a crítica aos papéis em geral dados como "naturais" e que a peça denuncia como sociais não vai longe. Os atores que se fazem personagens de crianças assumem a postura tradicional que o teatro infantil legou a representação da criança no palco e, portanto, à imagem que o próprio teatro infantil faz e espera das crianças. Na *Lenda*, os atores-personagens de crianças "infantilizam" a voz, acentuam os traços de voluntariedade, multiplicam as caretas, passando a visão de que criança é um ser diferente do adulto, muito provavelmente inferior, "inconsequente" e incapaz de uma certa "racionalidade" que lhe é preciso impor.

Idéias e maniqueísmo

Os personagens das crianças, Lúcia e Carlos, à procura de uma idéia vêm cair uma estrela. A estrela seria um aviso e talvez a própria idéia que procuram. A princípio a menina - como sempre são as meninas - teme se aproximar da estrela, esta pode cegá-la. E cabe ao menino dar-lhe coragem, porque o medo de se apropriar das idéias leva também à cegueira. E Lúcia con-

clui citando o pai, que as idéias, por escondidas que fiquem durante certo tempo, sempre tornam a brilhar.

O pai e a mãe são professores, nem pobres, nem ricos. Mas apenas o pai é intelectual, aquele que quer guardar a estrela num livro. Não, as idéias devem ficar expostas, à vista de todos e assim a estrela é colocada no fundo do palco, ao alto, como um novo crucifixo que rege a vida dos homens: estaríamos vivendo a idade do culto à razão.

Os personagens se trocam entre os atores e constroem um boizinho que ganha vida através de um ator. O boizinho, com muitos espelhos pregados nas costas, dança tanto, que vai parar na cidade - um lugar onde ninguém sabe o que é lua, sol, onde só há concreto, agitação, barulho. O inferno urbano é o cenário do mal, é onde se localiza o vilão da estória, a bruxa violência que, em forma de automóvel, atropela e mata o boizinho. O boizinho é ressuscitado, não através do saber médico, mas sim da sabedoria popular - é a emba da Amazônia, trazida pelo cavalomarinheiro, chamada por dois caipiras (todos esses personagens são bonecos) quem fornece a agulha com a qual se costura o boizinho que sai dançando, para alegria e alívio geral.

O *Vale da Lua* é o lugar da felicidade - em oposição à urba - e onde se fazem festas, onde caem estrelas, onde os pais não são pobres, nem ricos, onde os irmãos são amigos e pais e filhos se dão bem. E o lugar das tradições, onde o professor-pai prepara as lições e a professora-mãe lida com o trabalho doméstico, em que o pai pesca e a mãe lava a roupa. E o lugar de uma "brasi-

lidade" que a cidade não soube incorporar.

O circo de hoje e de sempre

Mas não é só a um "mundo rural" mitificado que o público é remetido. Os atores, personagens de atores se vestem e muitas vezes agem utilizando-se de códigos de circo. Essa diretriz não é característica da *Lenda do Vale da Lua*, mas sim uma das formas mais comuns de aproximar o palco com a plateia de crianças. Embora o circo hoje não faça mais parte do cotidiano das crianças de grandes centros, são os gestos circenses os mais utilizados para mobilizar o público. Esta presença do circo nos espetáculos de tea-



tro infantil remete a algumas perguntas. Entre elas - será que o teatro feito especificamente para crianças é capaz de produzir línguas próprias, tomando emprestados jargões de outras áreas (televisão, circo)? Será também que o circo, que já pertence ao passado dos agora-adultos, recuperado a partir do teatro infantil ("o circo é bom e divertido as crianças em qualquer época") não estaria reforçando a noção de a-historicidade a que as crianças se vêem relegadas em nossa cultura, que tenta criar uma criança natural, eterna?

Os *Saltimbancos* é a estória de quatro animais que fogem de suas causas para não enfrentar condições desfavoráveis, sobretudo condições morais desfavoráveis - está em jogo a "honra do ser humano" - ou dos animais. O jumento, caracterizado como camponês, foge por motivos éticos - é chamado de mula preguiçosa; o cachorro, soldado, escapa da rotina; a galinha-operária, "bloqueada" e, portanto, improdutivo, debanda para não se ver transformada em canja e a gata/artista prefere a pobreza - sinônimo de liberdade (?) das ruas à gaiola de ouro a que era submetida.

Os quatro resolvem ir para a cidade onde se tornariam músicos. Esta perspectiva de ascensão social é criticada; os bichos desistem da cidade, porque ela não é ideal; não é governada e habitada por crianças. Assim, depois de expulsar seus antigos patrões de uma pousada, lá se instalam, compõem uma pequena comunidade onde "vamos trabalhar para nós mesmos". Isso na versão paulista, pois no disco os bichos ficam na casa, assumindo cada qual as antigas tarefas - o que é simplesmente reproduzir a estrutura social que tentam criticar.

No musical de Bardotti e Enriquez as crianças ocupam papel fundamental, aparentemente. O mundo seria outro, dizem os personagens, se governado por crianças, mesmo que esse mundo tivesse "prefeito e varredores, guardas e inspetores". A nova moral, portanto, é calcada no poder de não "corrupção" das crianças; como se o "ser criança" já trouxesse em si os novos



conteúdos éticos em que se devesse basear um novo mundo. Essa visão da criança, na realidade, reafirma o poder adulto; pois se a criança é ingénua, "pura", etc., também será frágil e despreparada para enfrentar o "mundo cruel". Daí o paternalismo.

Esse poder se apresenta muito claramente no espetáculo. O coro das crianças é marcado no palco com tanta rigidez, que os limites de seus passos são estabelecidos por traços pintados no chão. O poder adulto, cúmplice de tantas outras instâncias de poder em nossa sociedade, se cristaliza em alguns detalhes (como as piadas e trocadilhos dirigidos evidentemente aos adultos da plateia) e estruturalmente, na feitura de uma super-produção, realizada em teatros imensos (Canecão, no Rio), onde as crianças-plateias, mais do que nunca, estão sujeitas ao segundo escalão que lhes é reservado em nossa sociedade e que só aparentemente *Saltimbancos* tenta romper. *Ethel Leon*

A plateia em Saltimbancos

"Tem certas regras pra assistir teatro, né, não fazer bagunça, não gritar, não assobiar, ficar quieto, a gente participa, mas participa não sei como, como, como a gente participa, né".

A gente veio ver a peça porque a professora de português disse que ia dar um trabalho, eu tenho 13 anos, a gente escutou a fita na classe, e eu gostei, eu acho que a peça também vai ser legal, meu pai viu na T.V. e deixou a gente ver, precisava levar a autorização do pai, autorizo meu filho Marcelo a assistir a peça teatral em questão, Marcos, 12 anos: a gente já escutou a peça, o que eu me lembro é que tinha o cachorro, o jumento, a galinha e a gata, depois, eles no meio do caminho encontraram uma casa, e queriam ir lá né, mas tinha gente, os donos tavam lá, lutaram, depois desistiram de ir pra cidade, fazer o conjunto, porque não dava, então ficaram por lá mesmo, cada um ficou com uma tarefa, a gata contando estórias, a galinha arrumando as coisas, o cachorro tomando conta da casa, o burro transportava coisas pra fora, é uma história legal, Walter, 11 anos: os bichos podem ser outra coisa, eles podem viver como a gente, pra mim não tem nada de comum entre eles e eu, eles não parecem com a gente, meu nome é Dario e eu acho que os bichos eram muito mal tratados na casa dos donos, então eles fugiram pra tentar uma vida melhor na cidade, cantando né, mas logo viram que era bobagem, que eles não iam conseguir, então tentaram arrumar uma casa, eles encontraram uma que tinham os donos lá, então eles bateram nos donos, ficaram com a casa e esqueceram aquela bobagem de ir pra cidade, o bicho que eu mais gostei foi do cachorro, o cachorro guarda a casa pra nin-

maltratado, os bichos tem coisa igual com a vida da gente, tem muita gente que é maltratada pelos donos e foge, meu pai é da polícia, é cabo, por enquanto, meu pai guarda as coisas, ele é policial né, o cachorro também, guarda a casa, meu pai prende os bandidos, o cachorro guarda as coisas porque é a função dele, ele é um cão de guarda, então tem de guardar, o cachorro foi treinado para guardar as coisas, meu pai foi treinado pra ser policial, pra guardar as coisas do governo, Alexandre, 6 anos: eu sou muito bagunceiro, a professora disse pra mim ficar quietinho na cadeira, na peça eu vou ficar bem quieto, João, 12 anos: tem certas regras pra assistir teatro né, não fazer bagunça, não gritar, não assobiar, ficar quieto, a gente participa, mas participa como, não sei como, a gente participa, né, Mário, 13 anos: é uma história do...do... tem quatro bichos, eles vêm em busca de paz, defendendo os outros e o resto eu não sei, a professora falou para aplaudir e rir, e não era pra vaiar.

Pode maltratar, mas não exagere

Como é o seu nome?
Kátia Ferraz, tenho 13 anos.
- Você já escutou o disco alguma vez?
- Já, lá na minha escola.
- O que você lembra da história?
- História?
- É, o que você lembra da peça?
- Ah, desta peça?
- É, que você vai ver...
- Eu ainda não vi a peça, pensei que fosse disco.
- Não, eu sei, mas o disco, você já não escutou?
- Dessa peça?
- É...
- Não.
- Os *Saltimbancos* você não escutou?



Bichos e barões unidos no final?

- E teatro, gente assim de 18 anos, uma pessoa normal, não se interessa por teatro?

As 14:30 inicia-se o manjado "começa-começa-começa" a turma do fundinho prefere ir de "termina-termina-termina".

Depois da peça. Um resumo: eram 3 animais, que eram maltratados, então eles fugiram e se uniram, foram pra cidade e daí encontraram os antigos patrões, então eles expulsaram os barões da pousada, depois que eles tomaram a pousada eles ficaram amigos, a pessoa quando é maltratada num lugar ela vai embora, mas depois, no final, todos eles, os barões e os bichos, ficaram juntos, eles se uniram e ficaram amigos, os barões eram maus mas mudaram, eles entenderam os bichos, então eles se arrependeram, Flávio: 11 anos: eu gostei mais no final, quando eles ficaram todos juntos, os barões e os bichos, Márcia, 13 anos: no final fica todo mundo junto porque eu acho que os barões perceberam que eles tavam fazendo idiotice né, o entrevistador, pra falar a verdade, não viu esse congoçamento final entre os barões e os bichos, o que deve ter acontecido é que quando os atores foram agradecer os aplausos todos apareceram juntos, enquanto atores daí a criança achar que eles ficaram amigos. Discussão entre crianças de 10 a 13 anos: eu gostei mais do jumento, porque ele era o cabeça da turma, o mais paciente e o mais inteligente, porque sem ele ia transformar cada vez mais numa bagunça aquilo lá,

ele que tava dando ordem, tem que ter alguém que dê ordem.

Pense rápido, o que será que precisa de chefe? E de jumento-chefe no palco para a tomada da "casa"? E de jumento-professora na plateia para manter em ordem as crianças? E se falando de "política". Esse teatro propõe a mudança do mundo, mas seus expectadores ficam quietos nas cadeiras, assistindo às mudanças. E com a professora tomando conta.

Nós viemos aqui porque estamos fazendo um estudo sobre *Os Saltimbancos*, nós viemos pra tirar todas as mensagens que a peça transmite, que o homem comete muito erros, ele maltrata os animais, é que nem se fosse uma fábula, é a realidade humana transmitida por animais, aquilo lá pode acontecer com qualquer pessoa, pessoas da zona rural, isso daí existe com milhões de pessoas, é a realidade humana, que todos somos iguais, porque não somos animais também, só racionamos porque deus criou assim, a gente pensa, os animais não, eles agem pelo instinto, Felipe, 12 anos: os índios não tem barão, o chefe deles não serve pra mandar, ele distribui a comida, não é o mandão não, e na nossa sociedade não tem isso, Mário, 11 anos: tem gente egoísta, tem gente por aí que nem liga e se tem pobre na porta só dá pra querer se mostrar, e o certo é a gente dar, mas não se mostrar, discretamente, porque o melhor jeito é discretamente, então pra que existir a bondade, a gente precisa ajudar o próximo, Vera, 11 anos: depois que eles tomam a pousada do bom barão, o jumento até diz que o humano volta sempre, o humano é o barão, na vida da gente o barão são pessoas más, pessoas sem um pingão de consideração, mas eu gostei mesmo porque é um assunto que a gente tá estudando lá no colégio e é por isso que a gente veio aqui, e eu na aula de Educação Religiosa tô estudando a paz, a alegria de viver, por isso eu vim ver *Os Saltimbancos*, o que a peça ensina pra gente é a não ser egoísta, mau, repartir com os outros, ajudar o povo esta peça pode ser, por exemplo, com um trabalhador, e tem o chefe, o trabalhador tá fazendo um prédio, e o chefe só fica mandando ele pra lá ele podia fazer o negócio dele, sairiam os dois ganhando, o chefe e ele, e isto não tá certo, porque afinal o trabalhador é uma pessoa igualzinha à ele, só que é um pouquinho mais pobre, e não é por isso que o chefe tem o direito de xingar ele, o chefe tem de dar o certo, não pode dar qualquer coisa, tem de dar o certo, era bom que os chefes fossem mais compreensivos com os pobres, com esses coitados, porque é isto que causa marginalis, porque eles não ligam, maltratam, e maltratando piora cada vez más, eles ficam cheios de coisas erradas, os barões levem tratar bem os bichos, cada vez más.

MATEUS SAMPAIO

gramsci gram gr gramsci gram gr gramsci gram gr

A onda gramsciana se propaga hoje entre as oposições no Brasil tal como em seu nascimento na Itália dos anos 20 e 30. A analogia vai bem mais a fundo.

Gramsci está na moda. Nenhum pensador materialista depois da época clássica de Marx e Lenin é hoje tão universalmente respeitado no Ocidente. Suas obras têm sido editadas em larga profusão no exterior e no Brasil. Seus conceitos ganham ampla divulgação em meios acadêmicos e políticos.

Mais do que simplesmente isto, os grandes Partidos Comunistas de massa da Europa Ocidental, especialmente Itália, França e Espanha, estão agora à beira de uma experiência histórica sem precedentes: assumir o aparato governamental dentro de um Estado democrático-burguês sem ter em perspectiva, sequer no horizonte, a ditadura do proletariado, que foi abandonada como um conceito superado historicamente. E a decência política mais ampla e insistentemente invocada pelo eurocomunismo não tem sido outra senão Gramsci.

Cá entre nós, mais recentemente o semanário ISTO E deu um balanço nos 60 anos

da Revolução Russa: o marxismo é hoje uma filosofia ultrapassada, ranzinza e preñe de contradições internas insolúveis; o leninismo uma doutrina economicista, burocrática e autoritária da transformação social; e a história do movimento socialista uma série interminável de insucessos e desastres. Mas em meio a tudo isto emerge uma luz e um interlocutor: Gramsci. E a escolha nada tem de inocente como tentaremos demonstrar.

E até mesmo um liberal do naipe de um Afonso Arinos de Melo Franco, ex-Ministro do Exterior do governo Jânio Quadros, incorpora-se à eglia: "Só agora, a partir do redescobrimto das ideias de Gramsci... o pensamento socialista vai voltando ao que poderíamos chamar a propensão natural da ciência política para a liberdade... Os ortodoxos leninistas são, hoje, na Europa cristã, peças de museus arqueológicos", afirmou ele numa conferência na Universidade Federal de Minas Gerais em 1976.

Sim e não, pois Gramsci é um autor ambíguo prestando-se portanto a fins diversas.

Vatária-se de mais um modismo? Des-tes que cíclicamente divertem os intelectuais diletantes, confundem e tomam tempo aos sérios e enriquecem a indústria cultural?

E na tentativa de desenvolver estas questões, contribuindo para o debate em torno do significado de Gramsci que apresentamos aqui um resumo das ideias de Perry Anderson contidas no artigo "The Antinomies of Antonio Gramsci" publicado em New Left Review, n. 100 de janeiro de 1977. Anderson é um marxista inglês que além de editor de N.L. Review tem dois livros publicados: "Passages from Antiquity to Feudalism", 1974 e "Considerations on Western Marxism", 1977.

Flávio Andrade

A origem das ambiguidades encontradas em Gramsci é diversa. Por um lado ele escreveu na prisão, em condições difíceis, com um censor de Mussolini fiscalizando todo o material, impondo-lhe portanto uma não precisão voluntária nos textos. Mas por outro lado há que se considerar as insuficiências das próprias respostas que Gramsci deu a suas perguntas, abrindo assim campo para utilizações as mais variadas, como veremos adiante.

Na Rússia, o Estado forte dominava tudo; no Ocidente, a burguesia governa junto com as instituições civis. Há diálogo com elas?

O ponto de partida da análise de Gramsci é uma comparação entre o processo revolucionário na Rússia - as vezes denominada Oriente - e a estratégia correta para o socialismo no Ocidente, a partir das diferenças que a relação entre Estado e a sociedade civil apresentava naqueles dois cenários geopolíticos. O Estado entendido como órgão máximo de dominação de uma classe e a sociedade civil como o conjunto das classes sociais e de seus organismos e instituições que tem sua existência à margem do Estado tais como partidos, sindicatos, escolas, jornais, etc.

Segundo Gramsci, "no Oriente o Estado era tudo, e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente havia uma relação própria entre o Estado e a sociedade civil, e quando o Estado se abalava, uma robusta estrutura da sociedade civil imediatamente emergia. O Estado era apenas uma trincheira exterior, por detrás da qual havia um poderoso sistema de fortalezas".

Utilizando metáforas alusivas a campanhas militares na 1ª Guerra Mundial, Gramsci continua o raciocínio: na Rússia, a estratégia correta foi a "guerra de ma-

nobra" através de lances rápidos e decisivos, ataques frontais ao Estado, liquidando o inimigo. Já no Ocidente a estratégia deveria ser outra: a "guerra de posição", mais lenta e que vai parcial e gradativamente acumulando e consolidando posições no terreno do inimigo.

Concretamente, a "guerra de posição" significa a conquista pelos trabalhadores da hegemonia civil por sobre o conjunto das classes dominadas. Conquistar a hegemonia implica em tomar-se direção efetiva no plano político, ideológico e cultural, enfim algo que se conquista à margem do Estado, a nível da sociedade civil.

Intimamente ligadas a reformulação acima estavam também as ideias de "coerção" e "consenso". Na Rússia, a dominação da aristocracia se dava fundamentalmente através do Estado, por uma imposição garantida pela violência, ou seja, por meio da coerção. Já no Ocidente onde a sociedade civil era complexa e desenvolvida, a ordem burguesa era mantida fundamentalmente via consenso, por meio da hegemonia política, cultural e ideológica que a burguesia conquistara sobre a sociedade civil.

O esquema acima está bastante simplificado, mas serve como síntese das diferenças que Gramsci apontou entre a Rússia e a Europa Ocidental. E nisto reside seu grande mérito: chamar a atenção para as particularidades que uma estratégia revolucionária no Ocidente deveria dar conta. Já suas indicações de solução para o problema levantado são, no mínimo, ambíguas.

Sem base material, os trabalhadores não têm voz nesse "diálogo". Eles estão fora da televisão, dos jornais, do cinema...

A origem do problema está no transplante indevido do conceito de hegemonia.

Gramsci buscou a expressão nas resoluções da III Internacional que faziam alusão à Revolução Russa. Ai este conceito visava definir a relação entre o proletariado e o campesinato no curso da revolução. Denotava a natureza da influência que a classe trabalhadora buscava exercer sobre as demais classes e camadas oprimidas em oposição a natureza coercitiva (violenta) da luta pela derrubada do tzarismo. Tratava-se portanto de uma relação de aliança entre forças com contradições não antagônicas.

Já Gramsci transfere o uso do conceito a Europa Ocidental para descrever a relação de dominação entre duas forças antagônicas - a burguesia e o proletariado - numa sociedade capitalista avançada. Visava portanto as formas de consenso para sua dominação que a burguesia desenvolvera no Ocidente.

Os perigos subjacentes à extensão do conceito logo se fariam evidentes na política. É um princípio familiar que a classe trabalhadora sob o capitalismo é incapaz de se tornar culturalmente dominante, exceto por um curto momento, em conjunturas revolucionárias, na véspera da conquista do poder. Pois ela está estruturalmente expropriada, por sua posição de classe, de alguns dos meios essenciais de produção cultural (educação, meios de comunicação, lazer, etc.) em contraste com a burguesia do capitalismo emergente que pode gerar e desenvolver sua própria cultura ainda dentro dos marcos do feudalismo. Gramsci estava perfeitamente consciente disto.

Mas na medida em que não depositou a necessária ênfase na diferença estrutural entre as posições da burguesia e do proletariado o resultado foi abrir espaço para posteriores interpretações de seu conceito de

hegemonia num silogismo classicamente reformista: já que o poder burguês no Ocidente é basicamente atribuído à hegemonia civil da burguesia, a aquisição desta hegemonia significaria o controle efetivo pela classe trabalhadora da direção da sociedade sem a necessidade de conquista e transformação do poder de Estado (revolução), num caminho indolor em direção ao socialismo.

O próprio Gramsci, é claro, nunca pensou em concluir tal coisa. Mas vários outros não somente pensaram como fizeram-no.

Gramsci preocupou-se em criticar o esquerdismo, o aventureirismo. Mas conseguiu ou teve tempo de opor a isto uma estratégia consequente?

Como foi possível que Gramsci, um militante que tivera um passado resolutamente hostil ao reformismo, deixasse um legado com tal ambiguidade?

A raiz de suas preocupações vai ser encontrada nas derrotas da classe trabalhadora na década dos 20 na Europa. Marcou-o de modo especial a experiência do PC alemão em 1920/21, quando este enveredou por uma orientação aventureira que consistia numa série de "ações parciais", ataques armados da vanguarda ao Estado burguês, num estilo em alguma medida semelhante ao militarismo brasileiro do final dos anos 60. No que inclusive nosso gramscianismo atual parece repetir a história de modo intrigante.

A III Internacional condenou tal orienta-

centenas de pessoas principalmente quando se depende de sua força de trabalho, é inviável, dispendioso, pouco eficaz (a união não faz apenas a força; faz a coragem também). A punição que apavora é pessoal e personalizada, isola o punido dos demais. Se for arbitrária a escolha do "responsável", tanto melhor. Assim a multidão perde seu caráter coletivo e anônimo (sua maior arma de defesa) e se transforma num aglomerado de indivíduos indefesos já que qualquer um pode ser extraído sozinho do meio dos companheiros para se transformar no "um" punível, responsável por um gesto cuja responsabilidade é coletiva.

A busca desse tal agitador, independente dessas vantagens, está coerente com a concepção dos sistemas autoritários sobre os movimentos coletivos. Procura-se um "cabeça" para as ações coletivas quando se encara qualquer agrupamento humano - sobretudo em camadas subordinadas, não dirigentes - como acéfalo. Procura-se um articulador porque é impossível conceber "massa" com vontade própria, articulada a partir de si mesma e de suas necessidades imediatas. É inconcebível que as multidões sejam capazes de autonomia. O paternalismo do Estado e das classes dirigentes não poderia dormir sossegado com uma idéia perturbadora como essa na consciência.

O que afinal de contas, do ponto de vista deles, está mais do que certo. Num regime de opressão, as "massas" só se mobilizam (a favor de seus opressores) através dos métodos de "agitação" de fora para dentro. De táticas que se aproveitam do baixo nível de consciência da população em certos assuntos para entusiasma-la com promessas atraentes e utilizar esse entusiasmo em benefício dos tais interesses... espúrios? Como conceber então qualquer manifestação que não seja obtida pelas práticas da alienação? Como acreditar, sinceramente, que diante de seus interesses concretos essa "massa" acéfala que as vezes parece tão fácil de encabeçar possa ter clareza da opres-



ção e em seguida deu início a uma ofensiva ideológica sobre os vários matizes esquerdistas que grassavam nas fileiras europeias. No bojo deste processo autocrítico é que Gramsci iniciou seu trabalho teórico.

Mas como vimos, sua formulação não corrigiria o equívoco esquerdista que visava. Não há dúvida de que o perigo do aventureirismo desaparece, uma vez que a ênfase passa para a hegemonia ideológica sobre as massas como sendo o objetivo central da luta.

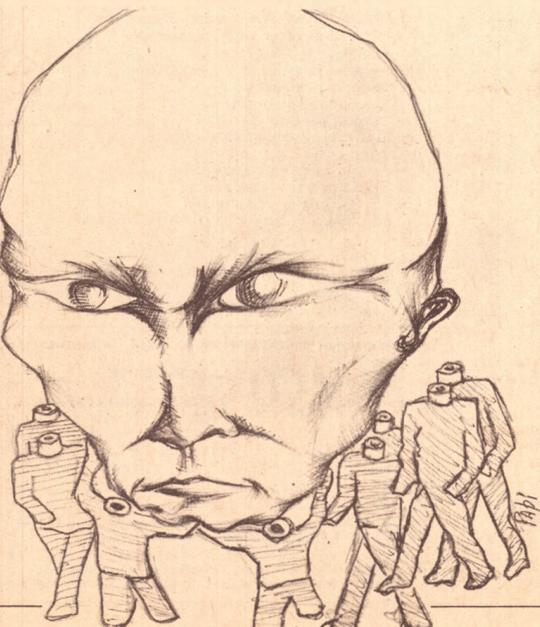
Posto desta maneira o problema, o que ocorre com a conquista do poder propriamente dito - o assalto e destruição da máquina do Estado que para Marx e Lenin eram inseparáveis do socialismo? É claro que Gramsci nunca abdicou dos princípios clássicos do marxismo, mas por outro lado sua formulação estratégica para o Ocidente não chegou a integrar concretamente tais princípios. Por decorrência, a mera contraposição entre "guerra de manobra" e "guerra de posição" pode reduzir-se no final das contas a uma simples oposição entre aventureirismo e reformismo.

Deste emaranhado de questões emerge uma verdade. A dívida que todos nós temos para com Gramsci somente pode ser corretamente avaliada e quitada se seus escritos forem tomados com a maior seriedade e espírito crítico. No labirinto de suas anotações Gramsci perdeu seu caminho. E contra suas próprias intenções podem-se extrair conclusões formais que nos levariam a caminhos inteiramente diversos do que ele pretendia.

Sem tal seriedade e espírito crítico o resultado será a transformação deste grande pensador seja num reformista maior do eurocomunismo ou sucedâneo, seja num novo modismo intelectual.

Quem é o cabeça?

Sobre a anatomia das formações coletivas, traçadas pelos seus opressores



são ou pelo menos de seus representantes mais próximos - e se voltar contra eles?

Tudo o trabalho educador, disciplinar, socializante de um sistema autoritário (e nem sempre o sistema autoritário tem o poder claramente centralizado; o autoritarismo é mais que uma soberania, é todo um modo de consciência) se dá no sentido de extirpar definitivamente, o mais eficazmente possível, qualquer possibilidade de autonomia individual ou social. As manifestações de autonomia social, das "massas", se chama então de "ação desgovernada", delírio coletivo, estouro de boiada. As de autonomia individual se chama agitação, subversão, loucura.

(...)

Até aqui, entretanto, trata-se de estratégias de quem tem todas as razões para manter as "massas" dominadas. O caso é que as estratégias do autoritarismo são eficazes, elas acabam por convencer até muitos daqueles que trabalham pela emancipação dessas "massas". Acabam por fazer com que os métodos da alienação, da subordinação, do trabalho através das "massas" (isto é, que se apropria e se utiliza delas) substitua qualquer tentativa de trabalho com elas no qual estaria necessariamente implícita a sua existência autônoma, ainda quando essa autonomia tenha que ser recuperada lentamente. O caso é que anos, séculos de trabalho educador, disciplinar, socializante do sistema conseguiram fazer com que até mesmo muitos daqueles que se dizem atuar no interesse e junto com as "massas" tenham deixado de dirigir sua prática no sentido da busca de possibilidades de atuação coletiva consciente.

(M.R.K.)

(1) Palavras do Cel. Erasmo Dias in - "CEI sobre a invasão da PUC de São Paulo" e outros discursos explicando o Movimento Estudantil.

"O que é que você tem? conta prá mim. Não quero ver você tão triste assim"... (R.C.)

Como em todo o começo (ou fim) de ano, já há muitos anos, Roberto Carlos reapareceu com tudo. Um show na Globo repetindo o sucesso de audiência do ano passado, um novo LP na praça cantando os sentimentos que eu conheci aos doze anos (foi ele quem me apresentou?), aí está o Rei - que afinal de contas hoje deve ser um "jovem amadurecido" por volta dos 36 anos. Uma idade boa. (Os que dizem que Roberto está velho, devem estar se referindo a outras coisas). Nesse embalo, o Folhetim (caderno de domingo da Folha de São Paulo) publicou uma grande entrevista com esse comportado ex-maldito - que em seus tempos de maldito nem por isso deixava de ser comportado apesar da paixão por carros velozes e saias curtas - onde Roberto se define, mais uma vez, como um romântico. Um homem que fala de amor. O que me deu vontade de falar de amor com Roberto Carlos.

Você diz: "Eu me dedico a um tipo de música, eu acho que faço músicas de amor, e as pessoas se esquecem que falar de amor também é muito importante em qualquer situação. Eu acho que quando eu falo de amor eu estou sobretudo levando algo às pessoas que é mais importante até mesmo que política". Percebo que estou com você, que acho importantíssimo falar de "amor", e digo mais: talvez seja mais importante que a música e a poesia falem, ou melhor expressem emoções, desejos, sentimentos, do que tentem transmitir os programas de atuação política, as palavras de ordem que muita gente espera. Penso que estou com você, quando de repente me lembro de seus olhos tristes, da melodia monótona de suas canções românticas, do ligeiro tédio que eu sentia já aos doze ou quinze anos quando você cantava descontraído - "até você voltar, meu bem eu vou cantar essa nossa canção". Aí eu paro prá pensar um pouco.

Talvez o que eu chamo de amor não seja a mesma coisa que você chama assim. Fala-se em "amor", "emoção", "sensibilidade", "desejo" como se fossem termos cristalinizados, sentimentos únicos, universais; humanos (e o homem, é único e universal?). O que se considera "amor", depende de como você se coloca diante do outro. Dos outros. Do mundo e de si mesmo. Diante da história. Depende do que se quer da vida, do que se enxerga pela frente - e de se olhar em frente ou não. Depende também seu amor, seu "sentir", daquilo que você odeia, você não suporta, das coisas que você se empenha em transformar. Depende

do que você espera compartilhar; do que você tem medo e do que tenta deixar de temer. Depende do grau de movimento e de contemplação que cabem em seu prazer, de quanta liberdade ou controle cabem em seu desejo. De tantas coisas, Roberto, que é mais fácil resumir assim: o amor também depende de sua postura política. O amor é tão político quanto tudo mais.

"De que vale tudo isso, se você não está aqui?"

Então você diz: ... "quando eu ouço uma canção de amor eu esqueço de uma série de coisas e estou aliviando meu estado de espírito, estou aliviando meu coração de uma série de coisas que me atormentam, que me trazem problemas". É, quando eu canto ou ouço uma canção de amor, realmente me esqueço do general Figueredo, da Constituinte, do Jimmy Carter e outros tantos, felizmente. Esqueço mas me lembro de muitas coisas mais. Então, quero "lembrar" de coisas que façam a minha cabeça; quero sentir emoções que venham mexer com outras velhas emoções de que eu venho lutando prá me libertar - e bagunçar com elas, quero desejar coisas dife-

que o amor não é a linha reta e simples com que se procura traçar os trilhos e os eixos da "vida-a-dois". Geralmente, a única nuvem que se imagina capaz de toldar o céu azul do nosso amor é o ciúme, a tão cantada e banalizada dor-de-cotovelo. Mas o amor é cheio de contradições e ainda traz em seu bojo uma luta entre o homem e a mulher. Uma luta pelo prazer e pela despossessão contra a imensa opressão que um representa ao crescimento do outro. Essa luta às vezes vem à tona - "olhos nos olhos", "cotidiano", algumas vezes ela emerge. Mas você diz à sua amada que "tudo o que é seu, meu bem, também pertence a mim" e não consegue superar a linguagem do ter mesmo pincelando nela um certo senso de humor. Você há muito tempo atrás ensinou nossa geração a morrer de vergonha quando ocoresse de desejar "a namoradinha de um amigo" - essa pobre namoradinha sem existência própria que eu sempre quis saber se estava a fim de você também (o que é que você viu no olhar dela, hein?), e cuja única característica conhecida foi a de ser propriedade intocável de seu amigo, "o que é dos outros não se deve ter".

"Iam pouco a pouco me deixando ver por baixo de tudo um pouco de você"

O amor implica em infinitas relações, e eu quero me lembrar disso. Há dois anos atrás uma música inquietante, (inclusive no seu aspecto musical, muito diferente da con-

Transa de amor com Roberto Carlos

rentes das que sempre me permitiram desejar. Quero mais espaço por dentro, você já sentiu isso, Roberto Carlos? Já sentiu a necessidade de um espaço maior do que essa pista rasa e estreita do "você vai jurar que só prá mim irá viver", onde só é possível andar em círculos até ficar zozzo e enjoado? Espaço prá sua alegria, seu tesão pela vida. Seu desejo de liberdade - coisas que às vezes andam juntas com o amor (mas nem sempre) e que se pode lembrar com o corpo todo quando se canta ou se ouve - "se você quiser eu danço com você no pó da estrada, pó poeira, ventania, se você botar o pé na estrada (...) se você deixar o coração bater sem medo".

Eu quero me lembrar também, já que isso me faz crescer um pouco,

cepção romântica, da canção de amor) despertou indignação de muita gente quando tocou em outros aspectos envolvidos nessas relações: "eu passei muito tempo aprendendo a beijar outros homens, como beijo meu pai..." E você mesmo gravou uma canção indignada que não deixa ninguém esquecer que o amor não é lugar de refúgio (feliz ou infelizmente?) em relação ao resto do mundo, às dores do mundo - "meu amor, tudo em volta está deserto, tudo certo. Tudo certo como dois e dois são cinco". Lembra?

Você diz também que "...quando se fala em amor já você está protestando contra uma série de coisas erradas, contra uma série de coisas que não são tratadas com



(Rita Kehl, Nelson Cordela)

Não há nada mais mórbido, mais anti-vida do que achar bonito um rapaz que afirma que "nasceu para chorar". Não é à toa que o Fagner, seu fã declarado, gravou isso com tanta raiva.

"Eu estou guardando o que há de bom em mim para lhe dar quando você chegar"

Mas agora, Roberto, nós somos adultos, gente feita que deveria estar empenhada mais que nunca na briga contra todas as mistificações da sexualidade, da TFP à pornografia. Suas canções falam de sexo e no entanto continuam castas, pudicas. "Amada, amante", "Os botões da blusa que você usa-

va..." já dormem em cama de casal mas continuam de tanta ousadia, escamoteando sob lençóis brancos o aspecto libertário em que o erotismo implica. Em 1969 os Beatles, já rasgavam bandeiras perguntando "Why don't we do it in the road?", já erotizavam a melodia, insinuantes como em "Sexy Sadie", descarados como em "Happiness is a warm gun", e você ainda está encabulado, cantando a transa sexual sem energia e sem prazer. Isso, quando o pessoal novo luta desde cedo prá liberar sua sensualidade e existe toda uma ala da música brasileira extravazando o que já está "à flor da pele". "Um cantinho, um violão, nosso amor uma canção"... talvez tivesse lá sua graça nas foi coisa de muito tempo atrás e ficou chato, contemplativo, parado. Até o acabar da velha chama.

"O mundo é bom; a felicidade até existe"

Enfim, Roberto Carlos, você se diz um romântico. Caetano diz que você é um romântico, Roberto Freire diz que você é um romântico e isso parece uma coisa muito bonita.

"Quer dizer, se você não quer entender que eu sou romântico, poxa, você não quer aceitar o meu romantismo, né?" E todos respondem em coro, poxa, deixem o pobre do rapaz ser romântico, que mal há nisso, é tão bonito, o mundo está precisando disto. Não há mal nenhum nisso, os românticos geralmente são inofensivos. O romantismo (falo de romantismo mesmo e não de emotividade, afetividade; muitas vezes se confundem essas coisas de qualidades tão diferentes), já nasceu olhando prá trás, nasceu no tempo em que jovens sensíveis da burguesia em ascensão (depois da Revolução Francesa) não se conformavam com a pobreza da existência burguesa, com o pragmatismo burguês, com a estreiteza de perspectivas da burguesia - mas também não viam perspectivas e suspiravam, suspiravam, olhando prá trás e pedindo as emoções fortes e os sentimentos nobres do tempo da aristocracia! Uma posição de classe coerente, aliás.

Você quer ser romântico, Roberto, e ninguém vai te impedir. (Pelo contrário, parece que continua vendendo bem). Você quer combater a "falta de sentimento" (?) dos nossos tempos com sentimentos típicos de tempos idos como se fosse tudo a mesma coisa. Mas as emoções, cara, também tem história. E depois de superado um determinado sentir produzido por uma época - com o perdão da frase feita - ele só se repete como farsa. Farsa fantasiada de novidade, por uma questão de mercado, mas farsa. Então é cantar o novo, procurar as emoções do novo porque o novo é radical, não permite meios-termos - ou ser um romântico na vida.

Sempre se pensou ser a dificuldade de edição de um livro o principal problema do produtor de literatura no Brasil. Uma das dezenas de revistas surgidas no bojo do comercial "boom literário" criou um personagem vestido de capa longa, barba e cabelos compridos, mistura de *self-made-man*, *hippie* e outros espécimes já cooptados pelo sistema capitalista. O tal personagem andou pelos quadrinhos durante meses a procura de um editor bonzinho, um verdadeiro mecenas, que ao menos lesse sua obra e quem sabe, editasse. A imagem deste escritor, beirando a louco, mendigo, marginal por certo não era gratuita, pois este estereótipo a muitos interessa. Um tipo desses dificilmente chega a se interessar pelos aspectos econômicos, pelo faturamento do editor. O que interessa prá ele é que sua obra "seja lida por toda a humanidade", transformada em valor de uso. "O autor escreve um valor de uso, cujo o direito de reprodução ele cede ao editor; este reproduz em milhares de exemplares com o fito preciso de auferir lucros, uma parte dos quais cede ao escritor" (José Arthur Giannotti, in "O Contexto e os Intelectuais").

Na maioria das vezes, o próprio produtor direto da literatura assume os estereótipos que o capital lhe impõe e as mais engajadas intenções (vide os carimbos: malditos escritores, marginais, novos, novíssimos) viram rótulos, marcas registradas que pouco diferem do *Melhoral* ou da *Coca-Cola* sabor nacional ou internacional. Jamais se perguntam a que servem estes slogans, que na realidade só levam a aumentar o faturamento das editoras, à mistificação do autor e à mistificação da atividade literária (que passa a ser coisa de quem tem dom, de quem é maldito, marginal, novo ou novíssimo).

Nessa dialética capitalista, "o autor fica como uma espécie de latifundiário ou usuário transferindo ao capitalista industrial o direito de explorar um monopólio, com a enorme diferença de que este monopólio nasce de seu próprio trabalho. Nessas condições, a consciência que os autores tendem a ter do processo onde se integram não caminha para a compreensão do núcleo do sistema de exploração capitalista, de

Além dos livros Oh! Malditos!

O tal personagem andou pelos quadrinhos durante meses

a procura de um editor bonzinho que ao menos lesse sua obra.



jogo entre a compra de força de trabalho e o exercício dessa força, cujo valor produzido é maior do que o seu próprio valor. No máximo eles se sentem roubados, ao assistir a transformação do bem produzido numa espécie de capital. Mas isto é apenas uma consciência moral do

processo, a consciência de que sua ação sofre na realidade social uma inversão, seu trabalho em proveito da humanidade em geral transforma-se num direito particular do empresário" (J. A. Giannotti, *idem*). Atualmente, a literatura no Bra-

sil não é mais um produto encaixado. Ela vende bem. Se existem editoras à beira da falência, a causa por certo não é a literatura. O produto é bom e tem mercado, senão como explicar as inúmeras feiras de livro pelo país afora, o recente Encontro Nacional de Literatura, realizado com grossas verbas num luxuoso hotel da capital paulista, como o comparecimento de importantes editores nacionais e internacionais (prá quem ainda se importa com a origem da exploração) que se banquetearam com obras dos malditos, marginais, novos e novíssimos.

Um movimento de resposta a este quadro de *vaudeville* capitalista pouco a pouco (e aqui não vai nenhum etapismo) vai brotando por inúmeros estados. O livro não é mais um fetiche a enfeitar o escritor que por ele aceita qualquer coisa, e assim os escritores se organizam em cooperativas livres e independentes, em associações (muitas ainda espontâneas) onde além de editarem seus livros, promovem discussões, palestras e inúmeras outras atividades relacionadas à organização da arte e da cultura, de modo independente do mecenas do Estado, das Universidades ou da exploração de particulares. Tais como, a ECE (Editora Cooperativa de Escritores) já com autores de sete estados e três livros publicados; o Grupo Teia, no Rio Grande do Sul, e o Grupo Poesias Populares, em São Paulo. Assim surgem propostas que por mais incipientes que sejam, não são como aquelas que, no lugar das tradicionais estruturas empresariais, propõem apenas novas formas de estruturas empresariais ou no máximo pára-empresariais. Só uma estrutura não-empresarial livre e independente das injunções do capital e do paternalismo de poder público sempre reivindicado por tantos, pode dar ao produtor direto da literatura o poder de decisão. Paulo Nassar

curto circuito

O menino

"Não se esqueça, Senhor. Que a sua vida Aqui no palácio ou lá fora nas ruas ao lado do povo, significa esperança. Dependemos todos de sua liderança prá continuar lutando pela causa"

E

O Presidente

"É difícil demais para mim Não desafiar, os nossos inimigos à custa da minha vida. É difícil... Farei o possível pensando na possibilidade que temos de vencer. Com a fórmula... Ficarei aqui resistindo até que vocês tenham tempo de produzir a fórmula Se falharem, sairei às ruas e me juntarei ao povo Adeus."

"Wilson Galvão do Rio Apa nasceu em 5 de fevereiro de 1925 na cidade de São Paulo. A infância e adolescência passou-as nessa capital e no interior do Estado do Paraná onde seu pai exercia a magistratura. / Aos 17 anos, transfere-se para Curitiba, dedicando-se mais ao jornalismo / e à literatura, entre atividades atléticas / e estudos filosóficos, cursa a Faculdade de Direito. Em seguida, / embarca como marinheiro e durante dois anos segue pelas rotas do Oriente e do Ocidente. Regressa ao Brasil / e ao jornalismo narrando suas viagens e novas aventuras marítimas que culminam com 30 dias de dura sobrevivência numa ilha, deserta e oceânica, teste para a existência de ilhéu que adota definitivamente, como solução aos seus ideais de vida harmonizada / e trabalho literário

Trecho do livro e da biografia do autor em O MENINO E O PRESIDENTE, de Wilson Galvão do Rio Apa, em 3ª edição pela Editora Brasileira, em convenio com o INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. Montagem em versos por Gilberto Morgado.

A IMPRENSA INDEPENDENTE DEPENDE DO LEITOR A IMPRENSA INDEPENDENTE DEPENDE DO LEITOR

BAGAÇO LEIA E ASSINE

6 NÚMEROS POR Cr\$ 50,00

Nome _____ Nº _____
 Rua _____ Estado _____
 Cidade _____
 CEP _____
 Profissão _____ Idade _____

Envie cheque nominal ou vale postal para Bagaço Editora Promoção e Publicidade Ltda Avenida Rui Barbosa 762, térreo, Botafogo, Rio de Janeiro

TE DEPENDE DO LEITOR A IMPRENSA INDEPENDENTE DEPENDE DO LEITOR A IMPRENSA INDEPENDENTE DEPENDE DO LEITOR

Debate: eurocomunismo e social-democracia

Esses movimentos levam de fato ao socialismo?

Está cada vez mais próxima a perspectiva de participação de partidos comunistas no poder, na Itália e na França. No Brasil, as discussões sobre a formação de novos partidos não se dão em isolamento dessas tendências internacionais, sobre as quais em EM TEMPO tempo apresenta dois artigos com concepções divergentes. Giuseppe Boffa, teórico do comunismo italiano, defende a experiência do "eurocomunismo." O professor João Antonio Machado, da Universidade Federal de Minas Gerais, analisa as semelhanças entre social-democracia e eurocomunismo, à luz de suas divergências históricas.

Para o PCI, eurocomunismo é a melhor saída "nacional"

Giuseppe Boffa

De 1956 até hoje, o movimento comunista na Europa Ocidental tem demonstrado formas diferentes de influência política. Enquanto alguns partidos conseguiram grandes legiões de adeptos e uma considerável influência na vida de seus países (como na França - PCF - e na Itália - PCI), outros partidos resumiram-se a pequenos grupos de propagandistas, sem qualquer apoio de peso entre a população como no caso do partido finlandês e do espanhol.

Tentando traçar a distinção entre esses dois tipos de partidos, Togliatti (um dos mais importantes teóricos do PCI) referiu-se diversas vezes não somente as diferentes condições objetivas de cada país, mas também à incapacidade subjetiva por parte dos "partidos sem massa" em compreender a atuação que cada circunstância particular requeria. Na verdade, Togliatti estava convencido de que, no após guerra, quase todos os partidos comunistas haviam tido a oportunidade de se tornarem forças populares de grande peso político. Onde isso não ocorreu foi por causa, ao menos em parte, da "orientação sectária" e do "temor de enveredar por caminhos mais difíceis que implicassem em grande responsabilidade".

Em 1956, movimento comunista europeu defrontou-se com um momento crítico: de um lado, os acontecimentos no leste europeu (Hungria e Polónia); de outro, a ofensiva anticomunista orquestrada pelos Estados Unidos. Além disso, a Europa Ocidental passava por importantes modificações estruturais como, por exemplo a introdução de novas tecnologias - o que implicava em grandes modificações no estilo de vida da população (como o consumo em grande escala de carros e eletrodomésticos em geral).

Em número crescente de países ocorria a emergência de grandes partidos cristãos e poderosas "trade-unions" (Organizações sindicais), enquanto nas eleições francesas, uma aproximação

entre comunistas e socialistas se manifestava. A crise dos últimos modelos do colonialismo europeu (Argélia, Tanzânia, etc) catalizava as mudanças em curso e traçava um novo cenário de atuação. Salientando essas mudanças, Carrillo dizia, em 1956, ser necessária a adoção de uma política de reconciliação nacional: "É preciso, dizia ele, arremeter as forças legais que estavam dispostas a debandar de Franco e aproximar-se das novas forças que estavam emergindo nas organizações legais."

A Queda do Stalinismo

Na Itália, Stalin havia sido alvo de genuína afeição por amplos segmentos da população, seja em virtude de exaltação feita pelo PCI, seja devido à imagem de vingador antifascista adquirida durante a guerra. Além disso, o PCI coluculara um quadro bastante otimista da situação na URSS e em outros países do leste europeu. Porém, esse quadro veio abaixo com a revelação dos crimes de Stalin feitas por Krushchev, em 1956, no 20º Congresso do partido comunista soviético e com os acontecimentos no leste europeu.

Sob tais circunstâncias, os militantes do PCI foram bombardeados por violentas críticas de seus adversários, os quais lhes atribuíam todos os erros cometidos no leste europeu. Assim, nas eleições italianas de 1956, o Partido Comunista viria sofrer uma ligeira perda de votos e a debandada de alguns militantes.

Para se entender a reação do PCI a essa situação, é preciso remontar às suas características de antes de 1956. Durante a Guerra o PCI havia dado saltos qualitativos ao se distinguir na luta contra o fascismo, tornando-se então um grande partido de massas. Imediatamente após a guerra, o PCI já se declarava um 'novo

partido' de conteúdo nacional e democrático, definição essa que lhe angariou a desconfiança de outros PCs. Por fim, quando do 20º Congresso do PC da URSS, Togliatti diria, referindo-se a Krushchev: "Nós entendemos não ser obrigatório, em todos os seus aspectos, para os outros países, o caminho que vocês trilharam para alcançar o poder e construir a sociedade socialista... E nosso dever elaborar a via italiana para o socialismo. Essa via deve levar em conta o desenvolvimento histórico de nosso país, sua estrutura social, a orientação das amplas massas trabalhadoras e suas organizações. Esse caminho deve nos permitir realizar a aliança entre o proletariado, os camponeses e a classe média e, portanto, levar avante, com a grande maioria da população, a transformação socialista da sociedade."

Os acontecimentos da Polónia e da Hungria incentivaram o aprofundamento da "via italiana", aumentando os anseios de libertação das "condições externas" ou seja da influência soviética.

Nem a "via Russa" de 1917 e nem a "via Tchecoslovaca" de 1948 eram adequadas para a Itália. A nacionalização da pequena empresa, por exemplo, tal como havia sido efetuada no leste europeu era impensável para a realidade italiana.

Segundo o PCI, o partido comunista não deve conceber a Constituição Republicana como um expediente para se aproveitar dos instrumentos da democracia burguesa somente até o momento da tomada armada do Estado e sua transformação em estado socialista. Mas sim como um "pacto de unidade livremente subscrito pela grande maioria do povo italiano, e tido como a base do desenvolvimento orgânico da vida nacional. Com a estrutura desse pacto é possível levar avante, com o pleno respeito da legalidade constitucional, as reformas estruturais necessárias para minar o poder dos monopólios,

para defender os interesses de todos os trabalhadores contra as oligarquias econômicas e financeiras, enfim, para excluir essas oligarquias do poder e colocá-lo nas mãos das massas trabalhadoras.

Ao mesmo tempo em que aprofunda suas críticas ao stalinismo, caracterizando-o não como um desvio pessoal de Stalin, mas sim como um fenômeno a ser atribuído a todo o sistema soviético, Togliatti incrementou o diálogo do PCI com os partidos democratas e cristãos.

Namorando a Social-democracia

A medida em que foi desenvolvendo suas análises sobre a URSS e o movimento comunista internacional, Togliatti concluiu que a posição hegemônica que os soviéticos vinham exercendo sobre o comunismo internacional poderia, quando muito, ser justificável no passado, mas agora requeria profundas modificações. Ainda durante o 20º Congresso, ele declarou que "não há nem Estado nem partido líderes", o que significava a plena autonomia dos movimentos e partidos comunistas de cada país - vale dizer, autonomia de julgamento de pesquisas teóricas e políticas. Deve-se salientar que Togliatti não se referia apenas às nações do oeste europeu, mas também a outros países (incluindo naturalmente o leste europeu), onde a experiência soviética havia sido transplantada mecanicamente. Em certa medida, o restabelecimento de relações amigáveis com a Iugoslávia simbolizavam essa nova orientação.

Após a dissolução das duas organizações comunistas internacionais (Cominform e Comintern), Togliatti pronunciou-se favorável a congressos que não fossem restritos aos PCs, mas que também incluíssem as organiza-

ções democráticas e social-democráticas de vários tipos. Na verdade, ele estava cada vez mais convencido de que, em vários países, o caminho para o socialismo, estava sendo trilhado por partidos não-comunistas. O que significava que ao nível da consciência do PCI, no estreitamento cada vez maior dos laços entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo.

Essa tendência democratizante foi expressa numa declaração, incorporada ao programa do partido segundo a qual a evolução em direção ao socialismo na Itália deverá ter lugar junto à estrutura constitucional nascida na luta antifascista. As próprias liberdades democráticas não deviam ser reduzidas a conquistas "burguesas", mas sim a uma forma de luta política desenvolvida em muitos países, com a contribuição decisiva dos trabalhadores e da ampla massa da população. O resultado foi a necessidade de se começar a repensar a doutrina da ditadura do proletariado, a qual estava destinada a cair em desuso na terminologia do partido.

A Ovelha Negra do comunismo europeu.

Com o tempo as novas posições políticas assumidas pelo PCI começaram a ser contestadas pelos vários PCs europeus, com maior vigor pelo PC da

URSS e pelo PCF que, na Conferência Mundial dos Partidos Comunistas, em 1967, tachou a plataforma italiana de revisionista. Duas décadas cheias de novos fenômenos políticos se passaram após o 20º Congresso, no caminho da transformação socialista do mundo. Muitos desses eventos colocaram novas questões e novos problemas ante o movimento comunista internacional: o conflito entre URSS e China, o fim da liderança de Krushchev em Moscou, a Invasão da Tchecoslováquia em 1968, o explícito desentendimento entre os PCs, em seus congressos internacionais, como na Conferência Mundial de 1969. Além disso, ainda ocorreram mudanças revolucionárias em várias nações do Novo Mundo com o surgimento de novas gerações e novos estratos sociais: da revolução cubana e argelina; guerra do Vietnã; a emancipação de quase todos os países oprimidos pelo colonialismo etc. Naturalmente, nem todos os eventos foram positivos, como por exemplo o Chile.

Mesmo no oeste europeu ocorreram consideráveis mudanças que devem ser atribuídas não apenas às ideias e experiências da Itália, mas também às da França, Espanha, Inglaterra, Escandinávia etc.

Em suma: o fenômeno usualmente conhecido como "eurocomunismo" não é mais do que um núcleo de ideias e de posições surgidas nas discussões do 20º Congresso, e para as quais os comunistas italianos, deram uma fundamental contribuição.



Cenário da luta e do debate

Até a Revolução Chinesa, em 1949, a Europa foi o principal cenário do debate e da luta pelo socialismo.

Em 1889, termina o Congresso de fundação da II Internacional, em Londres. Com a I Guerra Mundial, realiza-se a Revolução Russa, em 1917, e funda-se a III Internacional, já em Moscou. Lênin morre em 1924. Dá-se o refluxo da Revolução, a nível mundial. Com a II Guerra, não ocorrem Revoluções e é dissolvida a III Internacional, em 1943. A Europa oriental é libertada do nazi-fascismo e socializada. Em 1956, a URSS intervém na Hungria e na Polónia. No mesmo ano, realiza-se o 20º Congresso do PC da URSS, que denuncia os erros e crimes cometidos anteriormente. Em 1968, a URSS reprime a "Primavera de Praga". Estava aberto o caminho ao Eurocomunismo.

reivindicações operárias, de sua ligação com o próprio capitalismo e com a estabilidade deste. Sua fraqueza sempre foi a estreiteza desta perspectiva. Essa fraqueza, no entanto, era compensada pela burocratização da URSS, pela repressão existente nesse país, pelos crimes dos stalinistas. Antes pequenas e parcas mudanças que o risco de repetir a URSS! - dizia a social-democracia. Por outro lado, a identificação (relativa) da III Internacional (e, depois de sua dissolução em 1943, do movimento comunista ligado à URSS) com a revolução atraía quantos desejassem uma mudança completa da sociedade. Atraía e decepcionava, pois os interesses da diplomacia burocrática soviética nunca coincidiram com a perspectiva da revolução. Se dependesse de Stalin, Mao Tse-tung não teria liderado a tomada do poder na China, mas teria se acomodado a uma aliança com Chiang Kai-shek. E nem todos os líderes comunistas tiveram a independência de não, em momentos semelhantes.

Portanto, cada um a seu modo, social-democracia e comunismo oficial contribuíam para afastar a perspectiva de transformação social profunda. E eram fortes o bastante para sufocar qualquer outra tendência dentro do movimento operário.

E dentro desse quadro que devemos analisar fenômenos recentes, como o "eurocomunismo". Suas características básicas o aproximam da social-democracia: afastamento da URSS e

denúncia dos seus crimes, abandono de conceito-chave do marxismo, como ditadura do proletariado, integração crescente no sistema capitalista. Mas esta aproximação não chega a uma identificação.

Qual o significado disso? Uma primeira resposta seria a de que o eurocomunismo significaria de fato um reforço das tendências social-democráticas, e que contribuiria portanto para tornar mais difícil mudanças revolucionárias. Embora isto seja verdade não é o principal.

Mais importante do que isto é o fato de que, embora de maneira confusa e ambígua, inicia-se um debate sobre a experiência da URSS, e busca-se um outro socialismo. Essa tomada de posição - rejeitar o regime burocrático da URSS como modelo de socialismo - é sem dúvida favorável à transformação social. Isto leva, inclusive, à retirada de um argumento do arsenal a favor do immobilismo.

Importante também é desfazer o equívoco de tomar-se o comunismo oficial como o representante da revolução de 1917. Na medida em que o eurocomunismo abandona esta referência, abre-se o caminho para que outros a recuperem, e sem a carga negativa da identificação com a burocracia e os seus crimes.

Em resumo, o significado do eurocomunismo seria contribuir para o "descongelamento" da esquerda, para a sua mudança. Enfim, a coisa se move.

Social-democrata já foi sinônimo de revolucionário

João Machado

O termo "social-democrata" tem hoje um significado muito diferente do que tinha na origem. "Social-democrata" era o nome comum aos membros da II Internacional, segunda tentativa de constituir um partido mundial dos trabalhadores. Formada em 1889, ela reunia a totalidade dos marxistas. "Social-democrata" era então quase sinônimo de marxista ou revolucionário.

O eixo em torno do qual girava a Internacional era o poderoso Partido Social Democrata Alemão, que serviu inclusive de modelo até 1914 para a fração mais radical do movimento operário da época, os bolcheviques.

No entanto, nada seria mais errado que tomar a Internacional como um movimento unido, nada mais enganoso que sua aparente caráter revolucionário. Ao lado dos bolcheviques e de figuras como os alemães Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Franz Mehring, convivía uma tendência que tinha um caráter oposto. Para homens como Eduard Bernstein, Friedrich Ebert, Gustav Noske, Philip Scheidemann, o objetivo socialista se tornava cada vez mais distante, à medida que toda a sua atenção se voltava para as pequenas lutas cotidianas pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Na verdade, mais tarde ficaria claro que não apenas a revolução não estava no seu horizonte, mas que lhe tinham uma hostilidade crescente.

Contudo, até 1914 esta cisão não ficou clara, e foi possível que se mantivesse a aparência de que o objetivo socialista predominava na II Internacional. O capitalismo dos países centrais passava por uma "boa" fase, graças ao desenvolvimento do imperialismo e à segunda revolução tecnológica, que permitiam inclusive um lento mas contínuo crescimento dos salários. Com o excesso da revolução russa de 1905, a Europa viveu tranquila. Isto, aliás, ajuda a explicar porque exatamente no movimento russo a divisão era mais nítida.

A guerra de 1914 fez saltar este qua-

dro. A maioria dos socialistas apoiou seus respectivos países na guerra, abandonando o princípio da solidariedade e do apoio mútuo internacional dos trabalhadores. Isto mostrava o quanto já estavam integrados na estrutura burguesa de seus países e o quanto era ilusória sua participação no movimento socialista.

As minorias que se opuseram à guerra em todos os países romperam com a II Internacional e iniciaram o movimento pela criação da III Internacional, o que ocorreria em 1919. Nesse ano já havia ocorrido a revolução russa de 1917, que completaria a divisão do movimento socialista. O termo comunista passou a ser usado para diferenciar os membros da III Internacional dos da II. "Social-democrata" começou a ter então o sentido atual: a da fração mais moderada do movimento operário, contrário à revolução russa de 1917, considerada prematura, e cada vez mais integrada na estrutura dos países capitalistas. O abandono do objetivo socialista foi sendo progressivamente explicitado, substituído pela defesa de melhores condições para os trabalhadores dentro do capitalismo.

A referência ao marxismo foi sendo abandonada ou foi ficando cada vez mais distante. Um exemplo se deu na crítica feita pelos social-democratas ao conceito de ditadura do proletariado, que resumia para Marx a ideia de que a passagem para o socialismo exigia a ruptura com o Estado capitalista (no qual seria inteiramente impossível que os operários tivessem o poder) e a construção de um Estado que garantisse o predomínio dos trabalhadores, isto é, o controle do poder pelas base da sociedade.

As Internacionais e as ideias da revolução

Em resumo, o que opunha a II e III Internacional era a ideia revolução. Enquanto para a última esta era uma ideia presente, para a última esta era

uma ideia presente, para a qual se voltavam todos os esforços, para a primeira era uma ideia ausente, e encarada com hostilidade. A social-democracia reprimiu violentamente o movimento revolucionário alemão de 1919 a 1923, tendo colaborado inclusive para o assassinato dos líderes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

No entanto, a marcha da história mais uma vez embaralharia as coisas. A partir de meados da década de 20, a URSS e a III Internacional sofreram um processo de progressiva burocratização, que terminaria por mudar-lhes o caráter.

A grande vaga revolucionária, que começara em fins da I Guerra Mundial, estava passando. Em 1923, o único governo revolucionário que permanecia no poder era o da URSS. E toda a orientação da III Internacional estava calcada na ideia de que a revolução russa seria apenas a primeira de uma série de revoluções vitoriosas na Europa. Mais do que isso: sabia-se que sem o seu desdobramento internacional a revolução russa a se encontrar numa situação particularmente difícil. Não apenas se tratava de um país atrasado e dependente onde a classe operária era bastante reduzida. Pior: a guerra mundial e a guerra civil - que se seguiu à tomada do poder pelos soviéticos - deixaram o país numa situação caótica.

A classe operária tornou-se numericamente ainda mais enfraquecida. A fome e as privações tiveram um efeito também despolitizador. A participação ativa dos trabalhadores foi diminuindo e os dirigentes, funcionários, diretores de fábricas foram ficando cada vez mais distantes da massa. Deixou de existir paulatinamente o controle da situação pelas bases. Formou-se uma burocracia que foi ganhando um peso crescente no país à custa de uma repressão também crescente sobre militantes políticos que divergissem das orientações da burocracia e também sobre a massa. Hoje, mesmo defensores moderados de Stalin, como Charles Bettelheim reconhecem isso

Paralelamente, a III Internacional foi deixando de se identificar primordialmente com a revolução, e se transformou num apêndice da diplomacia burocrática soviética.

Se isto diminuiu a diferença entre a II e a III Internacional, não foi suficiente para apagá-la. A III Internacional, continuou ligada à revolução de 1917 na sua retórica, bem como para a massa de seus militantes, e para a maioria da opinião pública mundial. De fato, esteve quase sempre em uma posição mais radical do que a II. Quase sempre, mas nem sempre. Em diversas ocasiões, partidos socialistas ou social-democratas estiveram em posição mais radical do que comunistas. O exemplo mais claro é o da guerra civil espanhola, quando os comunistas apoiavam a ala mais conservadora do Partido Socialista, contra a ala liderada por Largo Caballero, bem mais à esquerda. No período posterior à II Guerra Mundial, os partidos comunistas da França e da Itália puseram muito mais empenho em moderar as reivindicações da classe operária para tornar viável a reconstrução do capitalismo do que os partidos socialistas. No período da Unidade Popular Chilena, o Partido Socialista era no seu conjunto mais radical do que o Partido Comunista.

Outro fato que relativiza a diferença entre a II e a III Internacional é que, sendo os partidos da primeira bem menos centralizados que os da segunda, tornaram possível a existência de facções à esquerda dentro deles.

Mas mais do que relativizar a diferença entre a II e a III Internacional no período posterior à burocratização da URSS, é importante assinalar sua complementariedade.

Congelamento e mudança no Movimento Socialista

A II Internacional sempre retirou sua força de sua ligação com as pequenas

Chilena conta como Pinochet ganhou o plebiscito

A caminho da Europa, A.G., chilena, 27 anos, estudante de medicina, passou pelo Brasil e contou com exclusividade para EM TEMPO como foram as tramóias da ditadura de Pinochet

Depoimento a Marion Frank

"O meu povo sonhou, por um momento. Eu senti o coração chileno bater mais forte, quando Pinochet anunciou a convocação para o plebiscito de 4 de janeiro: teria chegado a hora de discutir a realidade de nosso país?"

(Hoje, o Chile anda às voltas com o maior índice de desemprego dos últimos cinco anos e com uma indústria em plena recessão: até mesmo o papel higiênico virou produto de importação).

"Contudo, logo nos demos conta de que nada de novo estava a caminho. Rapidamente, um opressivo aparelho de propaganda foi montado pela TV, por rádio e mesmo nas ruas. Pinochet passou a lançar o seu apelo nacionalista, misto de patriotismo barato e de medo".

(Mesmo debaixo da coação militar, o que ainda resta da oposição chilena - desorganizada, com poucos líderes e na mais completa clandestinidade - saiu às ruas, em grupos de dez a cem pessoas, distribuindo panfletos de mão em mão, enquanto gritavam "Chile si, Junta no!")

"Os dias que antecederam ao plebiscito foram de muita tensão. Respirava-se temor e um pouco de gas lacrimogênio, usado pela polícia para dispersar as pequenas passeatas de oposição. Ouviam-se, pela rádio da Igreja, Eduardo Frei explicando porque votaria Não. A carta de repúdio a decisão de Pinochet, assinada pelo general da Junta Militar, Gustavo Leigh, era lida nas ruas de Santiago, enquanto circulava o documento dos bispos chilenos, onde reindicavam a convocação de outro plebiscito: "Se contra a ONU convoca-se o povo para alcançar um veredito, também contra nós é necessário que se faça o mesmo. Lutamos pelos mesmos direitos humanos".

(Na televisão, personalidades ilustres explicavam porque iriam votar Sim, a 4

de janeiro. Entre elas, o ex-jogador do Internacional, Figueroa, ídolo do futebol chileno).

"Quem vota Não, é anti-patriótico e bastardo!". - Foi assim que Pinochet terminou a sua campanha. Na cabeça da massa ignorante e preocupada em conseguir a taça de chá diária, o temor maior era o de perder a nacionalidade, caso o governo fosse contrariado".

(Vale ressaltar a estratégia de Pinochet em apelar para o sentimento nacionalista chileno, especialmente na época em que fervilham as discórdias fronteiriças com Peru e Argentina. Nada mais produtivo e convincente que se utilizar de um plebiscito para unir o povo contra o(s) inimigo(s).)

PELO VOTO SECRETO E TRANSPARENTE

(Das 8 às 16 horas, a 4 de janeiro, o povo compareceu às urnas. Um presidente e dois vogais, escolhidos entre a população, foram destacados a cada posto de votação. Mantendo uma tradição chilena, homens e mulheres votaram em separado).

"No último instante, a melhor cartada de Pinochet: ele havia criado o voto secreto transparente. A cédula, mesmo quando dobrada, era de papel tão fino e translúcido que transformava em aberto, o voto secreto. A todos era dado o direito de conhecer o voto do companheiro".

No interior, me contaram que o clima chegou a ser ainda mais opressivo. Ao lado das urnas, se postaram os "donos" do lugar, conferindo os votos de cada um de seus empregados. Sob tão contundente ameaça de desemprego, a massa só foi dado o direito de responder Sim".

(Foi exatamente no campo que Pinochet conseguiu uma votação maciça: em Arica, próxima à fronteira com o Pe-

ru, o governo militar chegou a alcançar 90% do total de votos).

"Durante a recotagem dos votos, tradicionalmente um ato público em meu país, as irregularidades puderam ser constatadas por todos. Uma campanha, após meia hora de silenciosa cumplicidade, (os votos em branco eram sistematicamente transformados em Sim!), reagiu contra a fraude. Mandaram-na calar a boca. Minutos depois, ela voltou a reclamar: "Eu tenho o direito de exigir honestidade!". Arrancaram-na da sala e não permitiram que entrasse de novo. No recinto ao lado, da ala masculina, vinham ruidos de socos e empurrões desferidos contra os mais inconformados".

(A televisão se encarregou de mostrar o resto. O locutor transmitia os resultados dos primeiros votos, diretamente das urnas: "Sim. Não. Sim. Não. Não. Não. Não. Não". E, antes que o quinto Não consecutivo fosse levado a público, a transmissão foi interrompida, abruptamente).

Mais tarde, novas imagens elucidariam ainda mais, o nível de apuração que caracterizou o plebiscito de Pinochet. Havia surgido um voto, onde o traço que deveria assinalar uma das respostas fora feito num espaço que não correspondia a nenhuma delas. "Não há problema algum", respondeu o vogal das câmaras. "Eu mesmo fui testemunha que o votante tentara assinalar o Sim, mas por ser cego, não soube fazê-lo". O governo de Pinochet acabava de ganhar mais um voto).

"Eu votei Não. Meus amigos disseram-me que eu votei sem medo, por estar indo embora do país. Na verdade, mesmo os mais conscientes vacilaram. Depois do plebiscito, ficou mais nítido ao povo do Chile a realidade de que só ficará livre da ditadura militar, por obra e delito dela própria".

Democracia de suicidados

A imprensa burguesa bate sempre na mesma tecla: as medidas repressivas adotadas pelo Estado alemão teriam um caráter apenas ocasional e visariam tão somente liquidar os grupos políticos que praticam ações armadas. Liquidar, não só genérica, mas concretamente, como exemplifica a série de suicidados nas celas das mais "inexpugnável prisão alemã". Ou na série de desaparecidos, que são apontados agora como "assassinados pelos pró-

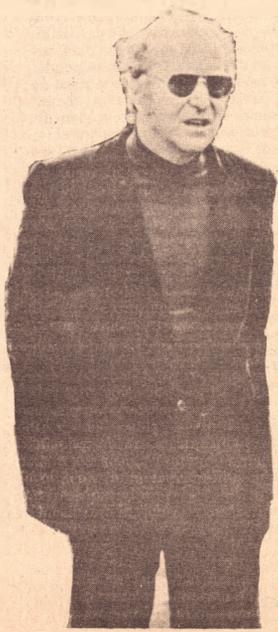
prios companheiros, por desejarem deixar a militância política".

Para combater essa tese do Estado alemão e da imprensa burguesa, ergue-se a voz de um advogado, Klaus Croissant, defensor do grupo Baader-Meinhof, que, no exercício da profissão, foi duas vezes preso e várias vezes perseguido. Para Croissant, "antes de ser uma reação ao extremismo, a repressão do Estado alemão é sua principal causa".

Eliezer Rizzo, de Paris

As denúncias de Klaus Croissant sobre as condições de encarceramento de Baader e seus companheiros provocaram reações violentas e ilegais do governo alemão. Como a legalidade e a ilegalidade variam segundo definições dos grupos que ocupam o poder, o Governo Schmidt tratou de promover mudanças ad hoc na legislação que trata das condições de encarceramento e direitos dos prisioneiros e da defesa, isto é, dos advogados de presos políticos alemães. As análises de Klaus Croissant não se limitam a aspectos jurídicos: lançando mão de um instrumento de luta inteligente e apropriado, por várias vezes denunciou - nas suas conferências de imprensa - as condições de detenção de seus clientes e a própria natureza do Estado alemão, que ele chama de novo fascismo.

O que seria o novo fascismo? Segundo Croissant, "o novo fascismo não vem como o velho da base, mas ao contrário ele é imposto de cima. Isso significa que o novo fascismo não tem mais o poder absoluto no Estado e na sociedade, não pode se apoiar sobre uma parte importante do povo; mas ele tende a esse poder, ele tende a se implantar no povo, e a tomada do poder é preparada de cima por aqueles que representam o poder do Estado imperialista, a violência pública, por aqueles que se preparam para a luta de classes construindo o aparelho de repressão do Estado, concentrando e centralizando o poder de Estado". Essas modificações nos aparelhos repressivos se manifestam na mobilização da população, através da propaganda, no sentido de identificá-la com as medidas policiais contra os indivíduos suspeitos de crimes políticos. Pouco importa, diz Croissant, que para isso o Estado tenha que violar suas próprias leis, pois



"isso existe de fato em todo Estado de direito onde reina a ordem capitalista". A integração de cada indivíduo é preparada e dirigida por órgãos centralizados com o fim de "reprimir toda rebelião contra a dominação capitalista, base mesma do Estado".

Militarização

Sua análise vincula a violência do Estado alemão ao imperialismo norte-americano, cuja manifestação mais privilegiada talvez seja a militarização e o crescimento espantoso das forças policiais: o orçamento da BKA (polícia federal criminal) teria crescido 5 vezes em 5 anos após o surgimento do "grupo Baader". As empresas instalam micro-fones nos banheiros destinados aos operários, criam-se milícias privadas (ao estilo das "guardas" de bancos e de empresas, conhecidas no Brasil a partir de 1967 ou 1968), recrutam-se informantes, etc. A imprensa burguesa não deixa de divulgar que o Estado procede desta maneira em reação à existência de grupos de esquerda como o de Baader. Ao contrário afirma Croissant, o "grupo Baader" é fruto da sociedade alemã; aquele que pensa "que o fato daquelas medidas de repressão, tanto ao nível da empresa como ao nível do Estado, são reações do Estado à política do "grupo Baader", confunde causa e efeito. Não vê que este Estado, este capital que está há muito tempo estreitamente ligado ao capital norte-americano, imperialista, preparou-se muito antes da aparição do "grupo Baader" - para lutar com as armas contra os combates da classe militante e a rebelião". Os representantes do capital



Greves de fome arrancam anistia

Quando um grupo de mulheres mineiras deslocou-se para La Paz e iniciou uma greve de fome, que durou 22 dias, reivindicando entre outras coisas, anistia total para políticos e sindicalistas, poucos esperavam que a ditadura militar boliviana fosse ceder.

Lionel de Almeida

Acostumados com os trajes de fácil confecção da linha prêt-à-porter do Pentágono, que dão liberdade de movimentos e casam tão bem com a luva dura que acompanha o modelo, muitos militares latino-americanos agora sentem-se meio desajustados com a nova moda ditada pelo figurino Washington, para a estação Carter. O general Hugo Banzer (aliás, presidente da Bolívia) parece ser um deles.

Na primeira oportunidade que tiveram - após nove anos de governo militar - os bolivianos mostraram o grau de contentamento em que o regime os deixou. Nem bem Banzer anunciou, no ano passado, sua vontade de seguir os trilhos da democracia, como quer Washington (e como pôde convencê-lo com sua capacidade de reter ou liberar os empréstimos necessários para o país), começaram seus problemas. Isso porque os bolivianos não esqueceram quais são seus direitos, e estão decididos a não aceitar meias promessas ou meias reformas. Pão que o portunismo amassou eles não querem comer. O que provaram com a greve de fome de quase 1.300 pessoas, incomum pela amplitude e incomum pela participação de um ex-presidente, padres, operários, estudantes, etc.

Os grevistas, afinal, conseguiram uma vitória quase completa. No dia 18, Banzer decretou anistia geral, não conseguindo disfarçar sua insegurança ao ler uma nota perante a televisão e rádio. Embora ele não atendesse a reivindicação de liberdades sindicais e menção à punição aos "inimigos da Bolívia", o grupo de mulheres mineiras que iniciou o movimento resolveu paralisar a greve. A medida permitiu que 348 dirigentes políticos e sindicais voltassem ao país. Entre eles, o ex-presidente Herman Siles Suazo, o homem que poderá ser escolhido para representar a oposição nas próximas eleições presidenciais.

Os problemas de Banzer surgiram já no início do ano passado, quando os partidos políticos, amarrados em receso desde 1974, procuraram rearticular-se, depois de o presidente ter prometido redemocratizar o país, gradualmente, até 1980. O compromisso de Banzer tinha uma origem inconfundível para o ex-presidente Luis Adolfo Siles Salinas (derrubado pelos militares em 1969): o fator determinante, afirmava, são as pressões diplomáticas dos Estados Unidos.

O regime boliviano - como as demais ditaduras da América Latina - tem sua base ideológica nas teorias do Pentágono, o divulgador da tese da "segurança

nacional". O que os Estados Unidos deram com uma mão, tiraram com a outra: Carter, ao assumir o governo, confundiu e preocupou esses regimes ao exigir liberdades e falar em direitos humanos.

No caso da Bolívia, isso não foi tudo. Dentro do país, não só a oposição pedia mudanças - e era violentamente reprimida -, como também os empresários, que vinham apoiando e sustentando o regime, estavam descontentes. Para 1978 já se previa que o osso da dívida externa (2 bilhões de dólares para uma nação de 5 milhões de pessoas) seria duro de roer, apesar de a ditadura do país estar razoavelmente fortalecida pelo milagre econômico local. No entanto, a riqueza proporcionada principalmente pela alta de 400 por cento da cotação do estanho não foi conhecida pela maioria da população: em seis anos, seu poder aquisitivo caiu em 25 por cento.

Finalmente, e inesperadamente, Banzer resolveu precipitar sua democratização no final do ano, anunciando eleições para julho próximo. Feito o anúncio, quando os partidos voltaram a agir e depois de Banzer afirmar que não se candidataria, os militares prepararam suas salvaguardas. Para evitar que algum político menos afeito à obediência aos quartéis venha a ocupar a presidência, preparam seu próprio candidato. E o general do ar Juan Pereda foi aclamado concorrente oficial à presidência em uma manifestação pública pró-regime. Com Banzer se empenhando pessoalmente na campanha de Pereda, ficou claro então que os militares não estavam e não estão dispostos a deixar o poder.

PRESENTE LIMITADO

O presente de Natal do governo foi um limitado gesto de boa vontade que desancadeou o pior da crise. Foram anistiados dirigentes políticos e sindicais exilados, numa medida não estendida aos acusados de "qualquer delito previsto pelas leis do país". Se muitos foram beneficiados, tantos outros ficaram à margem, já que as leis ditadas pelo regime são bastante elásticas.

Poucos dias depois - 28 de dezembro - um grupo de mulheres iniciou no arcebispo de La Paz o movimento de greve de fome, que crescerá rapidamente até atingir outras sete cidades do interior do país, envolvendo 1.283 pessoas, com a adesão de padres, universitários, membros da Assembléia Boliviana de Direitos Humanos e até mesmo do ex-presidente Siles Salinas.

e os responsáveis militares teriam previsto tal situação já nos anos 60 e teriam escolhido as medidas apropriadas. As primeiras destas medidas seriam as leis de exceção e a defesa civil, uma contra-estratégia que, "visando combater a subversão e as revoltas, demonstra precisamente que esses enfrentamentos são lutas de classes, e que as contra-medidas centralizadas são voltadas contra essas lutas".

Cerceada a defesa

Croissant e os demais advogados de presos políticos alemães se enfrentavam, então, com uma legislação que diminuiu o âmbito de atuação de defesa. A partir de janeiro de 1975, cada advogado só podia defender um acusado, embora o processo envolvesse vários acusados. Foi retirada dos advogados a faculdade de fazer declarações políticas e qualquer advogado poderia ser afastado de um processo se ele próprio viesse a ser apontado, pela Justiça alemã, como suspeito do delito. Esse foi o instrumento jurídico que afastou Croissant do processo de Baader; o advogado tornou-se suspeito após colaborar para a realização de uma entrevista dos acusados à revista Der Spiegel. Croissant qualifica essa medida jurídica de medida política que foi tomada após sua denúncia de que os presos encontravam-se isolados uns dos outros já há três anos, fato a que Croissant chama de tortura por isolamento.

Finalmente, um tribunal alemão cassou a Croissant o direito de exercer a profissão e de continuar defendendo presos políticos, em junho de 1977. Face à possibilidade de ser decretada

sua prisão, o advogado pediu asilo político à França e, em seguida, o governo alemão solicitou sua extradição. A parte mais conhecida da história de Croissant é o seu julgamento na França e a decisão do governo francês de extraditá-lo.

Sob suspeita

Ocorre hoje na Alemanha a extensão de um fenômeno político que se tornou bem definido no caso Croissant: as pessoas que condenam publicamente o tratamento policial e jurídico dispensado aos terroristas tornam-se suspeitas de sustentarem ou apoiarem, de alguma forma, os terroristas. Essa suspeita generalizada foi apontada por mais de um orador na reunião de Mutualité, especialmente pelo representante do Sindicato da Magistratura. A violação dos direitos do acusado, a restrição dos direitos dos advogados, enfim, as modificações da legislação no tocante aos direitos políticos justificam-se oficialmente por suas ligações com o combate ao terrorismo, estendendo-se em seguida a toda a população. Por outro lado, a imprensa burguesa alemã realizou pesquisas de opinião sobre a morte eventual dos prisioneiros, numa preparação política da "opinião pública" para a eliminação física dos membros do "grupo Baader".

Para Croissant, a questão não se resume a Alemanha: governos europeus preparam uma conferência que certamente definirá novas medidas antiterroristas, que terão vigência em vários países - isso possibilitará a internacionalização da repressão e a atuação conjunta das polícias nacionais.

Os manifestantes argumentavam que, sem uma ampla e irrestrita anistia e sem o restabelecimento dos direitos sindicais, as eleições não teriam razão de ser. A esquerda, por exemplo, dificilmente poderia concorrer com boas chances, enquanto seus principais representantes permanecessem no exterior.

Embora o general Pereda não conte com muito apoio popular (como ministro do Interior ele vivia descobrindo complôs contra o regime e, em consequência, ordenando as mais drásticas repressões), ele tem a seu favor todo o mecanismo do Estado. Para derrotá-lo, a oposição formou uma frente. No último dia 17, o Movimento Nacionalista Revolucionário, do ex-presidente Victor Paz Estenssoro, firmou um acordo com outros quatro partidos.

REPRESSÃO

A essa altura, após as acusações de praxe contra a greve de fome - "conspiração subversiva" - começaram os atos de força por parte do governo. As 23 horas do dia 16, foi dada uma hora de prazo para que o movimento terminasse. Como não terminou, de madrugada a polícia invadiu a Universidade de San Andres, o Sindicato dos Jornalistas e o jornal católico Presencia, em La Paz, para retirar os grevistas - uns, em macas, enviou a hospitais, os outros, para a prisão.

A repressão provocou uma segunda derrota, em dois dias, para o governo, pois imediatamente generalizaram-se os protestos no país, iniciaram-se greves - uma convocada pela Federação de Mineiras e manifestações de estudantes. A primeira derrota ocorrera na véspera das invasões, quando o governo, contrariando suas próprias leis que proíbem greves, convocou uma greve anti-greve, que provocou mais greves. Jaime Ponce Caballero, um dos principais dirigentes da Falange Socialista Revolucionária - partido direitista que vinha apoiando o regime -, também criticou Banzer pelas invasões, que chamou de "atos de selvageria", e pediu que ele renunciasse à presidência e ao comando do Estado Maior das Forças Armadas. Caballero sugeriu a solução tradicional: que ele fosse substituído por um triunvirato militar.

Banzer subestimou a nação ao bolar seu programa político. Após conseguir contornar o problema da greve de fome, Banzer continua enfrentando críticas de setores poderosos, e temendo possíveis reações de militares. Os bolivianos estão decididos a obter o que lhes pertence.

ajude o autor nacional a sair da casca

fique sócio do clube do livro vanguarda e receba em sua casa os livros que o brasil inteiro vai ler

editora vanguarda ltda.
rua teixeira e souza, 200 fone 65-6835 sp

aparte

“Renovação” não quer ser Máfia-de-Branco

De 30 de janeiro até o dia 3 de fevereiro, serão realizadas as eleições do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo. É a segunda convocação. Na primeira, não foi atingido o quorum necessário. Médicos insatisfeitos com a situação atual da categoria e preocupados com o nível de assistência prestada à população, reuniram-se no movimento “Renovação”. Eles temem que o baixo comparecimento à eleição se repita: a junta governativa que dirige atualmente o sindicato, convocou as novas eleições justamente para os dias que antecedem o carnaval. Além disso, não quer instalar urnas em todos os hospitais. “Renovação” concorrerá com a chapa 2, encabeçada por Agrimeron Cavalcanti da Costa. Eis a sua plataforma política:

“Aproximam-se as novas eleições para a diretoria do Sindicato dos Médicos. Nunca foram tão precárias as condições de trabalho da categoria médica em nosso país. Os médicos não estão satisfeitos com os salários que recebem, com suas condições de trabalho, com sua realização profissional.

No Estado de São Paulo, 80% dos médicos trabalham sob regime de assalariamento. Além dos baixos salários, dos frequentes atrasos de pagamento, a maioria dos que trabalham não vêem reconhecidos seus mínimos direitos trabalhistas (registro em carteira, férias, 13º salário, FGTS, etc).

A maior parte das empresas de medicina de grupo tenta, por todos os meios burlar a legislação, utilizando-se de alegações artificiosas como a de que seus médicos contratados são “autônomos” e organizam suspeitas “cooperativas médicas”, obrigando-os a elas se associar.

Além disso, uma série de outros abusos é praticada: atraso no pagamento de salários por vários meses; imposição de número excessivo de pacientes para

serem atendidos em curto espaço de tempo; recomendações de limitar a solicitação de exames complementares ou de tratamentos médicos reconhecidamente necessários, porém mais onerosos; proibição de atestados médicos a usuários doentes e, portanto, impossibilitados de trabalhar.

Faço aos salários aviltados, o médico é obrigado a desenvolver uma maratona, através de vários empregos, fragmentando sua atividade. Dessa forma, não lhe sobra tempo para se atualizar tecnicamente ou se quer para o lazer com sua família.

A deterioração do atendimento médico à população é o resultado de uma medicina em que a avidez das empresas médicas transforma médicos e pacientes em objetos de lucro.

Só há um recurso para lutar contra essa situação: a categoria médica dispõe de um verdadeiro sindicato, livre e atuante na defesa de seus interesses. Porém, não é o que acontece atualmente.

A diretoria do sindicato, na gestão anterior, era composta, em sua maioria, por pessoas que representavam os interesses das empresas de medicina de grupo, um dos setores que mais obtém lucro na atual situação da assistência médica no país. É lógico que seu único objetivo dentro do sindicato era o de esvaziá-lo, bloqueando as legítimas reivindicações dos médicos. Há de se notar também que a Chapa 1, que concorre às próximas eleições, representa o continuismo da eleição passada. Ela faz parte de médicos empresários que por sua posição sócio-econômica privilegiada, não têm interesse em defender os direitos da maioria dos médicos.

Além disso, a atual legislação mantém o sindicato como organismo ligado ao Estado, impedindo que a categoria possa negociar livremente seus salários e suas condições de trabalho(...).”

Chumbo nas veias

Há 20 anos que a Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac), em Santo Amaro da Purificação, a 71 quilômetros de Salvador, vêm contaminando e matando aos poucos os seus trabalhadores por poluição de chumbo, que provoca a terrível doença do saturnismo. O mal é causado pela inalação de poeiras e fumos de chumbo e além de provocar paralisia, anemia, fraqueza, cólicas, ataca o sistema nervoso, causa tremores, hemorragia e aborto nas mulheres, impotência nos homens, deficiência mental e acaba matando.

A Cobrac pertence ao grupo francês Penarroya e além de contaminar os seus empregados, está poluindo, por cádmio e chumbo, o estuário do rio Subaé, em Santo Amaro, responsável pela sobrevivência de centenas de famílias pobres. A repórter Linalva Maria, esteve com os operários daquela indústria, viu o problema, e (ao invés de uma reportagem) escreveu uma carta ao trabalhador Alfredo Martins, vítima do saturnismo há quatro anos.

“Caro Alfredo Martins:

Quando sai de sua casa, me acompanhou a nossa crua e dura impotência diante das coisas que a gente tem certeza que não estão certas, são cruéis e que precisam ser mudadas urgentemente. Você sentindo, pálido, braços paralisados, mãos impotentes, olhar desesperado e a esperança de que eu pudesse fazer algo em seu favor. Eu só posso escrever para denunciar, não só a sua situação, como a de todos os seus companheiros da Cobrac, que estão sendo comidos pelo chumbo e depois jogados fora pela empresa, como a peça de uma máquina, imprestável e substituível.

O pior de tudo foi a certeza que eu adquiri, de que os operários só têm dois anos de vida a partir da data em que entram na Cobrac. Porque o resto não pode se chamar de vida, este sofrimento que começa com as cólicas diárias, terríveis e que os levam constantemente aos hospitais, sem remédios. Isto acontece depois que se começa a trabalhar na boca do forno, no sinter, no margarico, quando os homens entram em contato com o chumbo. O chumbo em forma de fumaça que arde no peito quando se respira; o pó preto que as pessoas escarram quando saem da fábrica.

Não sei se você, Alfredo, já chorou alguma vez, de desespero ou de dor, ou de angústia. Mas, eu quase chorei quando o vi, quase chorei de angústia por aquilo que eu vi. (...)

O Delegado Regional do Trabalho, Ivanilson Trindade, disse-me recentemente, durante uma entrevista, como se fosse o fato mais normal do mundo, que há alguns meses já havia tomado conhecimento da existência de cinco operários da Cobrac portadores de saturnismo. A Superintendência Regional do INPS havia mandado uma lista dos afetados. Perguntei o que foi feito então. Nada. “Uma multa, disse o Delegado, não teria sentido”. O seu nome, Alfredo, o de José Pedro do Espírito Santo, o de Manoel Hermínio Martins de Oliveira, Domingos Casaes e José da Natividade tinham ido parar no Ministério do Trabalho, na Sub-Secretaria de Higiene e Segurança do Trabalho.

A partir disso, seria concluído um estudo, junto com a Sociedade Especial

do Meio Ambiente (SEMA), porque o dr. Paulo Nogueira Neto disse estar bravo com o descabido da situação dos trabalhadores e está pedindo intervenção na Cobrac. Eu mesma vi uma carta dele, se dizendo revoltado com o descaso “desta multinacional”, e em que também assegurava ter informações seguras de que os operários estavam contaminados e correndo perigo. (...)

E tem gente, meu caro, que nem se apercebe destas coisas. Domingos Casaes, por exemplo, desde 1963 sua vida é entrar e sair da Cobrac. Da última vez, passou um ano e 11 meses, pediu demissão no mes passado, “porque não aguentava trabalhar de noite, perdia o sono e a fome”. Ele não sabe que isso é sintoma de saturnismo, e nem sabe que é portador do mal. E, a fábrica, que sabe, pouco importa, seus responsáveis não lhe disseram nada, deixou ele ir embora sem tratamento. Como com tantos outros.

Tristeza maior, desgraça maior, é a sua, Alfredo. Este sofrimento que está na sua cara, que me angustiou, que me fez ficar solidária com você e desejar denunciar o absurdo da vida destes operários. Como você é jovem: 38 anos. Nunca passou por sua cabeça, com certeza, que há 12 anos, quando entrou naquela fábrica para trabalhar na carga do forno, ela ia lhe comer sua vitalidade e depois lhe abandonar. Aquelas férias que começaram em novembro de 74 e que se transformaram neste martírio de quatro anos, não é justo. (...)

Todos mostram-se indiferentes, dizem-se impotentes. Como o presidente do Conselho Estadual de Proteção Ambiental (Cepam), secretário do Planejamento da Bahia, Edson Pita Lima, que confessa-se impotente para intervir na fábrica. Como o Delegado Regional do Trabalho, que diz fiscalizar, mas não toma providências. Até a justiça, os juizes e advogados trabalhistas alegam o atraso da nossa legislação e diz que a Justiça Trabalhista não pode obrigar a Cobrac a indenizar os prejudicados.

Só restam vocês. Aliás, isto é claro para os que estão aí na Cobrac, embora ainda se vejam impotentes. Alfredo, pude apenas denunciar, ser solidária, levar a público esta dor tão escondida de todos. Espero que tenha ajudado, espero que tenha conseguido alertar alguém.

Linalva Maria
Salvador BA

VIOLÊNCIAS & VIOLAÇÕES

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Paraíba denuncia violação de direitos e invoca a Declaração Universal.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos, órgão da Arquidiocese de João Pessoa, Paraíba, criado há dois anos, já atendeu quase 10 mil pessoas que tiveram direitos violados, segundo nos escreve o advogado Wanderley Caixe, seu diretor. Em dezembro último, durante uma reunião comemorativa do Dia Universal dos Direitos Humanos, realizada em João Pessoa, aquele Centro e os movimentos pastores que incluem a participação de operários, agricultores, estudantes, professores e jornalistas paraibanos, aprovaram uma carta-denúncia intitulada “Declaração ao Povo Brasileiro”, cujos tópicos principais publicamos abaixo:

“Há 29 anos o Brasil e outras nações do mundo, redigiram, proclamaram e comprometeram-se a respeitar a Declaração Universal dos Direitos do Homem; acreditando que a liberdade, a justiça e a paz haveria de construir um mundo de bem-estar e felicidade (...)

Hoje, 29 anos após essa declaração, nós: Denunciamos o alto índice de mortalidade infantil e os absurdos genocídios que se cometem através da distribuição de pílulas anti-concepcionais desviando verbas que poderiam modificar esse quadro lúubre em nosso país.

Denunciamos a prisão do menor de 6 anos em Jacarau (PB) e a impunidade de seus autores;

Denunciamos a existência de 3 milhões de menores sem escolas, a existência de 15 milhões de crianças abandonadas, a prática de violência contra elas e as atitudes desumanas do judiciário de menores;

Denunciamos as várias expulsões de pais, freiras e religiosos e as tentativas de expulsão de D. Pedro Casaldáliga e de Pe. Romano;

Denunciamos a existência de quase 5 mil brasileiros exiliados, e impedidos de voltar ao Brasil;

Denunciamos as torturas, os maus-tratos, as condições desumanas que são praticadas aos detidos, presos e condenados por crimes políticos e comuns;

Denunciamos a existência de 300 presos políticos no Brasil;

Denunciamos a violência e as arbitrariedades da polícia em nosso Estado: os espancamentos de presos e os assassinatos;

Denunciamos a injusta distribuição da terra em nosso país;

Denunciamos as tentativas dos grandes proprietários e usineiros em expulsar da terra os camponeses da Fazenda Coqueirinho e Cachorrinho, da Fazenda Retirada, de Alagamar, Riacho-dos-Currais, Piaca, fazenda Poço-Doce, Queira-Deus e outras, no Estado da Paraíba.

Denunciamos a expulsão dos agricultores - Arrendatários - da Fazenda Mumbaba, em João Pessoa, e nos Municípios de Serra da Raiz, Alhandra, Pirpirituba e Belém;

Denunciamos a política de incentivos fiscais e outros estímulos da Sudene e outros órgãos oficiais, para o plantio de cana e criação de gado, substituindo as lavouras de subsistência e provocando o êxodo rural;

Denunciamos que várias famílias são destruídas com a migração para o sul do País, expulsas de suas terras e sem condições de trabalho;

Denunciamos a inércia do INCRA na solução dos problemas da terra, a não realização da política agrária atendendo os interesses da propriedade;

Denunciamos a ingerência de militares nos sindicatos de agricultores no Estado da Paraíba e a conivência dos seus dirigentes;

Denunciamos a censura oficial e clandestina aos órgãos de imprensa, e a censura total aos órgãos de rádio e televisão em nosso país;

Denunciamos a censura e a irracionalidade cometida permanentemente ao jornal “O São Paulo”, da Arquidiocese de São Paulo, aos jornais “Movimento” e “Tribuna de Imprensa” e a outros órgãos independentes;

Denunciamos o obscurantismo imposto pela censura às peças de teatro,

ao cinema, à música e aos livros;

Denunciamos o salário miserável pago aos operários e o alto custo de vida no País;

Denunciamos a farsa e o vazio dos sindicatos, instrumentos da política dos patrões, dirigidos pelas Delegacias do Trabalho e pela Previdência Social (INPS-FUNRURAL), sem representatividade autêntica dos trabalhadores;

Denunciamos o F.G.T.S., instrumento do lucro dos industriais, responsável pela política dos baixos salários pela insegurança no trabalho e o desemprego;

Denunciamos os milhares de crianças que são obrigadas ao trabalho árduo e embrutecedor, sem poderem frequentar escolas, recebendo salários irrisórios;

Denunciamos a existência de 4,5 milhões de crianças menores de 14 anos trabalhando na agricultura;

Denunciamos as péssimas condições de trabalho que têm causado 7 operários acidentados por minuto no Brasil;

Denunciamos a proliferação do ensino pago no País, o processo de comercialização nas Universidades Públicas, a marginalização crescente do povo brasileiro, às escolas, a elitização do ensino e da cultura, a privatização das Faculdades;

Denunciamos a redução das verbas para a Educação e o aumento das verbas para fins militares e de segurança;

Denunciamos as péssimas condições de ensino em nosso Estado, os salários irrisórios das professoras, a ausência de condições materiais nas salas de aulas, as irregularidades trabalhistas a que estão sujeitas e a subordinação política aos prefeitos municipais;

Denunciamos o salário de Cr\$ 99,00 mensais pagos às professoras municipais (na Paraíba);

Denunciamos os atestados ideológicos como forma de discriminação entre os brasileiros, a sua exigência nas Universidades, para dar aulas, para concorrer ao sindicato, para os concursos públicos e outras;

Denunciamos as cassações de mandatos e direitos políticos como forma de desrespeito ao voto popular e ao livre exercício de defesa;

Denunciamos que o povo brasileiro não tem exercido há 13 anos o livre exercício do voto e a escolha de seu governo e presidente;

Denunciamos a supressão do habeas corpus, instrumento legítimo de defesa e segurança do indivíduo contra o ato ilegal, a ação injusta e a medida arbitrária do poder;

Denunciamos a insensibilidade e as deficiências da justiça, nas decisões, e processo, cansando e desanimando os mais carentes economicamente;

Denunciamos a existência de Ato, Decretos e Leis ilegítimas que asseguram ao Governo o poder de discriminação ao povo brasileiro

Considerando que esses fatos contrariam frontalmente o projeto de um mundo de liberdade, justiça e paz comprometido na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Considerando que essas violações e desrespeitos à pessoa humana sómente cessarão com a organização ativa do povo, alterando a estrutura geradora da injustiça;

Apoiamos os agricultores das fazendas Retirada, Coqueirinho, Cachorrinho, Alagamar, Piaca, Serra da Raiz, de Belém, Caldas Brandão (PB) e de outras áreas rurais que estão lutando pela permanência na terra e pela justa e igual distribuição da propriedade;

Apoiamos, os estudantes, que hoje lutam pela autonomia de suas entidades, contra o ensino pago e por condições de ensino correspondentes às necessidades do povo.

Apoiamos os operários na luta que estão realizando pela reposição salarial, por sindicatos livres, e autênticos, por salários justos e condições dignas de trabalho e pelo direito de greve.

Apoiamos as professoras que estão reivindicando melhores condições de ensino, regulamentação dos seus direitos, e contra os baixos salários.

Apoiamos as organizações dos jovens, contra as discriminações de idade, e pela participação efetiva na realização de seus destinos.

Apoiamos a resistência dos intelectuais e jornalistas contra a censura: por uma imprensa livre, pela liberdade intelectual e artística.

Apoiamos, os presos políticos e os movimentos que lutam pela anistia, contra a tortura, contra os julgamentos absurdos, pela libertação de todos os presos políticos.

Apoiamos, todo o povo brasileiro na luta pela união, pela liberdade de organização, contra os atos de exceção, por um povo livre e soberano, por eleições livres e diretas, por uma constituinte representativa do povo brasileiro. Para que todos possam nascer livres e iguais em dignidade e direitos, - a vida, à liberdade e segurança - sem discriminação de raça, cor, sexo, idioma, religião e opinião política; por um mundo de liberdades, justiça e paz.

Como explicar o “milagre”?

“Amigos de EM TEMPO:

A matéria - “Explicado o Milagre Brasileiro: Disparou a Jornada de Trabalho” - EM TEMPO, Experimental 1-2, pag.12 - imediatamente chama a atenção dos leitores, daqueles que se interessam por conhecer mais profundamente o significado do desenvolvimento econômico ocorrido no país nos anos recentes, a que se convencionou chamar de “Milagre Econômico Brasileiro”.

Com esse título, pensa-se que o artigo analisa e explica o que foi o “milagre”, quais suas causas e consequências tanto nos aspectos econômicos como sociais e políticos. No entanto, o artigo trata parcialmente do assunto, e em termos muito vagos, imprecisos e genéricos. Praticamente extrapola para o conjunto da economia nacional, o exemplo do crescimento da produtividade e do emprego na indústria automobilística paulista. Não foi apenas na indústria automobilística paulista que os salários reais não acompanharam o aumento da produtividade. Não ocorreu esse fenômeno apenas na indústria. Ocorreu em todos os Estados, em todos os setores da atividade econômica.

De fato, o que o artigo faz é denunciar aspectos do aumento da jornada de trabalho, e não discute aquilo a que o título se propõe (“Explicado o Milagre...”).

A taxa de crescimento do PIB é sempre a resultante de um conjunto de fa-

tores de diversas ordens (até mesmo aleatórios), seja lá a que interesses atenda. E, sempre, a resultante. “Explicado o milagre”, significa, de certo modo, identificar quais esses fatores. Que importância apresentaram no processo ocorrido, suas consequências. Mas além, cabe identificar o que é fundamental e o que é secundário. Tanto em causas como em consequências.

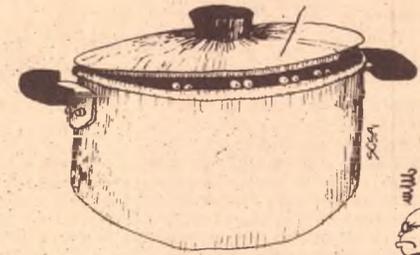
No caso do “milagre”, além da política salarial, muitos outros fatores têm importância primordial, dentre eles o papel desempenhado pelos capitais e tecnologias estrangeiros, a política creditícia e fiscal, as reformas executadas pelos governos Castelo e Costa e Silva, a monopolização da economia (em todos os setores), a forma como se deu o crescimento industrial no período 1955/61, a conjuntura internacional na época do milagre (1968/73), e outros.

Não vamos entrar na discussão destes fatores. Com esta crítica não pretendemos explicar o “milagre”, mas tão somente apontar falhas gritantes do artigo de EM TEMPO (...)

O artigo teria feito com que o jornal ganhasse conceito e novos leitores caso se intitulasse apenas “Disparou a Jornada de Trabalho”, ou algo parecido. Da forma como saiu, fica infantil, extremamente leu, não explica, frustra a expectativa do leitor. (...)

G. N. Silva
Curitiba (PR)

Quem está dentro não sai
Quem está fora ...



Colaboração do leitor Sosa (Porto Alegre).



Contra o pedantismo, sem mito.

“Companheiros de EM TEMPO:

Recebi o material que vocês enviaram. Topo colaborar com o jornal inclusive de maneira sistemática. Daqui poderia fazer matérias sobre fatos culturais, filmes, exposições, cursos, polêmicas, etc. E gostaria de participar do debate político-cultural que se desenrola hoje no Brasil (...).

O jornal me pareceu em linhas gerais bem bom. Não quero entrar em crítica de detalhe aqui porque precisaria justificar e agora o tempo não permite. Estou num sufoco muito grande e preciso responder logo pra vocês. Depois, seguem críticas detalhadas, com mais calma. De qualquer maneira, o fundamental é que o jornal existe.

Matérias sobre cultura, muito boas, especialmente aquela sobre o sonho (...). Pra mim, é exatamente este tipo de matéria que estava faltando por aí. O Buraco é mais embaixo é uma matéria política, é uma proposta de política cultural. Exatamente por isto é uma matéria que trata de generalidades. No nº zero do jornal, acho que era absolutamente necessária uma tomada de posição política específica com relação aos fatos culturais. Acho que não só no zero uma matéria dessa natureza seria necessária, como eventualmente vai ser necessária a publicação de matérias

desse tipo, de aprofundamento ou de tomadas de posição, para se definir com relação aos populistas, resistencionistas, etc, na medida em que novas conjunturas vão se definindo.

Agora, é claro, é preciso examinar a vida cultural do país em detalhe e esta é uma tarefa fundamental a ser realizada (...).

Brasília e Porto Alegre reclamam que Nós, o Sonho “poderia ter tido um enfoque mais cotidiano”, “ser feita a partir de dados de nosso dia-a-dia”. Será que eles realmente leram esta matéria? Fica difícil pra eu entender este tipo de crítica, pois se trata de uma matéria fundamentalmente baseada em elementos da vida cotidiana, letras de músicas populares, seção de cartas e revistas populares, citações de programas de audiência popular, depoimentos de pessoas (um estudante, um técnico de contabilidade) sobre questões de esmagadora atualidade. Claro, existem reflexões de Shakespeare, Guimarães Rosa, Borges, etc. Será que é a presença dessas eminências que eles criticam? Se é, então enviem com urgência para eles lerem e debaterem o artigo de D. Pellegrini Jr., particularmente aquele trecho que fala da padronização mitológica da vida cultural em dois blocos: o popular (que é

bom, singelo, humilde, puro, etc.) e o não-popular (elitista, sofisticado, etc.).

Ora, ou se tratou de uma feliz coincidência, ou as duas matérias do número zero, uma sobre questões (políticas) gerais e outra abordando um aspecto (o sonho) da realidade cultural, foram colocadas ali exatamente segundo um critério preciso: a dialética entre a análise do detalhe e as formulações gerais.

Finalmente, já que o editorial foi tomado como referência, voltemos a ele: “Queremos um jornal colado ao tempo presente, capaz de alinhar idéias para o futuro. Um jornal sem temas proibidos, sem mitos, bem humorado, não dogmático... temos a intenção de contribuir para o desenvolvimento da linguagem, pois não se pode renovar o conteúdo e se ser conservador na forma” (EM TEMPO nº zero).

Estou de acordo que é importante, é fundamental mesmo, combater a forma pedante e acadêmica de nossos intelectuais e jornalistas se expressarem. Mas sem mitologias: não seremos capazes de “contribuir para o desenvolvimento da linguagem” e muito menos de fazer uma reflexão crítica sobre a realidade brasileira, se nos limitarmos ao vocabulário atual das massas populares (...).

Um abraço para todos”.

Renato Silveira
Paris

Recado ao leitor

Com o lançamento do exemplar nº 1 EM TEMPO sai da sua fase experimental e entra na sua vida normal. Apesar de curto, o caminho já percorrido desde o nosso número zero, passando por duas edições experimentais, tem sido rico e bastante debatido dentro e fora da nossa equipe.

Esperamos que este debate aumente mais ainda e que as críticas dos nossos leitores levem ao aperfeiçoamento do nosso projeto. É com o objetivo de aperfeiçoar cada vez mais e de aprender com a própria prática que decidimos que até março sairemos quinzenalmente - mesmo mantendo a legenda de “jornal semanal”. A partir de março, a nossa presença nas bancas se dará todas as semanas.

EM TEMPO:

O caso Aracelli: "Assassino rico não vai preso"

Rapto seguido de morte, indução ao uso de tóxicos, ocultação do cadáver da menina Aracelli. São essas as acusações que pesam sobre Dante Michelinni e Paulinho Helal, comprovadas por quatro meses de trabalho pericial sobre o corpo insepulto da garota de Vitória.

Num dia de outubro de 1975, o Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro recebeu da Secretaria de Segurança do Espírito Santo uma incumbência incomum: indicar a causa mortis e identificar um corpo insepulto há três anos.

O corpo era de Aracelli Cabrera Crespo, a menina de 9 anos assassinada em maio de 1973 em Vitória. Após quatro meses de trabalho pericial, a face de Aracelli ressurgiu das geladeiras da morte, com a mesma expressão assustada de sua infância curta, os mesmos olhos grandes incapazes de compreender o que lhe aconteceria.

Outubro de 1977, Vitória do Espírito Santo assiste um alegre desfile de carros em corso, à luz de fogos de artifício. São amigos chegados das poderosas famílias Michelinni e Helal, que saem às ruas para festejar a libertação de criminosos: a 3ª turma de desembargadores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo julgara procedente o habeas corpus impetrado em favor dos filhos diletos do poder econômico. Paulo Constante Helal e Dante de Brito Michelinni estavam de novo em liberdade. Apesar de todas as provas reunidas pela equipe do IML, os dois rapazes - acusados de rapto seguido de morte, indução ao tóxico e ocultação do cadáver da menina Aracelli - estavam de novo na rua. De quebra, o pai de Dantinho, Dante Barros Michelinni, preso pouco antes por ter tumultuado o inquérito, também ganhava a liberdade.

Outubro foi o ponto culminante de uma história de atrocidades, tentativas de suborno e mortes, traições, corrupção, afastamento de policiais que chegaram à verdade e falsos testemunhos.

Aracelli morreu em maio. Seu corpo foi encontrado alguns dias depois pelo menino Ronaldo Monjardim, caçador de passarinhos. A identificação do cadáver, semi-destruído pelo ácido, foi feita pelo pai da menina, Gabriel Sanches. A mãe, D. Lola, garantiu que não se tratava de sua filha. Mas ela era suspeita de cumplicidade.

Na dúvida, Gilberto Barros Faria, superintendente da Polícia Civil do Espírito Santo, retirou os fios de cabelo do cadáver, juntou com outros encontrados num pente de Aracelli, e levou tudo para a Polícia Federal em Brasília. Regressou dizendo que já sabia os nomes dos assassinos. "A população de Vitória vai ficar estupefata. Os criminosos são pessoas influentes", disse Gilberto Faria. No dia seguinte, negava tudo: Aracelli teria sido assassinada por um negro maltrapilho, que perambulava pela praia do Suá.

O negro maltrapilho nunca foi encontrado. Talvez porque não tenha mesmo existido. Logo apareceu outro suspeito, apontado por um capitão da Polícia Militar: Fortunato Piccini, filho do comerciante e industrial Constantino Piccini. Alguns dias depois, Fortunato apareceu mais drogado que de costume na praia de Canto - ele usava tóxicos. Internado na Santa Casa de Misericórdia, não tardaram a lhe dar uma injeção de "Vallium" intravenosa. Pouco antes, Piccini disse ao pai: "Vou morrer". Não deu outra - o líquido escuro entrou em sua veia, e Fortunato teve morte quase instantânea. No atestado de óbito, a causa mortis era malária.

E o cadáver de Aracelli permanecia insepulto, fechado numa geladeira do IML. O caso passava as mãos de um quarto delegado. Dantinho acompanhava as investigações de perto: fora apresentado como "um amigo interessado", tinha carteira de policial e porte de arma. Ouvia os depoimentos, juntava-se às diligências.

Mas um sargento da PM suspeitava de Dantinho Michelinni e Paulinho Helal. José Homero Santos resolveu contar tudo que sabia no 38º Batalhão de Infantaria. Dias depois, saiu em captura de alguns marginais. No tiroteio, tomou três balas pelas costas, todas de calibre 38. Morreu. Os bandidos usavam revólveres 32 e um deles foi condenado pela morte do sargento. Ele não se cansava de repetir: "Quem matou o José Homero Santos foi o soldado Jair Oliveira Garcia. Eu vi".

Até mesmo a Câmara Municipal de Vitória entrou no caso: instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as circunstâncias da morte de Aracelli. O vereador Clério Vieira Falcão, do MDB, apontou os verdadeiros criminosos ao fim dos trabalhos. Irritados, os Michelinni ameaçaram provocar uma intervenção federal; tempos depois, o mesmo vereador, já deputado, declarava: "No Espírito Santo, assassino rico não vai preso".

Há mais ainda, atingindo promotores, desembargadores, pessoas próximas a Aracelli e que sabiam de alguma coisa. O último lance, quem sabe a última morte desta história: Edson Queiroz do Valle, 50 anos, foi atropelado e morto numa das avenidas principais de Vitória. E ele estava apenas "interessado" na elucidação do crime.

Maria Helena Malta



Surto de impunidade em todo o país: Estão todos soltos!

Cabeças começam a rolar no caso Cláudia Lessin. Dia 17 deste mês, a primeira: o terceiro homem na hierarquia policial carioca, delegado Waldemar Gomes de Castro, da Polícia Especializada, anunciou sua decisão de demitir-se. É o primeiro sintoma da reformulação, promovida talvez pelo próprio secretário da Segurança, general Brum Negreiros e que deve atingir pelo menos outros três delegados do Rio. Presões? Não importa: Michel Frank, provável assassino de Cláudia, passe livre na Suíça. Raul "Doca" Street, visita o rio Araguaia; Dante Michelinni e Paulo Helal, envolvidos na morte de Aracelli, festejam sua liberdade. Todos impunes, belos, nada malditos.

A Justiça Suíça acabou libertando Michel Frank, porque depois de mantê-lo preso de 7 de outubro a 9 de dezembro, não recebeu das autoridades brasileiras as provas que o incriminavam. A cópia do processo enviada pelo I Tribunal do Juri do Rio de Janeiro, ao juiz de instrução Lino Esseiva, de Zurique, esteve desaparecida durante 25 dias no Ministério da Justiça, em Brasília.

Raul ("Doca") Street, que em 30 de dezembro de 1976 matou a tiros Angela Diniz, na Praia dos Ossos, em Búzios, está em liberdade e não há previsão para quando será julgado pelo Tribunal do Juri de Cabo Frio.

Paulo Constante Helal e Dante de Brito Michelinni, acusados da morte de Aracelli Cabrera Crespo, ocorrida em maio de 1973, em Vitória, Espírito Santo, e Dante Barros Michelinni, que responde a processo por ter tumultuado o inquérito que apurou o crime, estão em liberdade desde 26 de outubro do ano passado, beneficiados por "habeas corpus".

Não se ouve falar dos assassinos da menina Ana Lidia, violentada e morta em Brasília. No Rio, o próprio Michel Frank jamais foi julgado por outro crime: ele atropelou e matou o operário José Liberato da Silva, a 20 de outubro de 1975. Antonio Faustino, o traficante "Toninho Tem-Tem", ligado a Michel Frank e preso em flagrante com cocaína em seu apartamento, na Glória, foi julgado e condenado ao pagamento da multa de Cr\$3 mil e a um ano de prisão. Beneficiado por "sursis", já está em liberdade. O detetive-inspetor classe "A" e ex-"Homem de Ouro" da polícia carioca, Nelson Duarte, foi condenado a seis anos de prisão por ter extorquido dinheiro de elementos da Máfia que endeu. Mas está em liberdade, porque vai recorrer da sentença do Juiz Dalmo Silva, da 15ª Vara Criminal. Dos quatro policiais do "Esquadrão da Morte" inicialmente acusados da execução da costureira Teresa Ferreira, apenas o cabo da

PM Moacir Mendonça irá a julgamento, mas o I Tribunal do Juri não sabe quando. O investigador Luiz Victor Dantas Lomba foi impronunciado; outro investigador, Marco Antonio Moraes e Barros, filho do general Moraes e Barros e sobrinho do desembargador Moraes e Barros, conseguiu fugir da prisão do Regimento Caetano de Faria (nunca se soube o resultado do inquérito que apurou responsabilidades sobre sua fuga); e o comissário Alfredo Olimpio Barbosa, principal acusado da morte de Teresa, ocorrida em 1970, está foragido.

Esses exemplos da impunidade de nossos criminosos são o bastante para provar que a Justiça brasileira está em crise, exausta, esmagada pelo peso do prestígio e ameaçada pelo poder econômico. Nas delegacias de polícia, testemunhas e réus têm o mesmo tratamento. Os inquéritos que se avolumam, empoeirados, na dependente Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, vão e voltam da Justiça com novos prazos para investigações infrutíferas. Há uma crise de autoridade, de decisão, e de Justiça. O sistema montado com base em leis que pretenderam resolver a questão da superpopulação carcerária, deixando em liberdade os réus primários, mas que, na realidade, protegeram os criminosos ricos, está decretando a falência da culpa.

O gordo e neurótico Michel Frank

O pai de Michel, o velho contrabandista de sangue Egon Frank, avisara que se continuassem a acusar seu filho pelo morte de Cláudia, o rapaz sairia do Brasil, pois aqui há 8 mil quilômetros de fronteiras fáceis de serem atravessadas. Pelo menos desta vez, Egon não faltou com a palavra. Michel desapareceu quando não havia mais como negar seu envolvimento no assassinio de Cláudia. Nascido no bairro da Saúde, ali atrás da Central do Brasil, fim-de-carreira das prostitutas aposentadas do Mangue, Michel reapareceu na Suíça, alegando ser também suíço por tabela: é filho de suíço. Egon Frank é, na verdade, alemão. O avô de Michel é que seria suíço. Ele se apresentou à justiça de Zurique e esteve detido de 7 de outubro a 9 de dezembro, quando o juiz Lino Esseiva considerou que não era mais possível mantê-lo preso, por falta de provas. Ocorre que a 7 de novembro, o juiz Alberto Motta Moraes, do I Tribunal do Juri, mandou para o Ministério da Justiça, em Brasília, cópia do processo sobre a morte de Cláudia, para que o mesmo fosse enviado à Justiça Suíça. As três pastas, com 600 folhas de 80 fotos, seguiram para

Brasília no malote da Polícia Federal. No entanto, o processo desapareceu no Ministério da Justiça, onde só foi encontrado 25 dias depois. Só no dia 8 de novembro foi entregue pelo Ministério da Justiça ao Itamarati, que o enviou finalmente à Suíça no dia 2 de dezembro. Mas Michel já estava em liberdade.

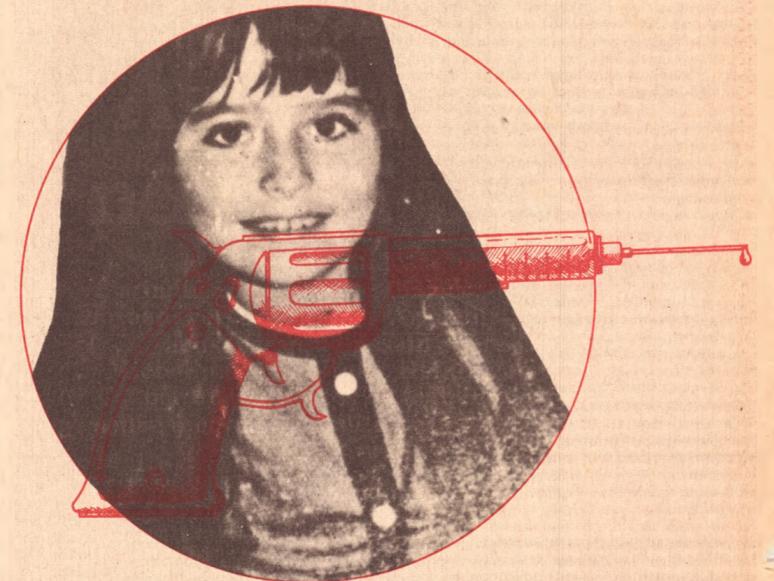
Enquanto esteve detido em Zurique, Michel contou a seu modo sua vida e a morte de Cláudia, insistindo em afirmar que ocorreu naturalmente. Disse, também, que quando os pais se separaram, ele foi morar no Bairro Peixoto, em Copacabana, "um lugar ruim, onde acabei conhecendo traficantes". Pesava, então, 90 quilos, o que lhe causava dificuldades na vida. Que dificuldades? Uma garota marcou um encontro e não foi. Michel levou o bolo da moça e se encontrou por acaso com um conhecido que lhe deu cocaína. Michel cafungou, cafungou, e no dia seguinte viu que perdera peso. Consultou o amigo e este lhe disse que a cocaína fazia emagrecer. Michel passou a usar a droga. Hoje está magro, elegante e saudável, comendo chocolate amargo - o melhor - à beira dos lagos alpinos.

"Doca" Street

A Lei 5.941, de 22 de novembro de 1973, determinou que os réus primários passassem a aguardar o julgamento em liberdade. Ela beneficiou, de saída, o delegado Sérgio Fleury, chefe do "Esquadrão da Morte" de São Paulo, a quem, no entanto, tudo é permitido, por seu papel de caçador de subversivos. Por causa disso, o dispositivo passou a ser conhecido como "Lei Fleury". Como se não bastasse, o decreto 6.416, fruto do "Pacote de Abril", foi baixado, a 24 de maio de 1977, ampliando as portas da impunidade criadas pela "Lei Fleury". Agora, o réu condenado pode apelar em liberdade se já estava solto quando do julgamento. E até a prisão em flagrante deixou de ter validade.

O milionário "Doca Street", assassino de Angela Diniz, foi visto pela última vez com uma bela mulher, às margens do Rio Araguaia, numa fazenda em Goiás. Beneficiado pela "Lei Fleury", ele foi solto em 25 de julho - mesmo dia, por coincidência, em que o cadáver de Cláudia era encontrado no "Chapéu dos Pescadores", na Avenida Niemeyer. "Doca" ainda não foi julgado porque seus advogados recorreram contra os agravantes do crime, constantes no libelo acusatório. Uma manobra para deixá-lo em liberdade. Por enquanto, não há data para o julgamento do recurso pela 2ª Câmara Criminal do Rio de Janeiro. E ainda que "Doca" perca, seus advogados vão apelar junto ao Supremo Tribunal Federal.

Luiz Valério Meinel



HORA DE LUTA

Nesta semana, os bancários do Rio escolherão a nova diretoria do sindicato, o que não acontecia desde 1972. "Dê um basta à omissão; a hora é de luta", diz a oposição. "Devemos estar preparados para morrer amanhã mas agir como se fossemos viver eternamente", prega a situação.

A partir desta semana, 60 mil bancários (apenas 20 mil sindicalizados) voltam às manchetes dos jornais cariocas - e pode dar oposição a cabeça. Não será zebra. Os golpes que sofreram nos últimos 14 anos foram muitos, alguns de uma violência que continua viva na memória de todos. Como a intervenção de 1972, no dia de uma assembleia convocada para reivindicar o aumento do salário mínimo profissional. Tropas da Marinha ocuparam a sede do Sindicato e todo o prédio onde funcionava, prenderam diversos associados e dirigentes sindicais, e abriram espaço para uma Junta Governativa - da qual participou o atual presidente - que ficou até 1975.

Zé Luiz, o pelego, foi eleito naquele ano (com apenas 5800 votos) e beneficiou-se com apatia e desmobilização dos bancários. Na verdade, foi o candidato da Delegacia Regional do Trabalho. Ganhou e governou nos últimos três anos como se o sindicato fosse uma

agência do INPS. Nada de reivindicações, nada de lutas. Na lista de suas "conquistas", o inevitável destaque para uma sede campestre e a construção de um restaurante. A sua plataforma incluiu até mesmo uma cláusula onde promete lutar (?) para conseguir o aumento do valor do convênio com a Caixa Econômica para empréstimos aos associados. Absurdo mas é isso mesmo. Não é de estranhar, portanto, que o lema de sua chapa, que tenta a reeleição, seja a máxima de Santo Agostinho: "Devemos estar preparados para morrer amanhã, mas devemos agir como se fossemos viver eternamente".

Estes fatos, somados às difíceis condições de trabalho da grande maioria dos bancários (que ganha até Cr\$ 3 mil), levaram a uma descrença em relação à luta sindical. Uma assembleia de três anos atrás, por exemplo, contou com a participação de apenas 16 associados.

Este quadro evoluiu com o ressurgimento da oposição sindical que marcou presença definitiva na última campanha salarial. A partir de então, ela ganhou fôlego e respeito nas bases. A ponto de se sentir forte para lançar uma chapa e concorrer contra um grupo que teria, além de toda a máquina à sua disposição, a preferência do delegado regional. Prevê-se, portanto, dificuldades semelhantes às que atormentaram os metalúrgicos na sua marcha pela conquista do sindicato - como ameaças de impugnação de nomes, anulações de eleições e (por que não) novas intervenções.

O candidato da oposição, Ivan Martins, do Banco do Brasil (como o atual presidente), explica a importância da disputa: "Somos oposição porque entendemos que a transformação do sindicato em mero órgão de assistência social leva a desmobilização dos trabalhadores e ao seu esvaziamento como órgão de luta. É hora de esclarecer princípios e estabelecer metas. É preciso rea-

firmar uma posição de luta pela liberdade e autonomia sindicais. Lutemos por um sindicato forte e combativo".

Neste sentido, eles lançam um manifesto com 15 pontos: pela reposição salarial; pela garantia da estabilidade para todos os bancários; contra a locação demão de obra; pelo cumprimento da jornada de 6 horas; pela criação de comissões sindicais; por um sindicato reivindicativo; pela autonomia sindical; por negociação livres e diretas com os empregadores; pelo restabelecimento do poder normativo da Justiça do Trabalho; por assembleias gerais democráticas; pela participação dos trabalhadores nos debates dos problemas nacionais; pela restauração das franquias democráticas; pela participação das entidades sindicais nos estudos dos índices do custo de vida; por um sindicato de portas abertas; por um sindicato forte e democrático.

Leia também na página 3 a luta dos metalúrgicos mineiros.